

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA**

GILBERTO OLIVEIRA FERNANDES

***Setor informal da economia e a dinâmica dos territórios nas praias
da cidade do Natal/RN***



**Natal/RN
2008**

GILBERTO OLIVEIRA FERNANDES

**SETOR INFORMAL DA ECONOMIA E A DINÂMICA DOS
TERRITÓRIOS NAS PRAIAS DA CIDADE DO NATAL/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

**PROF^a DR^a RITA DE CÁSSIA DA CONCEIÇÃO GOMES
(Orientadora)**

**Natal/RN
2008**

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Fernandes, Gilberto Oliveira.

Setor informal da economia e a dinâmica dos territórios nas praias da cidade do Natal/RN. / Gilberto Oliveira Fernandes. - Natal, RN, 2008.
167 f. Inclui CD-R – fotos.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia da Conceição Gomes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.

1. Setor informal – Dissertação. 2. Territórios – Produção e recreação – Dissertação. 3. Mercado de trabalho – Dissertação. 4. Políticas públicas – Dissertação. I. Gomes, Rita de Cássia da Conceição (Orient.). II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 913(813.2):338

GILBERTO OLIVEIRA FERNANDES

**SETOR INFORMAL DA ECONOMIA E A DINÂMICA DOS
TERRITÓRIOS NAS PRAIAS DA CIDADE DO NATAL/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Natal, ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN)
(Orientadora)

Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
(Examinador)

Prof. Dr. Valdenildo Pedro da Silva (CEFET)
(Examinador)

DEDICATÓRIA

À Maria Bernadete Fernandes, minha mãe, e família;

Ao Rodrigo da Silva Fernandes;

À Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes;

A Marivaldo Araújo do Nascimento e

aos amigos que contribuíram para construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A vida nos proporciona diversos momentos, alguns com dificuldades a serem superadas, exigindo, de cada um de nós, empenho e dedicação para podermos atingir nossos objetivos. Nessa trajetória da vida, enfrentamos situações que nos parecem intransponíveis.

Porém, quando estamos diante das dificuldades e achamos que tudo está perdido, eis que surge uma luz a iluminar os nossos cominhos – Jesus Cristo! Essa luz que nos faz ver as coisas com mais naturalidade, tranqüilidade, serenidade, otimismo..., nos dando a certeza de que tudo é possível quando se tem objetivo e projeto de vida.

A luz de Jesus reflete em nossas vidas, na maioria das vezes, através de pessoas que jamais devemos deixar de agradecê-los; pois, são seres indispensáveis no processo continuado de construção mútua da vida, a qual se desenvolve naturalmente e socialmente dentro de um espaço geográfico complexo. Convicto da importante e imprescindível presença dessas pessoas na minha vida falta-me palavras de gratidão, a cada uma delas, pelo apoio que recebi nos momentos em que mais precisava.

Quando me senti fraco foi no Senhor Deus que, a princípio, busquei forças e nele, com certeza, encontrei, nos momentos de desespero, serenidade e controle e, nos dias em que me achava sem rumo foi também, primeiramente, em Deus e nas pessoas próximas a mim, que busquei direcionamento e iluminação necessários para trilhar os caminhos que deveria percorrer.

Agradeço, de maneira muito especial, a minha professora orientadora Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes, essa que é mãe, professora, amiga e, acima de tudo, uma profissional que serve de exemplo e referencial para todos nós que buscamos ampliar nossos conhecimentos; essa professora que me dispensou credibilidade e confiança, a cada momento, sendo esse trabalho produto do seu esforço. Logo, tenho por ti, professora, muito apreço, admiração e gratidão!

Particularmente, agradeço a todos os colegas e amigos que trabalham comigo, dia-a-dia, no Hospital Universitário Onofre Lopes, minha segunda casa,

local onde desenvolvo minhas atividades como técnico de enfermagem; agradeço, à Enfermeira Maria do Ó de Oliveira Ferreira, supervisora e, acima de tudo, uma amiga que me deu apoio e injeção de ânimo quando eu mais precisava.

Faltam-me palavras de gratidão a todos os meus amigos que me acompanharam nessa trajetória de luta. Agradeço, especialmente, a Marivaldo Araújo do Nascimento, amigo de todas as horas; ao Francisco das Chagas Gomes Neto; a Sra. Teresinha de Jesus da Silva; ao Laélvio Vasconcelos Siqueira; ao José Marcos Correia; a Vera Maria Pereira dos Passos; a Sâmara Alves da Silva; a Sra. Cléia Viana e a todos os professores, funcionários, amigos e colegas do curso de graduação em Geografia e do Mestrado (UFRN).

Agradeço as contribuições, fundamentais, que recebi dos professores doutores Ademir de Araújo da Costa (UFRN) e do Valdenildo Pedro da Silva (CEFET/RN), no decorrer do processo de qualificação do projeto de pesquisa e, também, aos professores Euclides Moreira Neto (CEFET/RN) e a Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN), pela correção do português e normatização da dissertação.

Finalmente, venho agradecer a minha mãe e aos meus familiares que suportaram todos os meus momentos de ansiedade e estresse, me dando ajuda e apoio quando eu mais precisava e com os quais eu sempre pude contar. A todas essas pessoas terei sempre muita afeição e gratidão! - *Gilberto Oliveira Fernandes*.

RESUMO

A pesquisa sobre setor informal da economia e a dinâmica dos territórios nas praias da cidade do Natal/RN, objetiva a compreensão dos espaços territoriais e suas características; a relação dos atores sociais e a existência de políticas direcionadas direto ou indiretamente a este setor da economia e seus territórios. Para isso, enfatiza-se o cenário econômico moldado pelo sistema capitalista de produção e reprodução em meio à globalização, que dentre outras ações interfere no mercado de trabalho, o qual passa por transformações constantes e significativas, na tentativa de acompanhar as mudanças a nível global tornando-se, dessa maneira, um mercado cada vez mais exigente e, conseqüentemente, seletivo. Mediante a realidade socioeconômica e política, por que se passa, cresce o número de desempregados no país acarretando, desordenadamente, o crescimento do setor informal da economia com seus inúmeros trabalhadores, ocupando os mais diferentes segmentos, entre eles: trabalhos autônomos representados, nessa pesquisa, pelos ambulantes; camelôs; barraqueiros; proprietários de quiosques; etc. Para alcançar esse objetivo, recorreu-se aos referenciais teórico-científicos embasados pelo conhecimento empírico, através dos inúmeros casos de estudos, materializados por meio de dados primários e secundários. Finalmente, tem-se a certeza de que os trabalhadores do setor informal complementam a cadeia produtiva, criam e recriam territórios com conteúdos diversos que são imprescindíveis ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social.

Palavras-chave: Setor Informal. Territórios. Mercado de Trabalho. Turismo. Políticas Públicas.

RÉSUMÉ

La recherche sur secteur non-formel de l'économie et la dynamique des territoires dans les plages de la ville de Natal/RN, a le but de la compréhension des espaces de ces territoires ainsi que leurs caractéristiques; le rapport des acteurs sociaux et l'existence de politiques dirigées direct ou indirectement vers ce secteur de l'économie et ses territoires. Pour celà, on donne emphase au scénario économique moulé par le système de production et reproduction dans la mondialisation, ce qui, parmi d'autres actions aq l'inetrférence sur le marché du travail, lequel subit constamment des transformations importantes cherchant à suivre les changements en niveau global, en devenant, pour ainsi dire, un marché chaque fois plus exigeant et, conséquemment, sélectif. Moyennant la réalité économique et politique vécue, il augmente le nombre de chômeurs dans le pays suscitant, à tort et à travers, la croissance du secteur non-formel de l'économie avec ses inombrables travailleurs qui occupent les plus différents segments parmi lesquels les travaux autonomes, ici représentés par les camelots, les propriétaires de baraques, les propriétaires de kiosques ; etc. Pour atteindre ce but, on a cherché les référenciels théorico-scientifiques ayant pour base la connaissance empirique à travers les inombrables cas d'études matérialisés au moyen de donnés primaires et secondaires. Finalement, on est sûr de ce que les travailleurs du secteur non-formel complèmentent la chaîne reproductrice, ils créent et recréent des territoires avec des contenus variés qui sont indispensables pour la croissance et le développement social.

Mots-clès: Secteur informel. Territoires. Marché du Travail. Tourisme. Politiques Publiques.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CARTOGRAMAS

01 – Localização da área de pesquisa a nível de Brasil.....	55
02 – Localização da área de pesquisa a nível de Estado	55
03 – Área da Região Sul de Natal: Vila de Ponta Negra; Conjuntos Ponta Negra e Alagamar	58
04 – Região administrativa da Redinha.....	67

FOTOGRAFIAS

01 – Ponta Negra em 1940	57
02 – Ponta Negra em 2007	57
03 – Areia Preta de ontem	61
04 – Areia Preta de hoje.....	61
05 – Praia dos Artistas na década de 1970.....	62
06 – Praia dos Artistas nos anos 2007.....	62
07 – Praia do Meio com sua antiga barraca de praia	63
08 – Praia do Meio e seus quiosques do setor informal.....	63
09 – Praia do Forte e a Fortaleza dos Reis Magos	65
10 – Praia do Forte e sua feirinha de artesanato	65
11 – Praia da Redinha na década de 1950	66
12 – Redinha revelando suas mudanças nos dias de hoje	66
13 – Redinha e seu intenso comércio Informal	85
14 – Redinha e a concorrência por um espaço	85
15 – Movimento Social em Ponta Negra	113
16 – Luta por um espaço melhor.....	113
17 – Ponta Negra em dia de chuva	120
18 – Praia dos Artista em dia de chuva.....	120
19 – Associação de Rendeiras.....	120
20 – Confeccões de Renda.....	120

GRÁFICOS

01 – Alguns seguimentos de trabalhos do setor informal da economia	40
02 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos em Ponta Negra	97
03 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos em Ponta Negra	98
04 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos na praia dos Artistas	100
05 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos na praia do Meio	101
06 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos na praia do Forte	102
07 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos na praia da Redinha	104

MAPA

01 – Recorte espacial da pesquisa: Praias da cidade do Natal/RN (Ponta Negra; Areia Preta; dos Artistas; do Meio; do Forte e Redinha).....	55
---	-----------

LISTA DE TABELAS

01 – Índices de empregados e desempregados no mercado de trabalho da cidade do Natal/RN	33
02 – Desempregados, por faixa etária e sexo, na cidade do Natal/RN	34
03 – Distribuição de Quiosques por praias da cidade do Natal/RN	87

LISTA DE SIGLAS

CMA	Centro Municipal de Artesanato
COVISA	Coordenação de Vigilância Sanitária
DEP	Departamento de Estudo e Pesquisa
DFO	Departamento de Fiscalização e Operações
DIEESE/RN	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos sócio-econômicos do Rio Grande do Norte
DU	Desenvolvimento Urbano
EC	Estatuto das Cidades
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
EMPROTURN	Empresa de Turismo no Rio Grande do Norte
FGTS	Fundo de Garantia por tempo de serviços
IBGE	Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IHGRN	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLANAT	Instituto de Planejamento Urbano de Natal
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
MCC	Memorial Câmara Cascudo
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PD	Plano Diretor
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMN	Prefeitura Municipal de Natal
PNQ	Plano nacional de Qualificação
PNQT	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNQSC	Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional
PPA	Plano Plurianual
PREALC	Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe

PR	Plano Regional
PU	Política Urbana
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RIV	Relatório de Impacto de Vizinhança
SEBRAE/RN	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte
SEMSUR	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SEMTAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SEMURB	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
SMPGE	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica

SUMÁRIO

	Páginas
INTRODUÇÃO	15
1 GLOBALIZAÇÃO ECONOMICA E O MERCADO DE TRABALHO	21
1.1 O Sistema capitalista: globalização e mercado de trabalho	22
1.2 Setor informal da economia: um segmento do mercado de trabalho	31
2 SETOR INFORMAL DA ECONOMIA E A DINÂMICA TERRITORIAL NOS ESPAÇOS DE PRAIAS DA CIDADE DO NATAL/RN	51
2.1 Histórico e Localização: Recorte espacial da pesquisa.....	52
2.2 Caracterizando o setor informal da economia e seus territórios de praias da cidade do Natal	68
2.3 Os territórios das praias de Natal: o setor informal e seus atores sociais	84
3 ECONOMIA INFORMAL NOS TERRITÓRIOS DE PRAIAS DE NATAL/RN; POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO	106
3.1 Mercado informal: reestruturação produtiva, desemprego e fortalecimento do setor informal através das novas economias	107
3.2 Fragmentos da pesquisa nos levando a compreender os territórios do setor informal da economia nas praias de Natal/RN	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE	150
ANEXOS	154

INTRODUÇÃO

sendo a economia informal difícil de ser mensurada torna-se desafiante fazer essa pesquisa no setor informal, no sentido de compreender sua participação no cenário econômico. No entanto, soma-se com aqueles que consideram os desafios e as dificuldades como obstáculos a serem enfrentados e vencidos. É fato notório que esse setor existe, abre um leque de oportunidades no mercado de trabalho, através dos inúmeros segmentos de ocupações, e reflete significativamente na economia do país, seja em escala mundial, nacional, regional ou local.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 1993 (apud JAKOBSEN, 2001), o trabalho informal atraiu a atenção de estudiosos a partir de informações colhidas no campo de pesquisa realizada no Quênia, no final dos anos de 1960. Por conseguinte, o termo, “setor informal” foi selado pela OIT, e utilizado pela primeira vez nos relatórios sobre Gana e Quênia, elaborados no âmbito do Programa Mundial de Emprego (PME), em 1972.

Uma das principais conclusões alcançadas nesses relatórios foi que o problema social mais relevante naqueles países não era, por si só, o desemprego, mas a existência de grande número de trabalhadores pobres preocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades fossem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas.

Posteriormente, outros estudos e pesquisas foram realizados no decorrer do tempo e, termos diferentes foram surgindo e passando a ser utilizados para identificar as ocupações no setor informal, tais como: “setor não-estruturado”, “setor não-organizado” e “setor não-protegido”. No Brasil, a partir dos anos de 1960, as análises sobre populações pobres também foram acontecendo devido à integração dos trabalhadores aos padrões socioculturais e econômicos da sociedade capitalista. Foi nesse momento também, que surgiu a discussão sobre os trabalhadores que ficam à margem da sociedade ou fora do mercado de trabalho, provocando, ainda mais, debates sobre setor informal no Brasil.

Portanto, as atividades não tipicamente capitalistas eram resultantes e conseqüências do processo de acumulação de capital, o que mantinha parte da força de trabalho na reserva, tendo por função pressionar os trabalhadores que estavam na ativa e considerar o subemprego como uma forma peculiar de inserção

no mercado econômico e, dessa forma, surge à necessidade de analisar-se as atividades não capitalistas que permaneciam na economia urbana.

Com o surgimento do setor informal da economia, a OIT passou a defender a existência de dois segmentos: o setor *formal*, caracterizado por unidades produtivas com seus trabalhadores organizados, registrados e com todos os seus direitos trabalhistas assegurados; e o *setor informal*, composto por unidades produtivas com trabalhadores não regulamentados e com os direitos trabalhistas não assegurados; exceto, para pequenas empresas com até cinco funcionários que, mesmo tendo seus direitos assegurados, estão inseridos também no setor informal da economia. Nesse contexto, é que Alves e Tavares (2006) dizem que o setor informal possui uma forma de organização produtiva com pouco capital e num mercado não regulamentado e pouco competitivo.

A partir dos anos de 1970, o conceito de setor informal passou a ser utilizado nas análises sobre os países latino-americanos por meio da experiência do Programa Regional de Emprego Para América Latina e Caribe (PREALC), sendo utilizado como referencial explicativo das questões mais globais do mercado de trabalho, especialmente aquelas ligadas ao desemprego e subemprego. Esse órgão, seguindo as mesmas orientações da OIT, entendia que no setor informal estariam as atividades de baixo nível de produtividade e agruparia nele as categorias de trabalhadores não subordinadas à legislação trabalhista.

Na perspectiva de compreensão dos estudiosos do setor informal como Cacciamali, 1983 (apud ALVES; TAVARES, 2006), o setor caracteriza-se por trabalhadores que vivem de sua força de trabalho ou, em alguns casos, utiliza-se de mão-de-obra familiar ou, mais raramente, subcontrata ajudantes como o objetivo de obter de uma renda para consumo individual e familiar.

Contudo, a partir da década de 1990, observava-se grande crescimento da economia informal em médias e grandes cidades brasileiras, passando a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. Paralelamente a esse aumento, tem-se o crescimento de outras formas de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto mais amplo de escassez do trabalho. E, dentro desse contexto, os estudos da área do trabalho passam a privilegiar a análise da espacialidade das formas de organização social da produção informal e as relações de trabalho não tipicamente capitalista, buscando estabelecer qual era a relação com o processo de acumulação capitalista.

As transformações atuais no mundo do trabalho (ALVES; TAVARES, 2006) têm dificultado, ainda mais, a precisão do conceito de setor informal, já que hoje depara-se com trabalhadores informais que assumem uma forma atípica em relação às décadas de 1970 e 1980. Sendo assim, a utilização do conceito de setor informal torna-se bastante restrita sendo necessário utilizar-se também o conceito de informalidade, pois os conceitos de setor formal e informal não dão conta de explicar essa nova realidade para caracterizar as mudanças nessa área.

Para Malaguti, 2000 (apud ALVES; TAVARES, 2006), o conceito de informalidade, por ser mais amplo, engloba o conceito de setor informal, abrangendo situações diversas que não poderiam ser apreendidas por meio de conceitos fechados ou setoriais. Para análise da informalidade, propõe a criação de novos instrumentos teóricos que possibilitem captar a nova padronização do mercado e da legislação do trabalho, levando a compreensão de sua lógica, de suas formas de reprodução e das redes de sociabilidade que são construídas, além de estabelecer quais os vínculos que mantém com o grande capital.

No âmbito da geografia, é importante destacar o trabalho de Santos (2004), “O Espaço Dividido”, que procura analisar as teorias utilizadas para interpretação do fenômeno da urbanização, da evolução urbana, do fato regional e das relações entre subespaços; propondo, para tanto, uma nova teoria – a teoria dos dois circuitos da economia urbana; baseado nessa teoria, buscava compreender a urbanização e a organização do espaço geográfico dentro de uma concepção da economia urbana.

Apesar de ser considerada pelo autor a proposta teórica de grande relevância, a discussão toma como referência metodológica a concepção dicotômica: Formal X Informal, por entender-se que seja esta a mais coerente à realidade estudada e, portanto, aquela que contribui melhor em sua compreensão.

Assim concebendo, a dissertação parte da metodologia de que o setor informal da economia e a dinâmica territorial nos espaços de praias da cidade de Natal serão analisados, nos dias de hoje, considerando as transformações econômicas, globais e locais, que esses espaços vêm sofrendo em função do setor informal o qual é importante segmento do mercado de trabalho. Para isso, recorre-se aos acervos bibliográficos diretamente relacionados à economia; ao mercado de trabalho e aos territórios econômicos geográficos, enquanto categorias fundamentais para realização desta dissertação.

Esta pesquisa foi realizada a partir de levantamento de alguns dados estatísticos relacionados ao mercado de trabalho numa visão global e local assegurando, no entanto, o setor formal, o informal e a informalidade dentro da visão conceitual científica. Contudo, o trabalho empírico foi o que conduziu à realização da pesquisa; para isso, a princípio, fez-se o reconhecimento do campo de pesquisa; aí retornando várias vezes, para aplicação de questionários e processo de entrevistas, para efetuar diálogos com trabalhadores e consumidores; para levantar documentos primários e secundários; para proceder visitas a instituições públicas e participar de reuniões com proprietários de quiosques e barracas ou locatários.

Logo, esta dissertação está desenvolvida em três capítulos. No primeiro, discuti-se sobre a economia globalizada, mercado de trabalho e suas transformações e a dinâmica geográfica do espaço-territorial destacando também, o mercado de trabalho e o crescente desemprego em função, dentre outros fatores, da exigência cada vez maior para se ingressar no mercado de trabalho dentro da real situação por que passa a economia do país.

No segundo capítulo mostra-se, através do mapa de localização, o recorte espacial de pesquisa e figuras revelando a evolução urbana e urbanização dos territórios de praias, comparando imagens do ontem e do hoje. Ressaltam-se o mercado de trabalho e suas segmentações, considerando a realidade do setor informal nos vários territórios de praias e, para isso, utilizam-se gráficos, tabelas, quadros, figuras e documentos.

Procura-se mostrar a situação real de trabalhadores, seu dia-a-dia, no desenvolver de suas atividades, nas árduas jornadas de trabalho e nas situações precárias que enfrentam, além de conviver com um espaço desarmônico, heterogêneo e contraditório, em meio a muita dinamicidade.

No terceiro, procura-se abordar a questão relacionada ao planejamento e ações do Governo direcionadas para os territórios turísticos de praias e, conseqüentemente, para o setor informal da economia, seja de forma direta ou indireta. Para tanto, nesse capítulo, questiona-se como se encontra a situação dos trabalhadores informais, suas relações com os consumidores turistas e se esses, efetivamente, contribuem para o crescimento desse setor da economia.

Ao escrever destes capítulos, chega-se às considerações finais com uma certeza: a pesquisa não se dá por encerrada; mas, abre caminhos para aqueles que querem realizar estudos sobre esta temática; afinal, o setor informal da economia

crece, cada vez mais, sendo um importante segmento do setor econômico e provoca transformações significativas no mercado de trabalho, nos territórios geográficos sejam eles fixos ou móveis, concretos ou abstratos; todos, em contínuas transformações com o objetivo de acompanhar as mudanças que o mundo propicia.

1º CAPÍTULO



Globalização econômica
e
O mercado de trabalho

1.1 O sistema capitalista: globalização e mercado de trabalho

Nos primórdios da civilização o homem começou produzindo para seu próprio consumo; ao passar dos anos, as populações foram se organizando em comunidades e/ou sociedades, e essas passaram a produzir de maneira diferente, utilizando técnicas também diferentes e mais avançadas. Esse processo fez emergir uma sociedade organizada em classe. Surge, portanto, o sistema econômico capitalista produtivo, caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, sendo o homem o principal agente no processo de produção e reprodução do capital, seja pela capacidade de produzir mercadorias, seja pela sua produção de mais valia.

O capitalismo surge quando a máquina sobrepõe-se o homem, tendo seu espaço de desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX, e nas grandes descobertas da idade média. Entretanto, diversos outros sistemas foram sendo superados ao longo da história, a exemplo do escravagismo, feudalismo e mercantilismo. Porém, o sistema capitalista como aquele que congrega a predominância do capital, por meio das máquinas, cresceu mais rapidamente com o avanço tecnológico sendo, os equipamentos e mãos-de-obra, instrumentos fundamentais para a reprodução das relações sociais e, desse modo, a economia. No processo de reprodução dessa, convém destacar o avanço da tecnologia de modo que, foi configurando-se a substituição da força de trabalho do homem pelo uso, cada vez mais freqüente, da máquina.

O desenvolvimento do capitalismo pode ser compreendido a partir de suas três fases distintas se forem considerados o acúmulo de riquezas, o controle dos sistemas de produção e o lucro dado à expansão dos negócios. A primeira fase é chamada de capitalismo comercial ou pré-capitalismo, o qual se desenvolveu dos séculos XVI ao XVIII, destacando-se, nesse período, as Grandes Navegações e as Expansões Marítimas Européias. Contudo, a burguesia mercantil começa a buscar riquezas em outras terras fora da Europa, reproduzindo e expandindo os capitais comerciais países afora.

A segunda fase ou a fase do Capitalismo Industrial iniciou-se no final do século XVIII, no momento em que a Europa passava por mudanças significativas em seu sistema produtivo e, concomitantemente, ocorre na Inglaterra a Revolução

Industrial que fortaleceu, ainda mais, o sistema capitalista de base produtiva, solidificando suas raízes na Europa e espacializando-se por outras regiões do mundo. As mudanças trazidas pela Revolução Industrial se efetivaram-se por meio da introdução da máquina no processo produtivo, uma vez que, a produção era desenvolvida artesanalmente. No entanto, a produção com uso intensivo das máquinas conseguiu aumentar seus lucros e, obviamente, produzir mais e com mais rapidez, possibilitando a reprodução do capital de forma mais ampliada.

A terceira fase ou a chamada de Capitalismo Monopolista-financeiro iniciou-se no século XX e desenvolve-se até os dias de hoje; essa fase tem o sistema bancário, as grandes corporações financeiras e o mercado globalizado como as molas mestras para o seu desenvolvimento. Pois, esse momento de globalização econômica por que passa o mundo, cria possibilidades para que as grandes corporações industriais produzam mais e nas mais diversas partes do mundo, buscando reduzir custos e manter um comércio ativo com as grandes proporções e entre as diversas fronteiras geográficas e financeiras (FERREIRA, 1982).

Assim, o sistema capitalista, ao longo de sua história, tem procurado eliminar todas as barreiras moldando e produzindo um espaço geográfico, no decorrer do tempo, apropriado a sua dinâmica de acumulação num momento particular de sua história, mas, o processo acumulativo de capital não ocorre seguindo definitivamente uma trajetória ascendente, ao contrário, segue um processo oscilatório, articulando momentos de expansão, estagnação e declínio, efetivando, assim, os momentos de crises.

De acordo com a realidade do processo produtivo, alguns fatores são imprescindíveis, como nos aponta Harvey (2004, p. 87), quando diz que “a redução de custos e do tempo de deslocamento no espaço tem sido um foco contínuo frente à tecnologia”, a exemplo da construção de estradas, vias férreas, força elétrica, transportes aéreos e automobilismo, entre outros, os quais são fatores que aceleram o processo de deslocamento de pessoas, entrada e saída de mercadorias, os quais são imprescindíveis para que o processo produtivo aconteça.

Ao longo da história de reprodução do capital é perceptível a importância da organização territorial por meio do poder estatal que regula o dinheiro, a lei e a política, bem como a monopolização dos meios de coerção e de violência. Temos o exemplo dos Estados Unidos da América que depois de liderarem a economia capitalista mundial até 1929, foram sacudidos por uma depressão econômica que

abalou sua estrutura produtiva. Mas, a progressiva intervenção do Estado Nacional em sua economia caracterizou o desenvolvimento capitalista a partir da Segunda Guerra Mundial, sendo criadas empresas estatais, implantadas com medidas de protecionismo ou restrição na economia interna e no comércio exterior, aumentando a participação do setor público no consumo e nos investimentos nacionais.

Diante disso, a maior parte das antigas colônias tornou-se independente, modificando substancialmente a relação de subordinação econômica às metrópoles. Em muitos setores, a concentração de empresas passou a ser dominante, formando poderosos complexos empresariais, dentro e fora das fronteiras dos países de origem, provocando o surgimento das empresas multinacionais, com participação societária de pessoas ou organizações domiciliadas em diferentes países.

Após a depressão da década de 1930, o capitalismo passou a manifestar crises periódicas relacionadas ao desemprego, à inflação, à instabilidade do sistema monetário internacional e a concorrência entre os grandes competidores. Mas, apesar de todas essas crises cíclicas, o sistema capitalista, baseado na produção industrial, continuava a desenvolver-se pelos países afora.

Todavia, nos momentos de crises financeiras e conflitos, a exemplo do período pós-crise de 1929, o modelo produtivo de desenvolvimento que passou a vigorar nos países tecnologicamente mais avançados a exemplo dos EUA, Japão e parte da Europa, foi denominado de “Fordismo”, que de acordo com Corrêa (2007), esse foi o momento no qual os trabalhadores enfrentaram alguns problemas, tais como o desemprego, sendo este, comumente, atribuído ao avanço tecnológico e ao momento da robotização por que passavam os países industrializados.

Sendo assim, as mudanças que ocorreram nesse modelo de produção alteraram a organização do processo produtivo e do trabalho em escala mundial, causando o então desemprego estrutural. O modelo Fordista para desenvolver-se, dependia, dentre outros fatores, do aumento salarial dos trabalhadores para que o mercado se mantivesse em plena atividade, tanto no que diz respeito à produção quanto ao consumo. Porém, esse aumento nos salários não podia comprometer os lucros dos empresários.

Com isso, nova crise inflacionária acontecera e os EUA amargaram momentos críticos em seus gastos públicos, acarretando, contudo, uma queda significativa no valor do dólar e, conseqüentemente, levando a Europa e o Japão a conquistarem espaços e competitividade no mercado mundial. No entanto, se o

modelo fordista por um lado, funcionava como sistema produtivo e reprodutivo e da reestruturação da força de trabalho; por outro, não dava oportunidades para que os trabalhadores participassem mais ativa e diretamente do processo. Nesse sentido, concordamos com o pensamento de Harvey (1992, p. 132) ao nos dizer:

Nem todos eram beneficiados pelo fordismo, havendo, na verdade, sinais abundantes de insatisfação, mesmo no apogeu do sistema. Para começar, a negociação de salários, no fordismo, estava confinada a certos setores da economia e certas nações [...]. As desigualdades resultantes produziam certas tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos.

No período de produção nos moldes fordista, entre os anos de 1945 e 1973, as diversas sociedades desenvolveram-se de maneira desigual; pois, esse modo de produzir não conseguiu superar as contradições impostas pelo capitalismo, e isso devia-se, em certa medida, à rigidez com relação aos investimentos de capital; aos mercados comerciais; aos sistemas de contratações de mãos-de-obra; entre outras ações praticadas dentro do sistema fordista.

Sendo assim, uma das saídas para essa crise era criar novo modelo que rompesse com a situação de rigidez nesse sistema produtivo. Logo, na década de 1970, a palavra de ordem passou a ser um modelo mais flexível para amenizar a situação relacionada aos modos de ocupação da força de trabalho; as garantias trabalhistas e os mercados em massa que, até então, estavam saturados. Dessa forma, pouco a pouco, foram abrindo-se espaços para novo modelo de produção – O “pós-fordismo”. Esse que foi chamado de “modelo flexível e/ou toyotismo” (CORRÊA, 2007, p. 54).

A partir do ano de 1970, o empresário Eiji Toyoda, implantou no Japão novo modelo produtivo; visto que o modelo fordista estava inviável para esse país que havia sido arrasado pela Segunda Guerra Mundial e deixara o mercado, o capital e a matéria-prima bastante escassos e sem condições alguma de continuar no antigo modelo de produção.

Surge, portanto, o “toyotismo”; como um modelo de produção industrial baseado em tecnologias da automação e com utilização de máquinas cada vez mais sofisticadas; com reengenharia gerencial e administrativa de produção associada a uma organização hierárquica com interação entre os engenheiros dos projetos, os programadores e os operários; os quais pensavam, criavam novas regras e as

executavam. Desse modo, a produção passou a crescer consideravelmente, atendendo às constantes oscilações do mercado consumidor global e às mudanças aceleradas nas formas e técnicas de produção.

Portanto, o sucesso que se estabelece em produtividade e competitividade obtida pelas companhias automobilísticas japonesas foram, em grande escala, atribuídos a essa revolução administrativa nesse novo modo de produzir, de maneira que na literatura empresarial “toyotismo” opõe-se a “fordismo”, como nova fórmula para o sucesso, adaptada à economia global e ao sistema produtivo flexível. Nesse novo modelo, alguns elementos são fundamentais, como, por exemplo: o controle de qualidade total dos produtos em seu processo produtivo e melhor utilização dos recursos; melhor relacionamento dos trabalhadores no processo de produção através do trabalho em equipe; iniciativas descentralizadas; mais autonomia nas tomadas de decisões; maiores recompensas pelo desempenho das equipes e maiores reconhecimentos hierárquico-administrativos.

Contudo, esse novo modo de produzir baseava-se em cortes de gastos onde fosse possível; logo, o sistema de terceirização admitido pelas empresas acontecera de forma surpreendente. Empresas de grande porte repassam algumas atividades para as de médios e pequenos portes reduzindo, dessa forma, onerosas rotinas burocráticas e despesas com encargos sociais. Diante de todos os acontecimentos, o toyotismo encontrou respaldo no Estado Neoliberal, diminuindo as garantias sociais e o poder de reivindicações dos operários, cujo resultado foi o crescente número de desempregados, sem que o mercado possuísse iniciativas ou adotasse medidas estratégicas para combater tal situação, passando a ocorrer, continuamente, episódios de demissões de trabalhadores em massa em todos os países do mundo capitalista.

Duas condições são essenciais no processo que determina o modo de produzir: a existência de capital e de mão-de-obra as quais definem as duas classes sociais básicas: os *assalariados*, os quais têm um vínculo empregatício segundo a legislação vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada e pagamento fixo sob forma de salário e acréscimos por tempo de serviços e os *capitalistas* que são aqueles que detêm o capital e os meios de produção.

O capitalismo, desde sua origem, nessa busca incessante por lucros, apresenta vários cenários que podem ser descortinados, tais como: o surgimento do comércio seguido de uma reestruturação no mercado; a expansão das cidades; a

abertura a novas rotas marítimas; o contato com os novos centros populacionais do Oriente; a descoberta de metais preciosos e ampliação comercial entre as cidades européias que provocaram o aumento na demanda, além da capacidade de produção artesanal que acelerou, de certa forma, o processo da produção industrial.

Contudo, as riquezas acumuladas durante o período mercantilista, que eram empregadas na compra de produtos manufaturados por artesãos independentes para revendas ou empréstimos a juros, passaram a ser usadas para contratar força de trabalho e comprar os meios de produção surgindo, dessa forma, o mercado de trabalho. Para Marx (1985 apud SILVA, 2008, p. 21), “o trabalho é um processo em que o homem, por sua própria ação, mede, regula e controla seu metabolismo com a natureza”, estando, portanto, as atividades desenvolvidas por homens, de forma individual ou coletiva relacionadas diretamente com o meio social, na produção de valores em suprimento as suas necessidades.

Nesse contexto, os trabalhadores passaram a buscar determinadas ocupações dentro de um conjunto de formas de inserção produtiva ou de prestação de serviços, a exemplo dos trabalhadores que ingressam no setor informal da economia ou aqueles que trabalham independentemente envolvidos com atividades ditas de subsistência. Nesse sentido, é que Marx (1985 apud SILVA, 2008, p. 22), nos diz:

O processo de trabalho [...] em seus elementos simples e abstratos, é a atividade humana orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do mundo natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais.

O trabalho é, portanto, parte intrínseca das relações sociais complexas e efetivadas a partir de relações humanas, frente às particularidades de cada ser humano como parte integrante dentro do processo produtivo e reprodutivo do capital submetidos, constantemente, às reestruturações do trabalho, o qual somente existe, mediante a associação das capacidades físicas e mentais dos seres humanos associados aos meios de produção.

Entretanto, mediante as transformações que o sistema capitalista econômico e o mercado de trabalho condicionam o homem, o qual já se acostuma nos

condicionam, já estamos acostumados a ver, diariamente, por meio da imprensa falada ou escrita, matérias sobre as demissões em função, dentre outros fatores, do avanço tecnológico que vem substituindo o trabalho humano. Nesse contexto, a sociedade contemporânea convive em meio a muitas contradições e complexidades; ora, ocasionada pela globalização econômica; ora, pelo mercado de trabalho que se agravou no período pós-guerra. Essa globalização promove uma enorme expansão do consumo, transformando todos os aspectos da vida humana em simples mercadoria, a ser vendida e consumida.

O discurso sobre globalização iniciara-se nos Estados Unidos a partir da metade da década de 1980; passando, mais tarde, a despertar interesses nas pessoas de todos os lugares do planeta. É bem verdade que a globalização iniciara desde os séculos XV e XVI, quando através das grandes navegações as novas regiões do planeta foram sendo descobertas e exploradas pelos europeus (CARMO, 2004, p.13). Um outro momento dessa globalização transcorreu no século XVIII ou no período da Revolução Industrial quando, as principais nações européias expandiram seus mercados por outras regiões criando, dessa maneira, novas possibilidades de produção e criação de novos postos de trabalho ampliando, consideravelmente, o mercado de trabalho.

A mudança significativa que define essa economia capitalista globalizada é que o mundo tornou-se interligado por meio de um sistema de relações informacionais, principalmente relacionados ao cenário econômico. Com o surgimento da microeletrônica alguns estudiosos dizem já se estar vivendo a “Terceira Revolução Industrial”. O capitalismo avança aceleradamente por todo o planeta e, na mesma proporção, invade territórios e promove destruições de fronteiras, sejam essas, econômicas, históricas, políticas, etc, impondo ao mundo nova forma de organização, recriando novas formas de produzir e reproduzir o capital.

Sendo assim, todos os países do mundo, de uma forma ou de outra, enfrentam crises financeiras e reestruturações no mercado de trabalho em detrimento, dentre outros fatores, a essa dinamicidade representada pelo alto padrão tecnológico e redirecionado pela informatização (CARMO, 2004). Nos dias de hoje, os sistemas financeiros-informacionais e o mercado de trabalho passam a configurar nova geografia mundial, distinguindo os lugares conforme as mudanças

que promovem diferenças regionais significativas, devido aos processos técnicos, científicos e informacionais em diferentes espaços e territórios.

De acordo com Dowbor (2001), a globalização não ocorre de forma geral. Basta um olhar sobre o cotidiano atual para ver-se o quanto esse processo atinge os espaços de forma localizada e fragmentada. Desse modo, é necessário ter-se outra visão a respeito dessa globalização acabando, de uma vez por todas, com a idéia fixa de que tudo ocorre de forma globalizada e, buscando a compreensão de como os diversos espaços-territoriais são diferentes e passam por problemas, também, distintos.

Os espaços e seus territórios são, em sua totalidade, sistemas heterogêneos, fragmentados e complexos, dentro de um processo global constituindo essa tendência dominante nos tempos hodiernos, de um modo bem particular no setor financeiro onde as relações dão-se via satélite; fibras óticas; etc., capacitando assim, comunicação instantânea e com grande quantidade de informações.

Mediante essa realidade, a nova ordem política, econômica e social do mundo apóia-se nas políticas neoliberais, sobalçando a competitividade e provocando, ainda mais, o processo de fragmentação e reestruturação do mercado de trabalho, o qual se torna cada vez mais vulnerável. A força de trabalho inserida nesse modelo econômico-produtivo, evidentemente, torna-se, no mínimo instável, a exemplo dos trabalhadores que ocupam empregos temporários, assumem subcontratações e procuram empregos no setor informal da economia.

Logo, se está diante de um novo modelo econômico industrial bem diferente daquele vinculado às chaminés das fábricas e seus tradicionais operários (CARMO, 2004). Fazemos parte de um espaço geográfico globalizado, onde, ao mesmo tempo, em que ocorrem mudanças econômicas, políticas, sociais, espaciais e geográficas, há também, transformações no mercado de trabalho que gera incertezas, dúvidas, temores e desemprego.

Porém, o efeito dessa instabilidade no mercado de trabalho vem fragmentando a classe trabalhadora, revolucionando o mercado financeiro e gerando o desemprego estrutural que é fortalecido pela política neoliberal e alimentado, também, pela tecnologia de ponta, resultando nesse segmento da economia – o *setor informal*. Este absorve grande contingente de trabalhadores buscando superar o desemprego. O trabalhador desse setor atua no mercado de trabalho, na maioria

das vezes, sem carteira registrada ou assinada, por conta própria ou como autônomos.

Nesse contexto, faz-se necessário criar políticas voltadas para o mercado de trabalho e, de modo todo especial, para o setor informal da economia para que, por meio de ações concretas, possa conhecer o crescimento econômico e o desenvolvimento social desejado por todos; sendo assim, pensa-se de acordo com Lopes (1996, p. 17) quando diz que,

O crescimento da população urbana aliado à evolução tecnológica e econômica criou novos desafios à estrutura de criação de empregos e da geração de riquezas. A grande reformulação do sistema de emprego e a reestruturação da economia globalizada criaram uma série de problemas que tem que ser enfrentados e resolvidos para que as cidades modernas possam encontrar uma nova forma de organização social.

Entretanto, as transformações atingem o mercado de trabalho e os espaços geográficos e, isso se deve, em parte, ao processo de globalização que, muitas vezes, é excludente. Vivemos hoje, um momento onde as transações financeiras ocorrem numa relação muito estreita entre as diferentes regiões do país e do mundo, mas somente as grandes corporações empresariais ou aqueles que detêm o capital produtivo é quem participam, verdadeiramente e decisivamente, do processo de produção e reprodução do capital.

No entanto, não podemos deixar de sublinhar que a realidade por que passa o mercado de trabalho, apresenta-se com inúmeras maneiras de participação dentro do processo produtivo, incluindo desde um vendedor ambulante; um prestador de serviços; um micro-empresário até o topo, representado pelos grandes capitalistas. Porém, todos, participam direta ou indiretamente do processo de produção do capital, de uma maneira ou de outra. Destacam-se aqui, os trabalhadores que fazem parte do setor informal da economia, estes que movimentam o mercado econômico dentro do processo produtivo. É sobre esse setor informal que trataremos a seguir.

1.2 Setor informal da economia: um segmento do mercado de trabalho

Diante da realidade econômica e do mercado de trabalho global em que hoje vive-se, as ações humanas passam a agregar valores sociais e materiais por meio das diversas formas de trabalhos exercidos pelos trabalhadores no processo produtivo e reprodutivo do capital provocando, desse modo, uma nova divisão social e territorial do trabalho e, por conseguinte, criando e recriando novos espaços, territórios, lugares e cidades adaptadas aos novos modos organizacionais de trabalho.

Nesse contexto, concordamos com o pensamento de Santos e Silveira (2006), quando falam que o trabalho torna-se mais especializado e as formas de cooperação e complementaridade se impõem, sobretudo, entre os espaços e as cidades chamadas a oferecerem respostas à população e ao sistema produtivo.

Contudo, pode-se assinalar que as relações comerciais e econômicas de caráter nacional e internacional se processam cada vez mais rápidas, devido, na maioria das vezes, ao desenvolvimento técnico-científico e informacional para dar respostas ao mercado de trabalho, seja nas formas de organizações ou em função dos mercados consumidores. Buscando entender esse processo Dowbor (2001, p.16), chama a atenção para o fato de que a “globalização econômica é uma tendência dominante no momento atual e desenvolve-se dinamicamente, de forma diferente e bastante intensa”.

E, desse modo, o momento atual, movimenta grandes valores financeiros não só no mercado econômico, mas também no mercado de trabalho numa relação de dependência, funcionando como uma cadeia alimentar, na qual diversos atores sociais participam ativamente. Os movimentos financeiros internacionais, de acordo com o autor citado, ultrapassaram no ano de 2001 uma cifra de 1,8 trilhões de dólares por dia, entre os centros comerciais do mundo e numa base de trocas efetivas de bens e serviços na ordem de 20 a 25 bilhões.

Assim, é fato, que o mercado de trabalho vem adquirindo novas características; pois, a realidade tecnológica, global e informacional a que estamos submetidos se dá em qualquer parte do mundo, mais facilmente aproximando o homem de novas culturas, de novas formas de produzir e de consumir. Dessa maneira, as mudanças por que passa o mundo, vão adquirindo novos rumos e direcionamentos, exigindo, cada vez mais da sociedade, novas formas de se

organizar-se e produzir sejam em micro ou macro escala; nesse processo, começa a ter destaque o número de desempregados. É o que se pode constatar com relação à realidade local.

O censo demográfico de 2000 identificou um a População Economicamente Ativa (PEA) em Natal, na ordem de 318.820 mil pessoas, das quais 261.171 estavam ocupadas na semana de referência, conforme Tabela 01; significando, portanto, uma taxa de desemprego em Natal na ordem de 18,08% ou aproximadamente 58.000 pessoas em situação de desempregadas na cidade.

Outro dado relevante é que o desemprego atinge mais as mulheres que os homens e, atinge também, de forma mais acentuada, uma classe da população mais jovem. No entanto, uma política de geração de emprego na cidade deve preocupar-se não só com esse contingente de desempregados, mas também com o fato de que, por ano, nada menos que 11.000 pessoas em Natal passam a compor o contingente de pessoas em idade entre 15 e 64 anos, já descontando os que saem dessa faixa etária. Do contingente que ingressa anualmente em idade produtiva, ainda é levado em consideração, que pelo menos 7.600 pessoas provavelmente residem nas regiões Norte e Oeste de Natal, justamente nas regiões mais carentes da cidade.

Além da questão da quantidade de emprego que precisa ser gerado, a ação municipal deveria preocupar-se também com a qualidade desses empregos; pois, em Natal, existem quase 115 mil postos de trabalhos precários, dentro de um universo de 260 mil, distribuídos na cidade. Entre estes, estão 56 mil empregados sem carteira assinada; 3.000 trabalhadores não remunerados e outros 55 mil trabalhadores por conta própria esses que, muitas vezes, não estão ocupando empregos precários. Contudo, gerar mais e melhores empregos em Natal, certamente, deve ser o centro das preocupações dos gestores e da população em geral. Contudo, na década de 1990, a cidade de Natal, foi marcada por um processo de precarização do mercado de trabalho. Pelo menos dois indicadores demonstram isso de forma incontestável: o desemprego e as categorias de ocupações (Tabela 1).

Tabela 01 – Índices de empregados e desempregados no mercado de trabalho da cidade do Natal/RN

	Ano 1991	Ano 2000	Variação relativa	Projeção p/ 2005
PEA	237.593	318.820	34,19	363.946
Ocupados	219.104	261.171	19,2	284.542
Desempregados	18.489	57.649	211,8	79.405
Empregadores	7.389	9.584	29,71	10.803
Conta própria	43.765	55.485	26,78	61.996
Empregados	167.035	192.798	15,42	207.111

Fonte: IBGE. Censo 1991/2000 (apud PMN/SMPGE/DEP, 2005).

Entre 1991 e 2000, o número de desempregados em Natal mais do que triplicou e o contingente de pessoas procurando emprego, baseado nos dados do censo de 1991 a 2000 saltou de aproximadamente 18,5 mil pessoas para algo em torno de 57,6 mil indivíduos. Em função disso, é que o número de pessoas desocupadas cresceu num ritmo superior ao de pessoas ocupadas; logo, a taxa de desocupação na cidade subiu de 7,78% em 1991 para 18,08% em 2000. Na década de 1990, de cada dois trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho de Natal, 01 o fez na condição de ocupado e o outro entrou nesse mercado procurando um emprego. Isso significa dizer que a expansão do emprego no decorrer dos anos de 1990, foi suficiente para criar ocupações para apenas metade das pessoas que estavam entrando no mercado de trabalho.

Caso essa tendência tenha se prolongado após o ano de 2000, na próxima década Natal deverá ter, aproximadamente, 80.000 pessoas desempregadas, o que equivale a quase 22% da População Economicamente Ativa (PEA) deste ano. Portanto, 01 em cada 05 trabalhadores estará desempregado ou ingressando no setor informal da economia. Outro indicador importante do mercado de trabalho de Natal na década de 90, é que as ocupações por conta própria crescem num ritmo mais acentuado do que as ocupações de empregados no setor formal e, isso é uma consequência do crescente índice de desemprego.

A crescente precarização do mercado de trabalho de Natal, fica clara através dos seguintes indicadores: em 1991 cerca de 27,75% da PEA de Natal estava desocupada ou em ocupação por conta própria; em 2000 esse número saltou para 39,32% e em 2005, mantida essa tendência, a próxima década atingirá 43,11% da PEA. Mostrando, contudo, a tendência de um crescimento desordenado do setor informal da economia.

Assim, é fato que, o mercado de trabalho vem adquirindo novas características dentro de uma realidade tecnológica global e informacional a que estamos submetidos e, que se dá em qualquer parte do mundo, nos aproximando mais facilmente de novas culturas, novas formas de produzir e de consumir. Dessa forma, as mudanças por que passam o país e o mundo vão adquirindo novos rumos e direcionamentos exigindo, cada vez mais da sociedade, novas formas de se organizarem e produzirem sejam em micro ou macro escala.

Nesse processo, começa a ter destaque o número de desempregados, é o que se pode constatar com relação à realidade do mercado de trabalho em Natal/RN. Segundo o censo demográfico de 2000 com projeções futuras, divulgados pela Prefeitura Municipal de Natal (PMN) através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica (SMPGE) e da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), realizada pelo Departamento de Estudo e Pesquisa (DEP), identificou também que o montante de desempregados atinge mais as mulheres que os homens dentro de uma faixa etária mais jovem, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Desempregados, por faixa etária e sexo, na cidade do Natal/RN

Grupos de idades	Total	Homens	Mulheres
Total	57.649	27.858	29.791
10 a 19 anos	14.858	7.521	7.338
20 a 29 anos	21.902	10.190	11.711
30 a 39 anos	11.762	5.133	6.629
40 a 49 anos	5.833	2.925	2.907
50 a 59 anos	2.487	1.555	932
60 anos acima	807	534	274

Fonte: IBGE. Censo 1991/2000 (apud PMN/SMPGE/DEP, 2005).

Entretanto, mais mulheres que homens estão ingressando no mercado de trabalho da cidade do Natal, provocando mudanças significativas. Isso pode ser explicado por vários fatores, dentre outros, a qualificação e a busca, a cada momento, por uma independência profissional e financeira e, obviamente, pelo número populacional de mulheres que também é superior ao de homens.

Mediante os dados divulgados pela PMN, através da pesquisa mostrada, a tendência é que vem se confirmando ao longo desses anos é que o setor informal da economia venha se expandindo progressivamente, servindo como válvula de escape na vida daqueles que buscam, de uma forma ou de outra, suprir suas necessidades.

Dessa maneira, esse setor vem se destacando dentro de um cenário geográfico, econômico-social e global e se projetando como um importante segmento estrutural da economia, nos dias de hoje, seja do ponto de vista da reprodução social, seja do ponto de vista econômico.

Esse fato é uma decorrência das significativas transformações pelas quais vem passando o mercado de trabalho, sendo essas responsáveis pelo intenso desemprego que vem afetando diretamente as mais diferentes classes de trabalhadores. O desemprego ocorre de forma estrutural, provocando subcontratação, subemprego, terceirização; enfim, levando ao surgimento do setor informal e da informalidade. Para que possamos entender todo esse processo é necessário adentrar no entendimento do setor informal da economia

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho informal atrai a atenção de estudiosos a partir de informações colhidas no campo de pesquisa realizada no Quênia, no final dos anos de 1960. Por conseguinte, o termo “setor informal” foi selado pela OIT e utilizado, pela primeira vez, nos relatórios sobre Gana e Quênia, elaborados no âmbito do Programa Mundial de Emprego (PME), em 1972.

Uma das principais conclusões alcançadas nesses relatórios foi que o problema social mais relevante naqueles países não era por si só, o desemprego, mas a existência de um grande número de trabalhadores pobres preocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades fossem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas.

Posteriormente outros estudos e pesquisas foram realizados no decorrer do tempo, e outros termos foram surgindo e passando a ser utilizados para identificar as ocupações no setor informal, tais como: “não-estruturado, não organizado e não protegido”. No Brasil, a partir dos anos de 1960, as análises sobre populações pobres foram surgindo devido à integração aos padrões socioculturais e econômicos da sociedade capitalista.

Nesse período, também, a OIT realizou a missão de estudos que analisou o problema do emprego urbano no Quênia, com vistas a um diagnóstico e à proposição de políticas para atenuação do desemprego e do subemprego naquela e em outras regiões subdesenvolvidas. O relatório resultante dessa missão, pela primeira vez, utiliza a noção de “setor informal” da economia que de acordo com Alves e Tavares (2006, p. 441),

Trata-se de trabalho executado sob relações informais, podendo ser parte de uma atividade fabril externalizada, venda de mercadorias, trabalho virtual, etc., cumprindo para o capital a mesma função do trabalho formal. Diríamos que se trata de uma transfiguração da velha forma – ‘setor informal’ –, adequada às atuais exigências da valorização do valor, fato que não é novidade na história do capitalismo. A luta do capital para adequar a base técnico-material ao seu propósito de acumulação não se extingue enquanto não for extinto o próprio sistema.

Segundo o Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal da economia é composto, principalmente, por atividades urbanas geradoras de renda e que se desenvolvem fora do âmbito normativo e oficial; ou seja, em mercados irregulares. As atividades desenvolvidas nesse setor utilizam-se de pouco capital, de técnicas rudimentares e mãos-de-obra pouco qualificadas; acarretando assim, empregos instáveis de reduzida produtividade e de baixa renda.

A ausência de caráter normativo e oficial é comum às diversas definições dadas ao setor informal. O mesmo não ocorre quando a questão diz respeito a sua denominação. Sendo assim, os debates e discussões sobre o setor informal apontam para denominações como: subemprego, emprego disfarçado, estratégia de sobrevivência, trabalho (não-estruturado, não-organizado, submerso, invisível, não-protegido) entre outras.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor informal da economia é um setor, cujos trabalhadores estão ligados às pequenas unidades de produção e serviços onde, na maioria das vezes, o empregador também é um empregado, podendo haver familiares que os ajude. Portanto, segundo o IBGE (2003), podemos dizer que setor informal é:

A unidade econômica de propriedade dos trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados. Ainda evidencia que a ausência de registro em carteira de trabalho não deve ser utilizada como critério único para definição do mercado informal, à medida que a lógica do mesmo diz respeito ao modo de funcionamento da unidade econômica e não do seu status legal ou das relações que as mantêm com as autoridades públicas.

Ainda com relação à questão conceitual, chama-se atenção para a definição da compreensão que é dada aos termos informal e informalidade. O “setor informal” da economia é composto por trabalhadores que atuam à margem da lei e dos

segmentos modernizados da economia. Já “Informalidade” refere-se, formalmente, ao não cumprimento das normas de proteção aos trabalhadores sendo, basicamente a ausência da contribuição para a previdência social entre outros fundos financeiros de participação; os quais beneficiam a própria classe trabalhadora valorizando, sobremaneira, sua força de trabalho.

Na prática, o fato ocorre da seguinte forma: uma parcela do setor informal da economia, a exemplo das empregadas domésticas que têm carteira de trabalho assinada ou registrada, contribuem e recebem seus encargos sociais; logo, não estão na informalidade, mas fazem parte do setor informal da economia.

Por outro lado, muitas empresas do setor formal da economia, essas que estão regularizadas e registradas conforme exigências da lei e obedecendo a uma escala maior de produção, utilizam mão-de-obra sem vínculo empregatício e sem qualquer registro em carteira de trabalho; portanto, dessa forma, não recolhem nem contribuem com os encargos sociais e trabalhistas. Logo, essa parcela de trabalhadores encontra-se na informalidade, quando deveriam estar, efetivamente, registradas no setor formal e bem longe da informalidade.

O termo “trabalho informal” pode ser aplicado a diversas atividades, as quais são exercidas à margem ou fora da legislação trabalhista, mas com algumas ressalvas. À medida que aumenta o número de desempregados, aumenta também a quantidade de pessoas em busca de um lugarzinho no setor informal; afinal, é um espaço onde há vagas para todos, apesar das dificuldades que devem enfrentar. Esse setor absorve pessoas de ambos os sexos; com formação escolar ou não; faixas etárias diferenciadas; entre outras pessoas, mas todos com o mesmo objetivo: garantir uma renda financeira.

Entretanto, fazem parte do setor informal da economia diversas categorias de trabalhadores e aqui citaremos algumas delas, conforme Jakobsen (2001): os *assalariados*, que fazem parte de micro-empresas com até cinco funcionários, trabalham e vivem com um vínculo empregatício assegurado e caracterizado pela legislação trabalhista vigente e, sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador, bem como, sua remuneração que pode ser fixa sob forma de salário ordenado ou incluindo, adicionais por tempo de serviços, cargos de chefia, insalubridade, periculosidade e comissões.

Os empregadores; esses que são pessoas identificadas como proprietários de um negócio e/ou empresa, ou aquelas que exercem uma profissão ou ofício e têm

normalmente um ou mais empregados assalariados, contratado(s) de forma permanente. Os *autônomos* (trabalham diretamente com o público ou empresas); que são pessoas que exploram seu próprio negócio ou ofício e prestam seus serviços, seja, diretamente, para o consumidor ou para determinadas empresas, ou ainda, para outras pessoas.

As *empregadas domésticas* que trabalham em casas de famílias e são contratadas para realizarem serviços domésticos, podendo ser: mensalista ou diarista; no primeiro caso, recebendo salário mensal; enquanto que no segundo, a pessoa trabalha em casa de uma ou mais famílias e recebe uma remuneração diária e, os *trabalhadores familiares*, os quais exercem atividades econômicas em negócios ou no trabalho entre parentes sem receber um salário fixo, em contrapartida, recebem uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada. Todos esses trabalhadores, entre outros, fazem parte de um setor da economia, que vem tomando conta dos espaços geográficos, criando e recriando inúmeros territórios.

Contudo, não esqueçamos de que o setor informal da economia é muito amplo; nele estão incluídos também os proprietários de pequenos negócios estejam registrados ou não; os trabalhadores individuais e familiares, bem como, os comerciantes com até cinco empregados, desde que caracterizados por uma produção realizada em pequena escala e com um baixo nível de organização. Pois, sendo o setor informal da economia um conjunto de atividades não essencialmente capitalista, mesmo estando inserido nesse sistema visa, num momento oportuno, ingressar no setor formal e tipicamente capitalista.

Contudo, temos também, a figura do trabalhador autônomo ou por conta própria e que é conhecida há muitos anos, estejam esses representados pelos camelôs, donos de pequenos negócios, barraqueiros, feirantes, ambulantes, etc.; o certo mesmo é que, há anos, deparamos com esses conhecidos “donos de calçadas e de espaços públicos” como os são, comumente, tratados.

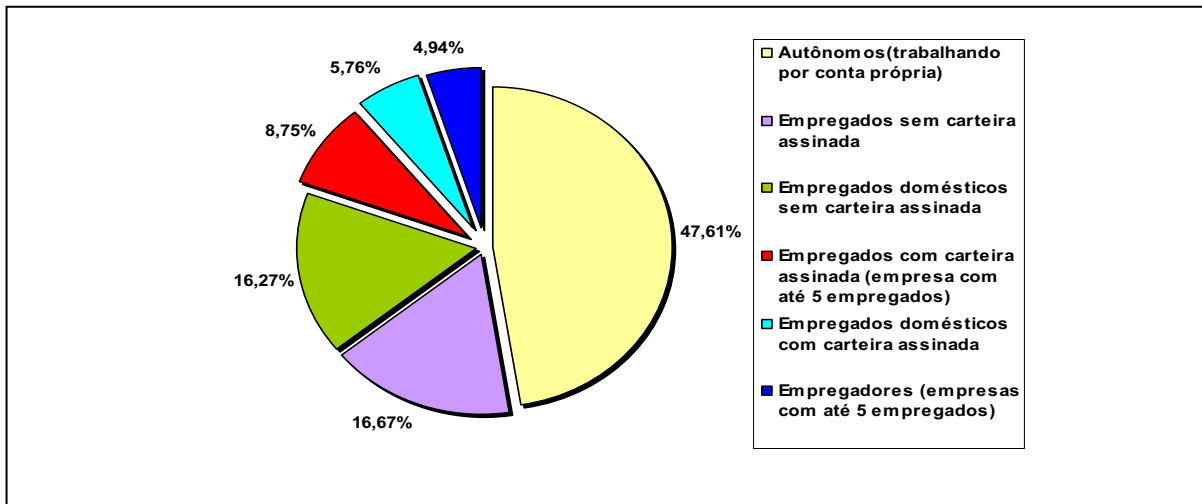
Com relação à categoria de trabalhadores por conta própria ou autônomos devemos buscar entender sua forma de inserção no mercado de trabalho que pode dar-se através de empregos familiares ligados às atividades artesanais; prestadores de serviços em geral; proprietários de pequenos comércios e os que vivem de atividades ocasionais diversas.

Esses trabalhadores podem ser definidos como um produtor simples de mercadorias ou que conta com força de trabalho própria ou de familiares e, em

alguns casos, subcontratando força de trabalho assalariada. Contudo, de acordo com Alves e Tavares (2006, p. 433), as formas de inserção do trabalhador, por conta própria, na economia informal “não são práticas novas, mas foram recriadas pelas empresas capitalistas como meio de possibilitar a extração da mais-valia absoluta”.

De acordo com Antunes (2006), dentro das categorias de trabalho existem os menos instáveis, os quais possuem um mínimo de conhecimento profissional e que, na maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços, a exemplo das costureiras; pedreiros; jardineiros; vendedor ambulante de artigos de consumo mais imediato como os alimentos, vestuários, calçados e de consumo pessoal; camelôs; empregado doméstico; sapateiro e oficiais de reparos. Existem, ainda, trabalhadores informais ocasionais ou temporários que se encontram desempregados e buscam se encaixar em qualquer atividade do setor informal, mas, seu objetivo maior é o de retornar ao trabalho assalariado. São trabalhadores que, ora estão desempregados, ora são absorvidos pelas formas de trabalho minguado, vivendo numa situação que, inicialmente, era provisória passando a ser permanente.

Todavia, se a presença desses trabalhadores nas ruas apropriando-se dos espaços de uso comum do povo, não é algo recente é; no entanto, um fenômeno igualmente antigo a tentativa de os governantes para resolver tal situação. Quem nunca teve que desviar-se de um vendedor ambulante ou de um camelô nas ruas ou nas calçadas por onde se passa? Ou até mesmo quantos deixam de ficar em uma guarita ou em um ponto de ônibus, devido a que o local esteja ocupado por um ambulante? Hoje, eles estão por toda a parte, chegando mesmo a impressionar com seus trabalhos, formas e maneiras de territorializar os espaços geográficos. Observe, Gráfico 01, alguns dos segmentos ocupacionais dentro do setor informal da economia.



Fonte: Dedecca (2007).

Gráfico 01 – Alguns Segmentos de trabalhos do setor informal da economia

Portanto, as mudanças que vêm ocorrendo no campo social e econômico, especialmente nos espaços urbanos, refletem na vida cotidiana e, dessa maneira, as cidades aparecem como manifestações espaciais e concretas no processo de constituição da sociedade alicerçada pela divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial e na eliminação das fronteiras entre os Estados, devendo-se, contudo, a globalização e, particularmente, aos fluxos de informações que são dadas de forma acelerada e que vêm aquecendo a economia do país e do mundo.

No processo de produção e reprodução do capital, o mercado de trabalho é produzido e reproduzido, contornando os territórios nacionais e internacionais dentro de um único espaço e, sobretudo, nas grandes cidades onde as mudanças são significativas e rápidas, mediante as ações e informações que levam a refletir o quanto é complexa a realidade em que se vive.

Cada sociedade procura produzir seu espaço dentro das suas disponibilidades e necessidades, mas, ao mesmo tempo, determinando um ritmo de vida; os modos de apropriações; projetos e desejos. Afinal, as cidades têm uma dimensão explicativa, permitindo-se entender como realizam-se os processos de produção e reprodução da sociedade vista e analisada a partir do micro espaço, dentro da totalidade.

As relações sociais, de acordo com as necessidades, se efetivam no espaço geográfico, o qual se torna o universo para tais realizações humanas vividas nos espaços públicos, onde o comércio ganha significado especial para os trabalhadores, principalmente para os do setor informal da economia e nesse

sentido, espaço e tempo articulam-se de modo indissociável dentro do processo produtivo e reprodutivo.

Nessa linha de pensamento, aqui sublinha-se o fato de que o uso do espaço público é possível de ser apreendido através de improvisações, de atitudes espontâneas expressas nos momentos de necessidade, lazer, reuniões, diálogos nas associações, feiras livres e nos ambientes de trabalho; embora, algumas vezes, essas ações possam ser motivo de conflitos e discórdias.

As cidades e seus espaços enquanto econômicos e sociais são apropriados e utilizados de várias formas pelos mais diversos segmentos da população, quando deveriam ser utilizados obedecendo às leis que regem seu uso como um bem comum. Um exemplo disso, diz respeito aos trabalhadores do setor informal da economia que, de maneira obscura ou ilegal, constituem expressão significativa daqueles que fazem parte de uma economia invisível. No Brasil, a migração para os centros urbanos que acompanhou o processo de industrialização trouxe como consequência, à superpopulação nas cidades; a favelização; a redução na qualidade de vida; a explosão do desemprego e o crescimento do setor informal justificado, quase sempre, como forma de sobrevivência.

Observe-se que, no início do século XXI, o país ainda pertence ao grupo com maior quantidade de desempregados do mundo. Embora o desemprego seja algo presente na história da formação do mercado de trabalho ressalta-se que, até o final da década de 1980, o desemprego era relativamente baixo no Brasil; contudo, a partir da década de 1990, a quantidade de pessoas sem emprego ou a procura de um, ganhou forte relevância sem paralelo com qualquer outro período anterior. A partir de 1994, o país fica incluso no bloco dos quatro países com maior número de desempregados e, em 1996, ocupa a 13ª posição no *ranking* do desemprego no cenário mundial, passando no ano de 2002 a ocupar a 4ª posição e perdendo apenas para Índia, Indonésia e Rússia (POCHMANN, 2006).

O fenômeno do desemprego é uma realidade incontestável desde algum tempo; pois, além do expressivo montante de pessoas desempregadas cabe ressaltar a drástica alteração na composição do desemprego que, de acordo com Pochmann (2006, p. 62),

[...] o desemprego mudou de perfil, deixando de se um fenômeno que atingia, no passado recente, segmentos específicos no mercado de trabalho, como jovens, mulheres, negros, pessoas sem qualificação

profissional, analfabetos e trabalhadores com pequena experiência profissional.

Diante dessa realidade, o setor informal da economia expande-se como novo segmento da economia e, mesmo não estando incluso nas contas nacionais, contribui, efetiva e significativa com a economia do país, regiões, cidades e com o processo de geração de emprego e renda. Esse setor que proporciona a inserção da PEA referentes às atividades ou ocupações com baixa produtividade; precárias condições de trabalho e que, no Brasil, intensificou-se a partir das duas últimas décadas do século XX. Conforme Pochmann (2006, p. 61), “a maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomos, trabalho independente, em cooperativas, entre outras”.

Assim, cresce no país, o número de desempregados incluindo os mais diferentes perfis profissionais, os quais recorrem, na maioria das vezes, ao setor informal da economia, este que vem se tornando, muito mais, fragmentado, heterogêneo e ao mesmo tempo dinâmico. Entretanto, em buscando relacionar o setor formal ao informal, percebe-se que são indissociáveis (MALAGUTI, 2000 apud ALVES; TAVARES, 2006), e que as relações salariais mais transparentes contêm da mesma forma informalidades. Logo, há casos cujas relações de assalariamento são baseadas em contratos de trabalhos regulamentados e não regulamentados; em que os funcionários trabalham sem condições de segurança; fazem horas extras sem recebê-las; desenvolvem atividades informais no mesmo expediente do trabalho formalizado e trabalham nas horas de folga. Ainda como expressão da relação formal X informal, pode-se dizer que o setor informal, em suas várias ocupações, mantém relações intrínsecas com as empresas capitalistas, mesmo que de forma indireta; pois, os trabalhadores desse setor dependem de alguma forma, do movimento do mercado de trabalho regulamentado, ou seja, da renda financeira dos trabalhadores assalariados para poderem sobreviver. Portanto, as rendas financeiras obtidas pelos trabalhadores informais têm decaído, devido à diminuição do poder de compra dos trabalhadores assalariados formais e do crescente número de desempregados. Outro fator responsável pela diminuição dessa renda é a grande concorrência entre os próprios trabalhadores do setor informal que se intensificam a cada dia.

Grande parte dos trabalhadores do setor formal necessita do mercado de trabalho não regulamentado ou do informal para subsistirem; pois, de acordo com Malaguti (2000 apud ALVES; TAVARES, 2006), a formalidade e a informalidade coexiste dentro do processo produtivo; os trabalhadores que têm participação paralela nos dois segmentos, formal e informal, acabam utilizando-se dessa estratégia para garantir e ampliar as vendas, criando facilidades para o escoamento de suas mercadorias sem ter que depender, exclusivamente, da formação de uma clientela externa, o que tomaria mais tempo e dedicação. Porém, o que se observa, nos dias de hoje, é um aumento das atividades informais em sua amplitude, mesmo com redução de ganhos; pois, para muitos trabalhadores, essa constitui-se em sua única opção de sobrevivência.

Um dado relevante a ser considerado no setor informal da economia, diz respeito à auto-exploração e a precarização dessa força de trabalho que, se expresse pela exploração, contribuindo para que se efetive a circulação e o consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e caracteriza-se por uma renda bastante baixa, além da falta de garantia aos direitos sociais e trabalhistas básicos, tais como: aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença maternidade, etc.

Os trabalhadores desse setor, na maioria das vezes, não têm horário de trabalho fixo, daí, quase sempre, aumentarem sua jornada de trabalho, possibilitando produzir mais, nas horas vagas, determinados produtos que lhes permitam complementar ou melhorar o necessário e suas condições de vida. No caso de trabalhadores por conta própria, além do uso de sua força de trabalho, pode estar sendo consumida à força de trabalho dos membros de sua família que, muitas vezes, não recebem salário.

Na realidade, o setor informal permite ao trabalhador sua reprodução de forma simples; porém, ainda se pode perceber que, esse setor permite a reprodução capitalista e, nesse sentido Alves e Tavares (2006), afirmam que o vínculo entre o trabalhador informal e o processo de acumulação é muito estreito, contribuindo, ambos, para a reprodução do capital.

Outro dado relevante é o não registro na carteira de trabalho, sendo essa, uma expressão da precarização do trabalho. Um exemplo disso, é o aumento do número de trabalhadores que passam da condição de assalariado com carteira assinada para a de assalariado sem carteira registrada; pois, por não serem mais

registrados oficialmente não terão benefícios trabalhistas, nem direito ao seguro desemprego. Analisando esse perfil de trabalhadores, de acordo com Martins e Dombrowski (2001), os assalariados em empresas com até cinco empregados sem registro em carteira são os mais precarizados na escala dos ocupados nas atividades informais. Normalmente eles têm nível de instrução muito baixo, alta rotatividade no emprego, baixos salários e não contribuem com a previdência.

Analisando a relação que há entre as pequenas empresas artesanais ou trabalho em domicílio e as grandes empresas, observa-se que estas últimas adotam as práticas de se apropriar das pequenas produções ou da força de trabalho, que são remuneradas de acordo com sua produtividade. Nesse caso, entendemos que determinadas atividades possibilitam apenas uma renda necessária à sobrevivência dos trabalhadores, facilitando e promovendo a reprodução ampliada do capital.

Ainda sobre os vínculos entre a reprodução de capital e a pequena empresa, deve-se considerar que esta fica inserida num ambiente competitivo e é estimulada pela grande empresa e pelas leis do mercado. A sua pequena produção converte-se em produção para a comercialização, submetendo-a as exigências do capital hegemônico, em que a acumulação é engendrada pela própria competição.

E, como a maior parte das pequenas e médias empresas não dispõe da mesma tecnologia que as grandes, optam por mãos-de-obra que, em sua maioria, trabalham numa situação informal, pagos com salários mais baixos, contratados sem registro em carteira de trabalho e conseqüentemente sem nenhum benefício social. Nesse contexto, a ausência de um vínculo empregatício formal transforma os trabalhadores em simples produtores independentes e as mercadorias ficam nas mãos dos grandes empresários.

Sendo assim, os pequenos negócios começam a proliferar vinculado às grandes corporações, envolvendo as áreas de produção, comércio e prestação de serviços. Os comerciantes do setor informal atuam em áreas que não atraem grandes investimentos e, na maioria das vezes, a sobrevivência das pequenas unidades de produção depende, fundamentalmente, do trabalhador informal e do auxílio da força de trabalho familiar não paga.

Todas essas transformações que estão ocorrendo no mercado econômico estão ligadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, em que as grandes empresas criam inúmeras formas de precarização do trabalho por meio da flexibilização no uso da força de trabalho e nas condições de sua contratação e,

também, da terceirização de seus serviços, ou seja, está ocorrendo uma racionalização de seus processos produtivos para atender às exigências da economia do mercado, de modo a tornarem-se mais competitivas, diminuindo custos e fragmentando a classe trabalhadora.

Porém, diante da impossibilidade estrutural de enfrentamento do desemprego, que se impõe por limites da própria lógica capitalista, o trabalho informal é, por um lado, justificado por meio de fatores externos, como a falta de qualificação do trabalhador e, por outro lado, para livrar-se dos constrangimentos da relação empregado-empregador, incorporando velhas formas de trabalho precário revestidas por um invólucro de autonomia e independência.

No entanto, as formas concebidas como partes da nova organização do trabalho são indicativas de precarização e de maior exploração do trabalhador, apesar da aparente autonomia com que as representações do capital revestem a situação de informalidade. Segundo Alves e Tavares (2006), graças aos processos de terceirização, a generalização da palavra informal é bem o signo de nova maneira de se pensar-se o desenvolvimento. Com essa linha de pensamento, os autores dizem que o trabalho informal deixa de evocar a noção de esterilidade que geralmente lhe é atribuída, para assumir, inclusive, a função de trabalho produtivo, parte do trabalho coletivo.

Contudo, o mecanismo de produção capitalista também já cuidou, ao reproduzir a classe trabalhadora como classe dependente do salário e, cujo salário, não basta apenas para assegurar sua manutenção, mas também sua multiplicação e as várias formas de se alimentar os processos produtivos e reprodutivos. “O mercado é o ponto para quais todos convergem e nos quais todas as pseudo-autonomias se dissolvem” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 441).

Por mais independente que o indivíduo imagine ser, o produto de seu trabalho terá, em algum momento, de confrontar-se com outros, no mercado onde cada troca imprime a presença da mais-valia, expressando, portanto, a oposição do capital à capacidade viva do trabalho. Sob essa ótica, o trabalho informal é uma forma inerente à totalidade da produção capitalista. Os mecanismos que existem hoje, entre o trabalho informal e a produção capitalista indicam que ele tende a deixar de ser intersticial para tornar-se cada vez mais essencial; significando que a sociedade assalariada tende ao fim, mas que a mudança é apenas formal (ALVES; TAVARES, 2006).

Dessa forma, como se não bastasse ter a ciência, a técnica, a divisão do trabalho e o desemprego contra os trabalhadores cresce, ascendentemente, o número de intermediários da relação capital-trabalho, advindos da própria classe trabalhadora. Estes que, embora, disseminem a informalidade possam integrar-se às camadas privilegiadas do sistema produtivo e afirmar que estão garantindo um emprego em condições superiores às oferecidas mediante as relações formais.

As relações econômicas não ocorrem por acaso; seguem a lógica capitalista de produção, reprodução e acumulação de capital. Todavia, com o passar dos anos, a economia brasileira se apresentou subdesenvolvida, mas aos poucos, foi passando de primária exportadora a industrializada e atingiu uma situação intermediária entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento assumindo, contudo, um momento contraditório; pois, apesar de ser uma economia industrializada é subdesenvolvida.

O país necessita, para realizar a verdadeira justiça social, deixar de discriminar a metade de sua força de trabalho e voltar-se à realidade dos fatos; pois, não há empregos formais sem uma economia verdadeiramente formal. O momento difícil por que passa a economia e o mercado de trabalho brasileiro, é sentido, principalmente, por aqueles que vivem em busca de um emprego dentro do setor formal, com o objetivo de conquistar seu espaço produtivo através de sua força de trabalho.

Todavia, os que se encontram no setor formal, muitas vezes, sentem-se estimulados a sonegarem os impostos devido à concorrência ilegal praticada por aqueles do setor informal. Um exemplo bem prático é quando chega um camelô¹ e vende, por preço bem menor, o mesmo produto que está sendo vendido por trabalhadores do setor formal. Logo, dessa forma, travam-se lutas em busca de se vencer, a qualquer preço, a concorrência.

Várias discussões, sejam acadêmicas, sejam institucionais, têm surgido sobre essa questão. Contudo, segundo Mallaguti (2000), o setor formal e o informal possuem dependência mútua, passando a existir trabalhadores informais no setor formal e trabalhadores formais no setor informal. Porém, o que é do conhecimento

¹ São trabalhadores que exercem sua atividade em bancas ou barracas instaladas em diversos pontos da cidade, sobretudo, nos lugares mais movimentados e por onde passam diariamente um grande número de pessoas. Esses trabalhadores comercializam um grande número de produtos, inclusive artigos importados e eletroeletrônicos. Os vendedores em pontos fixos costumam mudar seu produto, conforme o espaço ou ambiente, de acordo com a clientela freqüentadora daquele lugar (SINGER, 2000, p. 43).

de todos é que, hoje, os trabalhadores do setor informal estão por toda parte, constituem um cenário que cresce e se repete diariamente, chamando a atenção da sociedade e gerando discussões polêmicas.

Apesar das transformações que o sistema econômico vem passando ao longo dos anos, nenhuma foi suficiente para transformar, na essência do capitalismo, o que seja lucro. Dentro da realidade econômica em que se vive hoje, para que as empresas capitalistas produzam mais, com mais eficiência e melhores níveis de produtividade, faz-se necessário criar novas técnicas de produção com outras formas de organizações do trabalho e, os trabalhadores, por sua vez, organizados em classes, criam, ou tentam criar, novas estruturas organizacionais de produção e proteção a eles mesmos, mas que favoreçam também ao processo produtivo e econômico.

Porém o trabalho para os trabalhadores é algo que os realiza, dando-lhes uma sensação de poder que domina, até certo ponto, as forças da natureza transformando o mundo material através do uso hábil de suas capacidades manuais e mentais. Sendo o homem um grande consumidor é, ao mesmo tempo, um produtor de bens e serviços e sua capacidade de consumidor e produtor varia de acordo com o espaço, o tempo e a sociedade em que vive. Contudo, os trabalhadores controlam os instrumentos e usam tecnologias vendo os resultados do trabalho sendo materializado por seu poder individual ou coletivo.

Diante da realidade em que se vive, deve-se buscar alternativas urgentes, entre essas, uma diz respeito aos incentivos fiscais e a outra a redução dos excessos de burocracia que levam as pessoas a não encontrarem razão alguma para deixarem o setor informal e inserirem-se no formal; ao contrario, estimulam e incentivam os trabalhadores a permanecerem no setor informal ou vivendo à margem da lei e não querendo assumir compromissos com o Governo, com a sociedade e com o excesso de burocracias e responsabilidades.

No Rio Grande do Norte, toda essa realidade até aqui trabalhada é uma expressão concreta. É o que nos diz Sena (2008), no ano em que, no Rio Grande do Norte, foram desempregadas 15.004 dos empregos formais e os gastos com o pagamento do seguro-desemprego, para esses trabalhadores com registro em carteira, foram bastante significativos. De acordo com Sena, no ano de 2007, as despesas com esses benefícios foram de R\$ 135.755.55,47 milhões, isso sem levar em consideração as demais modalidades de benefícios tais como: bolsa

qualificação, pescadores, empregado doméstico, etc. com isso, os especialistas confirmam que o aumento nos gastos com seguro-desemprego está também ligado ao crescimento do mercado de trabalho informal.

Sendo o Rio Grande do Norte, um Estado com elevado índice de rotatividade de mão-de-obra, Melquisedec (2007), supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos do Rio Grande do Norte (DIEESE/RN), diz que um elevado saldo de contratações significa que número expressivo de trabalhadores entra no mercado de trabalho, mas, em contra partida, outro número de trabalhadores também sai do mercado. Ora, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no ano de 2007 foram admitidos 146.384 mil trabalhadores e 131.380 mil foram demitidos no país. Portanto, quanto mais empregos, maior também a tendência em aumentar o pagamento do seguro desemprego; pois, assim aumentam as chances de demissões.

No Rio Grande do Norte, os setores que foram beneficiados e contemplados com o benefício foram os dos serviços prestados com 45.823 admissões; o do comércio com 34.574 e o da indústria de transformação com 25.482 contratações. Foram esses setores também, os maiores responsáveis pela geração de postos formais no ano de 2007; nesses últimos anos, o de 2005 foi o melhor ano para a criação de empregos formais.

Mediante esse contexto, concorda-se com Santos (2004, p. 20), quando se refere aos espaços dos países subdesenvolvidos dizendo que “os mesmos se formam continuamente no tempo, mas variam quantitativamente e qualitativamente segundo o lugar”, do mesmo modo que variam as combinações e os processos de fusão, eis porque surgem as diferenças espaciais. O autor, ainda registra que as forças da modernização impostas do interior ou do exterior tornam esses espaços extremamente seletivos em suas formas e efeitos; pois, as variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo, nem nas mesmas direções; tratando-se mesmo de uma história espacial seletiva e, portanto, de espaços diferenciados e, nessa linha de pensamento, Santos (2004, p. 21) nos diz que,

O espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos

importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços.

E, no sentido de completar-se esse raciocínio, recorre-se a Carlos (1994), quando diz que não é a natureza do espaço, enquanto produto histórico e social, que está em cheque, mas sua dinâmica no processo de reprodução histórica da cidade em meio aos processos de produção e reprodução do capital, baseado em várias estratégias de classes referentes a grupos sociais diferenciados, com objetivos, desejos e necessidades também diferenciadas, gerando, com isso, situações conflituosas. Grupos sociais vivendo em comunidade têm, em sua essência, o processo de urbanização e este, revela-se na planificação racional do espaço organizado e do território em plena produção.

Entretanto, as contradições da apropriação para a realização da vida humana entram em conflitos com os grupos sociais que exploram o espaço como condição para reprodução do capital (CARLOS, 1994); pois, é no urbano onde surgem as profundas transformações em suas formas, bem como na sua vida diária com profundas transformações da vida diária; sendo esses espaços, uma manifestação concreta do processo de constituição da sociedade urbana apoiado, na divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre os Estados, na expansão do mundo da mercadoria e da instauração do cotidiano.

Sendo assim, cada momento da vida, especialmente nas cidades, traz consigo um acúmulo de fatos novos, dos quais cada um cria uma série de conseqüências, o que permite pensar a sociedade urbana em sua complexidade com base no dia-a-dia dessas cidades. Nos dias de hoje, a realidade urbana apresenta-se num processo conflituoso e contraditório que engloba as esferas da reprodução social; pois, o fenômeno urbano tem o sentido da produção humana num processo de realizações constantes.

Nos territórios, onde os trabalhadores do setor informal desenvolvem determinados trabalhos devido à incapacidade da geração de empregos dentro do setor formal, o processo de mudança logo é sentido graças às crises econômicas estruturais refletidas, diretamente, no crescimento do setor informal. De acordo com Prado (1991), o setor formal existe, porque existem os segmentos sociais da

economia que atuam, exclusivamente, à margem da economia oficial ou não regulamentada.

Contudo, a economia informal tem seus aspectos bons e ruins, sendo preciso conhecê-los e diferenciá-los, para saber a que ordem normativa e formal encontram-se o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Deve-se indagar, constantemente, qual o papel do Estado enquanto promotor de justiça social e qual sua atuação efetiva diretamente ligada aos territórios do informal e não ficarmos apenas assistindo à distância aos acontecimentos. Com esse pensamento, concordamos também com Prado, quando trata dos trabalhadores desse setor dizendo: “À margem da lei ou mesmo contra a lei, não há como negar-se as populações miseráveis e desprotegidas que o Estado criou ao longo de vários decênios de ineficiência, o direito ao trabalho e o direito ao progresso” (PRADO, 1991, p. 16).

Fica patente na afirmação do autor, que o Estado enquanto instituição representativa do povo e para o povo, deve lutar contra todas as injustiças que foram sendo construídas ao longo dos anos, e assim procurar promover um desenvolvimento social voltado para a população. A luta pela sobrevivência é também uma guerra contra um universo das dificuldades que, além das que a natureza e a convivência social impõem ao homem, é acrescida por aquelas que o preconceito, a politicagem, o elitismo e a corrupção contribuem de maneira significativa e injusta para formação de uma sociedade desigual e contraditória.

O setor informal faz parte dessa luta, ao mesmo tempo em que, concretamente, expressa também as contradições e desigualdades dessa sociedade. Por isso, o próximo capítulo abordará o setor informal da economia e a dinâmica territorial, esse que modifica e transforma os espaços de praias de nossa cidade, nos surpreendendo com a criatividade e coragem por parte dos trabalhadores desse setor.

2º CAPÍTULO



Setor informal da economia e a dinâmica territorial nos espaços de praias da cidade do Natal /RN

2.1 Histórico e localização: recorte espacial da pesquisa

Contar-se-á aqui, de forma objetiva, um pouco da história dos espaços onde se realizaram a pesquisa. Há alguns anos, alguém já pronunciava de maneira bem segura “O trampolim do Futuro”, passando aos interessados no tema nos passando uma afirmação das formas e dimensões a que a cidade chegaria, atravessando várias etapas, entre elas a de “cidade” do Natal. Segundo Cascudo (1968), essa história começa em uma esquina da América do Sul e teve início, no ano de 1535, com a vinda da frota comandada por Aires da Cunha, a serviço do donatário João de Barros e do Rei de Portugal, com a intenção de colonizar as terras da região. Entretanto, a empreitada de João de Barros não foi bem sucedida, sendo rechaçada pelos índios Potiguares e Piratas franceses interessados no tráfico do pau-brasil, cultura abundante da época.

Passaram-se sessenta e dois anos da tentativa frustrada de Aires da Cunha, e uma nova esquadra comandada pelo Almirante Antônio da Costa Valente entrou na barra do Rio Potengi. Essa entrada histórica foi, de fato, o que iniciou o povoamento da nossa região; isso aconteceu por ordem do Rei Felipe, de Portugal e Espanha, ao Governador-Geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, para que o mesmo expulsasse os franceses que viviam na área, os quais além de terem construído uma fortaleza, fundaram uma cidade (MORAIS, 2007).

Conhecedores do fracasso anterior, a expedição tomou certas precauções contra novos ataques; logo, no dia 06 de janeiro de 1598, doze dias depois da chegada, começaram a construção de um “Forte” sobre os arrecifes situados nas redondezas do chamado “Boca da Barra”. O “Forte dos Reis Magos”, esse foi um nome dado em virtude da data do início de sua construção e sendo concluído em 24 de junho do mesmo ano. Nas circunvizinhanças do Forte, logo se formou um povoado que, segundo alguns historiadores, era chamado de Cidade dos Reis, numa clara referência à edificação que lhe deu origem (MORAIS, 2007).

Algum tempo depois, da fundação da cidade dos Reis que ocorreu, em 25 de dezembro de 1599, esse nome foi perdendo sua importância e dando predominância ao novo nome: “Natal”. Este se explica em duas versões, para alguns historiadores o nome tem ligação direta com a data da demarcação do primitivo sítio da cidade, momento de sua fundação, e que foi realizada no dia 25 de dezembro de 1599. Já,

para outros estudiosos, o nome da cidade vem de uma referência ao dia em que a esquadra de Costa Valente entrou na barra do Rio Potengi.

A cidade passou por momentos difíceis, a exemplo da invasão e apropriação temporária do Forte dos Reis Magos. Após a retirada dos holandeses, por volta de 1654, a vida da cidade parece que passou à normalidade, mas seu crescimento se deu de forma gradual. E, no decorrer dos anos, alguns acontecimentos foram marcando a história da cidade (MORAIS, 2007).

Os principais fatos históricos registrados durante o século foram: o movimento republicano de 1817; a primeira Comarca Judicial em 18 de março de 1818; a implantação dos serviços de correios em 1829; o primeiro jornal impresso de Natal, em Dois de setembro de 1832; inauguração do Instituto Educacional da História da Cidade – O Atheneu Norte-rio-grandense, em três de fevereiro de 1834; criação do Corpo de Polícia da província em junho de 1834; em 1843 foi instituída a pena de morte na cidade que durou até 1847, período esse que foram executados quatro pessoas; Natal ganha seu primeiro Hospital em 1856; entre outras construções que foram surgindo e efetivando urbanização da cidade (MORAIS, 2007).

Ao longo dos anos a cidade ganhou nome e formas; processo esse que se deu de forma continuada. Dessa maneira, através da história contada e recontada percebe-se quanto à geografia, considerando os espaços, ganha movimento e dinamicidade através dos acontecimentos históricos, os quais contribuem imprescindivelmente para construção da ciência geográfica; seja no campo, na cidade ou no litoral; o certo mesmo, é que a geografia está e se faz presente em todos os cantos e recantos.

Sendo assim, percebe-se o quanto os espaços geográficos refletem as representações históricas e econômicas envolvendo seus diversos atores sociais, entre esses, os do setor informal os quais são sujeitos indispensáveis dentro do objeto desta pesquisa. Contudo, para contar um pouco da dinâmica dos territórios econômico-geográficos de praias, recorre-se à construção e reconstrução da história erigida ao longo dos anos.

O que a princípio seriam apenas espaços para passeios, passa-tempo, lazer, conversas, meditações, entre outros motivos, por serem áreas de inigualáveis belezas de atrações geográfico-naturais, hoje, tornou-se recorte espacial de uma pesquisa científica, tendo como objeto de estudo o setor informal da economia que se desenvolve nesses espaços de praias. Contudo, estudar o esse setor é algo

desafiante, uma vez que, parece ao pesquisador serem espaços-territoriais econômicos mais dinâmicos que os demais, na medida em que tudo parece estar sempre em constantes movimentos e mudanças.

Fez-se um recorte espacial da área de pesquisa conforme Mapa 01, e para tanto, consideram-se seis importantes espaços de praias da cidade do Natal, onde o comércio do setor informal desenvolve-se, perceptivelmente e curiosamente, à maneira dos trabalhadores e através das várias funções e serviços.

Portanto, a pesquisa inclui as seguintes áreas de praias no sentido Sul/Norte: Ponta Negra; Areia Preta; dos Artistas; do Meio; do Forte e da Redinha. Sabe-se, contudo, da responsabilidade que as ciências geográficas têm no estudo de determinados fenômenos espaciais; sendo assim, não se poderia deixar de estudar o setor informal da economia nesses espaços públicos de praias.



Fonte: Mapa base IBGE, 2002.

Mapa 01 – Recorte espacial da pesquisa: praias da cidade do Natal/RN (Ponta Negra; Areia Preta; dos Artistas; do Meio; do Forte e Redinha)

Feita a apresentação da área de pesquisa o leitor é convidado a fazer um passeio para conhecer mais as diversas praias da cidade, mesmo que imageticamente; pois, somente assim, poder-se-á poderemos se deslumbrar-se o espaço paisagístico e seus territórios, objeto da pesquisa.

Começa-se o “passeio” pela praia de Ponta Negra e, para isso, utilizam-se comparações fotográficas, buscando mostrar a paisagem do ontem e a dos dias de hoje, conforme, Fotografias 01 e 02. O nome Ponta Negra, de acordo com Cavalcante Neto (2004), originou-se do topônimo justificado em razão da presença de grandes formações de arenitos ferruginosos² de cor escura, bem na ponta onde se encontra o “Morro do Careca”, principal atrativo natural da praia, sendo uma formação de duna com seus 120 m de altura que corresponde a um monte de areia móvel, depositada pela ação dos ventos dominantes, estando os grãos de quartzos em constantes movimentos devido à ação eólica. As dunas podem ser fixas ou móveis de acordo com a proteção de vegetação que a mesma possua.

Ponta Negra constitui-se como importante território de atração turística da cidade, sendo o morro do careca um dos seus principais pontos de visitação. A praia tem nos seus 3 km de extensão urbanizada, uma concentração de hotéis, restaurantes, boates, estabelecimentos comerciais e ainda a sua história iniciada a 08 de dezembro de 1633, quando sob o comando de alguns holandeses que ali desembarcaram suas tropas, na então Angra de Ponta Negra, com o objetivo de conquistar o Rio Grande do Norte e incorporá-lo ao Brasil holandês.

Essa praia, até os anos de 1940, era conhecida como “Ibiapé”, ou “caminho do mato” No início dos anos de 1950, surgiram às primeiras casas de veraneio construídas para abrigar membros da elite de Natal e, com o processo de urbanização já acontecendo surge o conjunto habitacional, o qual foi inaugurado no ano de 1978, tendo todas as suas ruas registradas com nomes de praias.

²Rocha resultante do endurecimento e cimentação das areias dos recifes formados sobre as praias. As temperaturas elevadas do clima tropical, aliada as concentrações de água marinha nos interstícios dos sedimentos, por ocasião dos períodos de maré baixa, favorecem a formação deste arenito (GUERRA, 1987, p. 33).



Fonte: Miranda, 1989. Foto: Jaecy/1950.
Fotografia 01 – Ponta Negra em 1940



Foto: Gilberto, jan./2007.
Fotografia 02 – Ponta Negra em 2007

O bairro de Ponta Negra é constituído pelos conjuntos habitacionais de Ponta Negra; Alagamar e Vila de Ponta Negra, de acordo com o Cartograma 01. Na Vila, há um importante marco histórico, a igreja de São João Batista, construído no início do século XX, aqui se destaca também um importante trabalho realizado pelas artesãs da Vila – Projeto de Rendeiras da Vila, conhecido nacional e internacionalmente pelos trabalhos realizados.

As rendeiras trabalham de forma coletiva em uma casa de apoio pertencente a uma das trabalhadoras, mas a produção e os lucros dão-se de forma individual. Segundo as rendeiras, o projeto de rendeiras não recebe nenhum apoio nem ajuda governamental para que essa atividade desenvolva-se de forma sustentável. Todo e qualquer apoio para dar continuidade a essas atividades partem das próprias rendeiras.



Fonte: Natal. SEMURB, 2005. Adaptação: Rosana França/2008.

Cartograma 03 – Área da Região Sul de Natal: Vila de Ponta Negra; Conjuntos Ponta Negra e Alagamar

Registros de 1877 dão conta de uma casa de oração na povoação de Ponta Negra e de uma escola pública exclusivamente para pessoas do sexo masculino. Estima-se que, até o século passado, a Vila de Ponta Negra era habitada por indivíduos ligados as atividades pesqueiras, e a agricultura, dada à presença de roçados para ajudar na economia doméstica, além do trabalho das mulheres rendeiras da Vila. Após a 2ª Guerra Mundial, com influência norte-americana nos banhos de mar, foram iniciadas as construções das primeiras casas de veraneios. Porém, o desenvolvimento da Vila, núcleo do povoamento da área, teve início na década de 40. Em 1964, uma parte das terras daquela área foi destinada ao

Ministério da Aeronáutica para a construção da Barreira do Inferno, dessa forma, parte da população após ver-se expropriada de suas terras, passou a subsistir do artesanato e das barracas de praia, além da atividade pesqueira.

No ano de 1978, surgiu o conjunto habitacional Ponta Negra. Em 2000, foi executado o projeto Orla de Ponta Negra. Deste projeto de urbanização, fez parte a construção de um calçadão na orla de marítima, com 3 km de extensão e a substituição das antigas barracas de praia pelos atuais quiosques de fibras de vidro. Ponta Negra foi oficializada como bairro quando da definição de seus limites pela Lei n. 4.328, em 05 de abril de 1993, publicada no Diário Oficial, em 07 de setembro de 1994 (apud MONTENEGRO, 2005). O acesso à Praia de Ponta Negra, pode dar-se pela Via Costeira ou pela Avenida Engenheiro Roberto Freire.

Seguindo o percurso, no mesmo sentido, passa-se pela Via Costeira, onde, tem-se uma praia pelo mesmo nome, não fazendo parte desta pesquisa pelo motivo de ser uma praia sem movimento de populares; logo, sem a presença do setor informal da economia. Na via costeira há o “Parque das Dunas Luiz Maria Alves”, reserva ecológica, com 1.172 hectares de área que formam um ecossistema de importante preservação da fauna e flora. Os hóspedes que se encontram nos variados hotéis da Via Costeira são aqueles que usufruem do banho de mar nesta praia; pois, a mesma é quase que, exclusivamente, reservada para eles. Esta praia é quase que uma área apropriada pelos hotéis, tendo acesso à mesma apenas os hóspedes das redes hoteleiras.

Continuando a caminhada passa-se pelas praias de Miami e Mãe Luiza, mais duas praias que também não fazem parte da pesquisa por não haver a presença, significativa, de trabalhadores e de consumidores que dê sustentação ao setor informal da economia.

Portanto, a próxima parada dar-se-á na praia de Areia Preta, esta que adentra na praia Ponta dos Morcegos que também está fora da pesquisa pela mesma justificativa que foram dadas as demais áreas de praias que se excluíram da pesquisa. O nome “Areia Preta” justifica-se pela presença de areias monolíticas e arenitos ferruginosos de cor preta na extensão da orla marítima.

O tenente Francisco Rodrigues Viana requereu no ano de 1900, o aforamento de um terreno situado à Estrada de Pedras, antiga estrada de Areia Preta. Contudo, Areia Preta é considerada como a 1ª praia, com função balneária, tornando-se legalmente por meio da Resolução 115, de 18 de janeiro de 1908 (DANTAS, 2004).

Em 1º de fevereiro de 1915 são inaugurados os bondes elétricos no espaço de Areia Preta, o qual foi recanto de pescadores até 1920; quando o comerciante Jorge Barreto construiu ali sua casa e foi, popularmente, aclamado como um Conde. Construções de casas, inclusive a de Jorge Barreto, são mostradas na Fotografia 03. Durante a 2ª Guerra Mundial, o exército mantinha, na faixa central da praia, um pelotão de fuzileiros comandados pelo tenente Liberato Azevedo Maia (DANTAS, 2004).

No espaço de Areia Preta há uma capela denominada São Francisco de Assis, esta foi inaugurada no dia 16 de dezembro do ano de 1945. Defronte à capela existe a “praça da jangada”, ponto preferencial de visitação turística. Essa praça foi inaugurada pelo então prefeito de Natal Djalma Maranhão, no dia 04 de janeiro de 1956 (DANTAS, 2004). Até os anos de 1990, a paisagem de Areia Preta apresentava construções de casas simples e um comércio marcado pela procura de bares e hotéis não sofisticados. A partir desse período, quando as atividades turísticas assumem dimensões internacionais, é perceptível a mudança do cenário espacial geográfico.

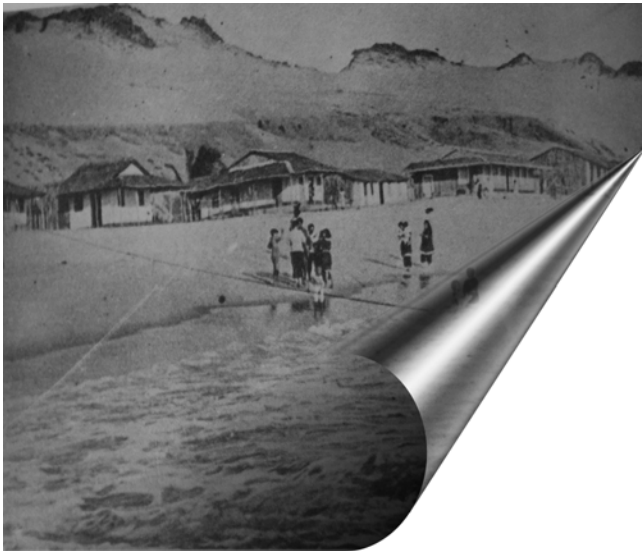
Somente, no final do século XX é que foram surgindo, os grandiosos e luxuosos, prédios de apartamentos residenciais. Contudo, essa é uma realidade que vai se configurando, não só na praia de Areia Preta, mas em outros espaços de praias em função, dentre outros fatores, das belezas naturais.

Certamente, o processo de expansão da cidade deve ocorrer, mas de forma sustentável e beneficiando a população em geral; pois, as áreas ou espaços existentes nas cidades estão sob constante ameaças e, neste sentido, concorda-se com Carlos (1994), quando diz que as lutas urbanas colocam em cheque a produção de um espaço em função dos objetivos do capital; essa é uma realidade que vem acontecendo nesses espaços de praias.

Ao nos aproximar-se de Areia Preta, percebe-se imediatamente o impacto e as transformações que vem ocorrendo no espaço ao longo dos tempos. É o que fica constatado ao observa-se a comparação mostrada nas Fotografias 03 e 04, representando a mesma área em épocas diferentes.

O que antes era uma área predominantemente de dunas e freqüentada e utilizada, na sua maioria, por pessoas de classe social mais simples e humilde; hoje, está tornando-se um espaço ocupado por pessoas mais abastadas financeiramente, sendo as casas simples, de porta e janelas, substituídas por grandes e luxuosos

edifícios, cujo aspecto de grande realce de suas construções, dá-se pelo fato de, permitir a seus moradores contemplar, diariamente, as belezas da paisagem natural com vista para o mar.



Fonte: Miranda, 1989. Foto: Dantas/1920.
Fotografia 03 – Areia Preta de ontem



Foto: Gilberto, jan./2007.
Fotografia 04 – Areia Preta de hoje

Mas, não se pára por aqui! Segui-se a caminhada rumo à compreensão do objeto de pesquisa; continuando, chega-se à praia dos Artistas. Esta que, segundo Cavalcanti Neto (2004), recebeu esse nome em razão de o espaço ter sido cenário de importantes manifestações artísticas nas décadas de vinte e trinta do século XX. A partir dos anos de 1970, recebeu a visita de renomados artistas do cinema nacional, passando a ser o “point” da cidade do Natal. Assim, como a praia de Areia Preta, a praia dos Artistas passou pelos mesmos processos de mudanças que se expressam visivelmente nas paisagens, conforme nos mostram as Fotografias 05 e 06.

A praia dos Artistas revela suas belezas naturais, por meio das grandes quantidades de arrecifes e areias batidas, seu mar com ondas seqüenciais e fortes que, se de um lado, exige cuidados por parte dos banhistas; de outro, tendo em vista, essa condição natural que o mar oferece, torna-se um lugar ideal para prática de surf. No período noturno, há intenso movimento devido à existência de bares,

boates, restaurantes e, somando-se a isso, os trabalhadores do setor informal da economia.

Nesta área também encontram-se as instalações do Centro Municipal de Artesanato (CMA), inaugurado no dia 25 de novembro de 1989, com uma área de 3.100 m²; merece destaque para o trabalho artesanal de rendas e labirintos, cuja tradição veio de Portugal no período da colonização e hoje, são confeccionados e comercializados em nossa região, de modo todo especial, no mercado do setor informal e comumente no comércio dos territórios de praias de Natal.



Fonte: Miranda, 1989. Foto: Dantas/1979.
Fotografia 05 – Praia dos Artistas na década de 1970



Foto: Gilberto, jan./2007.
Fotografia 06 – Praia dos Artistas nos anos 2007

A praia do Meio, a próxima parada! Fica situada entre a praia dos Artistas e a do Forte. Adquiriu o nome praia do Meio em virtude da construção, em 1912, da primeira casa, na então Avenida Beira-Mar, de propriedade do tipógrafo Manuel Joaquim de Oliveira. A localização dessa casa ficava no “meio” da Avenida, entre o Espaço dos Morcegos e Areia Preta, em virtude disso, é que se denominou de Praia do Meio sendo, o Oficial Luís Cândido de Oliveira quem propôs tal nome para essa praia (DANTAS, 2004). A praia do Meio também passou pelos mesmos processos de mudanças que a praia de Areia Preta e a praia dos Artistas, expressas visivelmente nas Fotografias 7 e 8.

A praia do Meio é um espaço com bastante formação de arrecifes por toda sua extensão. Alguns trechos do mar, não são aconselháveis para banhistas em

virtude das fortes correntezas das águas do mar causando, dessa maneira muitos perigos. A praia do Meio fica situada entre as praias dos Artistas e a do Forte.

Em 24 de dezembro de 1946, foi inaugurada a Avenida Circular, partindo da praia do Meio até a praia de Areia Preta. No início do ano de 1956, Avenida Circular passa a se chamar Avenida Café Filho, prosseguindo da praia do Meio em direção ao Norte. Todo esse trecho foi asfaltado em 1975, por iniciativa do então Prefeito Jorge Ivan Cascudo (DANTAS, 2004).

O Governador Aluizio Alves inaugurou, em 07 de setembro de 1965, o “Hotel Internacional dos Reis Magos”, sendo esse, considerado o marco do desenvolvimento na área da hotelaria potiguar. Com esse empreendimento, o turismo começou a chegar ao Rio Grande do Norte, e a praia do Meio passou a receber maior atenção da sociedade natalense.

Hoje, a praia do Meio divide seu espaço com um intenso comércio do setor informal da economia, principalmente em finais de semana e feriados, representados na pessoa dos quiosqueiros, barraqueiros e ambulantes; revelado na Fotografia 08, onde se observa um quiosque no calçadão da Avenida Café Filho com seus diversos sombreiros espalhados pela areia da praia territorializando, dessa maneira, o espaço público de uso comum do povo, nos momentos de maré-baixa.



Fonte: Miranda, 1989. Foto: Dantas/1940.
Fotografia 07 – Praia do Meio com sua antiga barraca de praia



Foto: Gilberto/Jan./2008.
Fotografia 08 – Praia do Meio e seus quiosques do setor informal

Saindo da praia do Meio adentra-se à praia do Forte, “lugar onde tudo começou!” Seu nome originou-se em função da monumental e histórica arquitetura do Forte dos Reis Magos, lugar de muitas histórias e histórias de muitos lugares veja figura 06.

O “Forte dos Reis Magos” foi construído sobre os arrecifes onde termina o rio Potengi e se inicia o mar. Sua edificação deu-se em 06 de janeiro de 1598, tendo sido projetada pelo Padre Gaspar de Lampères, e se deu em duas etapas. A construção de pedra, em substituição á de taipa, foi arquitetada por Francisco de Mesquita Frias e concluída em 1628.

Por sua vez, no ano de 1633, durante o domínio holandês, o Forte recebeu o nome de “kasteel keulen” – homenagem do Conde de Nassau a Matias Van Keulen, diretor da Companhia das Índias Ocidentais. O Forte voltou ao domínio português em 1654. Foi tombado pelo Patrimônio da União sob registro de n. 256, em 18 de maio de 1949. Atualmente, abriga 41 dependências em seus 2.804,92m², esse espaço é um grande ponto de atração turística da cidade, fato que, está atrelado a dois aspectos importantes: a beleza natural e aos acontecimentos históricos (DANTAS, 2004); Fotografia 09.

A praia do Forte possui águas rasas e calmas, cercadas por arrecifes; o mar é extraordinariamente propício ao banho e para prática de *windsurfe*. No interior da praia, há presença de pequenas dunas e no entorno da praia existem barracas improvisadas e nas proximidades do Forte dos Reis Magos, há uma feirinha com um intenso comércio de produtos escolhidos, intencionalmente, para consumidores turistas conforme, se vê também, na Fotografia 10.



Fonte: Miranda, 1989. Foto: Jaecy/1970.
Fotografia 09 – Praia do Forte e a Fortaleza dos Reis Magos



Foto: Gilberto, jan./2007.
Fotografia 10 – Praia do Forte e sua feirinha de Artesanato

Atravessando o Rio Potengi, seja de balsa ou pela ponte Nilton Navarro, chega-se ao último espaço-territorial de referência desta pesquisa – a Redinha. O nome Redinha tem suscitado, ao longo dos anos, muitas controvérsias. Alguns historiadores apontam o termo “Redinha” como um nome originário de Portugal. *De Redinha, vila em Pombal, leiria, PORTUGAL.*

Outros estudiosos defendem que “Praia da Redinha” vem de “Praia das Redes de Pescar”, outros ainda, “Praia da Rede” e finalmente “Praia da Redinha”. Porém, de acordo com o escritor potiguar Luís da Câmara Cascudo, o nome dessa praia veio de Portugal; “Redinha dos poetas e dos turistas; Redinha urbana; Redinha humana”.

O lugar permite a visualização do encontro das águas do Oceano Atlântico com as águas do Rio Potengi – “*O Rio Grande do Norte*” (Cartograma 02). O mar da Redinha tem ondas mansas e formações de arrecifes; aqui, não é aconselhável o banho próximo ao trapiche porque o terreno tem uma inclinação bastante íngreme, propício a acidentes.

Mesmo não se constituindo em um território de referência para os projetos turísticos da cidade no período de 1990, a Redinha, assim como os demais territórios de praias, vivenciou intensas mudanças, que se podem observar através das Fotografias 11 e 12.



Fonte: Miranda, 1989. Foto: Jaecy, 1955.
Fotografia 11 – Praia da Redinha na década de 1950



Foto: Gilberto, dez./2007.
Fotografia 12 – Redinha revelando suas mudanças nos dias de hoje

A Redinha, diferente dos demais territórios de praias, pode ser considerada como uma praia freqüentada e consumida pelo povo do próprio lugar. Nessa praia, realizam-se algumas festas populares, a exemplo da que acontece no Mercado Central, onde as pessoas degustam a tradicional ginga com tapioca. Outra festa de grande relevância é a de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira do bairro que tem o mesmo nome da praia.

No espaço-territorial da Redinha há hotéis, restaurantes, pousadas e um grande comércio do setor informal da economia, movimentando e dinamizando o território da praia. É também, nessa praia, que está situado o farolete “Manimbu” construído em 1962 e modificado em 1995, o mesmo tem 11 m de altura e um alcance luminoso de Sete milhas.

A 05 de junho de 1731, a viúva Grásia do Rego vendeu a dona Joana de Freitas da Fonseca, viúva do Capitão Manoel Correia Pestana, o sítio que se chamava Redinha e compreendia todas as terras do lugar e, até hoje, todo esse espaço, bairro e praia, se chamam de Redinha. Incorporada ao território do Município de Natal, através da Lei n. 603, de 31 de outubro de 1938, passando a ser considerada uma estância balneária (DANTAS, 2004).

As primeiras casas de veraneio foram erguidas no Porto Velho, junto ao terreno destinado às sepulturas dos ingleses protestantes. A mais recente reurbanização da praia da Redinha foi inaugurada no dia 03 de abril de 2004; Já em

2007, a praia passa por um processo de transformação espacial muito significativo, chega a essa praia um importante equipamento – A “Ponte Newton Navarro”, popularmente conhecida, também, como Ponte Forte/Redinha (MONTENEGRO, 2005).

Essa ponte, sobreposta ao Rio Potengi, é importante via de acesso para todas as demais praias, como se observa no Cartograma 02, conforme revela a região administrativa. Portanto, esse é um equipamento que beneficiou, sobremaneira, todas as praias do litoral do Estado, mas de modo bem particular a praia da Redinha; pois, acredita-se que com a presença desse equipamento, o espaço de praia sofrerá mudanças imediatas e significativas, e o setor informal é o primeiro setores a sentir essas mudanças. Se as mesmas serão positivas ou negativas para a população local, só o tempo responderá.



Fonte: Natal. SEMURB, 2005.

Cartograma 04 – Região administrativa da Redinha

É, nesse quadro de referência, que se pode perceber expressivo acontecer do setor informal da economia. Foi este acontecer, que despertou a realização desse estudo, e é sobre ele, que encaminharemos o tópico a seguir.

2.2 Caracterizando o setor informal da economia e seus territórios de praias da cidade do Natal

Nos dias de hoje, dentro da realidade econômica, surgem novas formas de produzir e de dividir social e territorialmente o trabalho. De acordo com Santos e Silveira (2006), aumentam as necessidades de segmentos de trabalhos individuais e em cooperação, criando paralelamente novas profissões e diversas formas de se trabalhar; afinal, o território é revelador de diferenças de condições de vida da população nos diversos espaços do mundo e seus segmentos. Tais processos e mudanças, certamente, podem ser explicados pelo que se chama globalização, é por isso que concorda-se com Santos (1999, p. 272) quando diz que: “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E, os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade”.

Contudo, a ordem dos acontecimentos locais é associada a uma produção contínua de objetos, reunidos no território e regidos pela interação, pois a razão universal é organizacional e a razão local é orgânica, ou seja: várias são as maneiras que a população (o povo do território) busca para sobreviver, principalmente a relacionada ao mercado de trabalho e as maneiras que foram sendo impostas no decorrer dos anos pela conjuntura política, econômica e social (SANTOS, 1999).

Nesse contexto, de acordo com as mudanças que vem ocorrendo, surge esse novo segmento dentro do cenário econômico, o setor informal da economia, e que vem crescendo, significativamente, dentro do sistema econômico capitalista global e que se desenvolve, na maioria das vezes, na obscuridade ou na clandestinidade. A expansão deste setor é perceptível por meio da realidade onde se vive e de alguns dados estatísticos disponibilizados por determinados órgãos de pesquisas que, ao analisar da distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) revelam a real situação do mercado de trabalho em qualquer que seja a escala. Sendo assim,

ainda que de maneira não ideal, o estudo da PEA e de outros números referentes àqueles que se encontram inseridos no setor formal da economia, permite a possibilidade de adquirir parâmetros com relação àqueles que estão fora do mercado formal e inseridos no setor informal, exercendo alguma atividade no mercado de trabalho.

Isto porque, os trabalhadores que se encontram desempregados recorrem, na maioria das vezes, a esse setor informal, mesmo que temporariamente, considerando-o como a solução mais urgente. As dificuldades em ingressar no mercado, como já mencionado, estão cada vez maiores, ficando ainda mais difícil quando o desempregado encontra-se numa faixa etária diferenciada, assim, assina Singer e Souza (2000, p. 26),

O grande número de trabalhadores com mais de quarenta anos, ou até mais jovens e com baixa escolaridade pode se considerar definitivamente excluído do mercado de trabalho. Por isso, procuram ganhar à vida vendendo bens e serviços, produzidos por eles mesmos ou por outras pessoas de suas famílias.

Este quadro assinalado por Singer e Souza (2000) pode ser apontado como, um dos elementos propulsor, para elevação do setor informal da economia que vem se expandindo nos territórios das praias de Natal/RN. Analisando alguns estudos de caso, em conversas com um vendedor do setor informal da economia, pergunta-se por qual motivo aquele vendedor estava ali negociando aqueles produtos e, o mesmo, nos respondeu dizendo que ali estava por falta de um emprego. O jovem entrevistado nos disse ter vinte anos de idade, residir na cidade do Natal em um bairro próximo a praia dos Artistas, local onde estava trabalhando. Pergunta-se ainda, se trabalhava apenas naquele local de praia e se vendia sempre produtos artesanais; o jovem imediatamente respondeu dando continuidade ao diálogo nos dizendo:

“Por enquanto estou trabalhando apenas aqui na praia dos Artistas até porque, nos momentos vagos, pego minha prancha e vou surfar; pois aqui é muito bom para esse tipo de lazer. Mas, quando a cidade tem muitos turistas eu vou para praia de Ponta Negra, lá eu consigo ganhar um pouco mais de dinheiro, pois os turistas aceitam muito bem o meu trabalho, como você está vendo eu trabalho com artesanato, logo vendo: pulseiras; brincos; colares; tornoseleiras; anéis, etc; tenho o 2º grau completo e trabalho também como serigrafista que é minha verdadeira

profissão! Só, que já estou nessa vida de ambulante há três anos, pois, depois que saí do meu emprego nunca mais arranjei um outro. Acho que as coisas estão cada vez mais difícil, emprego ta quase impossível de se conseguir um! Fico aqui durante o dia e à noite vou trabalhar diretamente com os turistas, pois sou também um guia de turismo. Mas, confesso que se eu tivesse a oportunidade de conseguir um emprego fixo, deixaria essa vida de ambulante” (Júnior da Silva, jan./2007).

De acordo com as respostas ao questionário-entrevista, perceberam-se as dificuldades que os vendedores do setor informal da economia têm ao enfrentarem seu dia-a-dia. Alguns acordam muito cedo para trabalharem durante quase o dia todo sem uma infra-estrutura que possa facilitar sua permanência ali; outros ocupam determinados espaços públicos, indevidamente, e ficam o tempo todo fugindo dos fiscais da prefeitura para se livrarem das punições, etc.

Percebe-se, contudo, que uma quantidade considerável de pessoas que foram entrevistadas ou responderam o questionário ou relataram problemas muito semelhantes. Todavia, no decorrer da pesquisa de campo, as maiores dificuldades relatadas pelos trabalhadores é que o mercado de trabalho está, cada vez mais, fechado, sendo esse um dos motivos de tantos trabalhadores recorrerem ao setor informal.

A realidade em que vivemos está se tornado, diariamente, mais complexa e de difícil entendimento, a começar pelo campo político-administrativo onde, os que nele vivem, têm o dever e a responsabilidade de promoverem reformas sociais e, no entanto, o que se vê é um aumento no número de desempregados, os quais encharcam, a cada dia, o setor informal da economia, criando dessa maneira, problemas que afloram mais frequentemente nos centros urbanos, sejam esses de caráter econômico, social, político, ambiental ou geográfico e, nesse sentido, Lopes (1996, p. 17) nos diz que,

O crescimento da população urbana aliado à evolução tecnológica e econômica criou novos desafios à estrutura de criação de empregos e da geração de riquezas. A grande reformulação do sistema de emprego e a reestruturação da economia globalizada criaram uma série de problemas que têm que ser enfrentados e resolvidos para que as cidades modernas possam encontrar uma nova forma de organização social.

Portanto, o processo econômico-social e administrativo deve passar por reformas, especialmente no campo do mercado de trabalho pela busca da criação de mais emprego e renda. Para isso, faz-se necessário que os trabalhadores se organizem e lutem para fazer valer seus direitos enquanto cidadãos, uma vez que os espaços urbanos estão ficando superpovoados aumentando, dessa forma, o número de pessoas desempregadas, reproduzindo um cenário de pobreza e miséria.

Nesse contexto, observa-se um contingente de pessoas, dia-a-dia, pelas calçadas mendigando para sobreviver; outras também tendo que se apropriar dos espaços públicos, transformando-os em territórios, para dali sobreviverem do trabalho que lhes restou; outros ainda, vendendo sua força de trabalho por qualquer preço ou prestando serviços diversos em troca de uma ajuda financeira, a exemplo de uma trabalhadora que se encontrava vendendo serviços de massagens corporais na praia de Ponta Negra.

Como já foi salientado nesse trabalho, a expansão do setor informal não ocorre somente devido ao desemprego. Sua ocorrência deve-se também aos baixos salários, sendo necessário que outras atividades sejam realizadas para fins de complementação de renda. É o que aponta a proprietária de um quiosque localizado na praia do Meio. Dentre alguns questionamentos, perguntou-se a mesma sobre o motivo de estar ali desenvolvendo uma atividade dentro do setor informal da economia, já que declara ser funcionária pública de âmbito federal. Ela disse que num horário do dia, era funcionária pública e em outro horário, optou por ter um quiosque ali na praia já que residia ali perto e, ao mesmo tempo para adicionar um dinheiro a mais a seu orçamento, uma vez que, como funcionária pública seu salário não estava dando para cobrir as despesas de sua casa.

Outra resposta que se obteve da mesma pessoa é que naquele quiosque ela deixava seu filho tomando conta, já que o mesmo se encontrava desempregado há muito tempo e sem perspectiva nenhuma de conseguir um emprego no setor formal, foi quando surgiu a idéia de comprar esse quiosque e ali trabalhar e ocupar também seu filho. Segundo a entrevistada, *“no Brasil as coisas funcionam assim, temos que trabalhar bastante para termos uma renda financeira melhor, pois com um emprego apenas não dá pra viver dignamente”* (Ivaneide, dez./2006).

Nos países desenvolvidos o setor informal da economia também existe, mas de maneira reduzida em relação aos países subdesenvolvidos. Essa redução não se deve apenas ao crescimento econômico e a distribuição de renda nesses países,

mas também, as vantagens recebidas por aqueles que vivem do setor formal; logo, é preciso providenciar alternativas que proporcionem algumas vantagens para aqueles que trabalham no setor formal e também criar algumas medidas que façam justiça àqueles que se encontram à margem da lei para então, se pensar em reduzir o setor informal da economia aqui no Brasil.

Muitas vezes, as pessoas tendem a continuar na clandestinidade por falta de incentivos fiscais e, de certa forma, pelos excessos de burocracias que levam-nas a não encontrarem razão alguma para deixarem o setor informal em direção ao formal; ao contrário, as pessoas sentem-se estimuladas e incentivadas a viverem fugindo das leis trabalhistas e das obrigações sociais; nem tão pouco, querendo assumir compromissos com o governo nem com questões sociais.

A realidade em que se vive é que, para se abrir uma empresa em um país desenvolvido leva-se, em média, três dias para iniciar seu funcionamento; pois, para isso, existe menos burocracia e mais incentivos fiscais; diferentemente dos países subdesenvolvidos, onde não se abrem as portas de uma empresa em menos de trinta dias; ou seja, o excesso de burocracia e os encargos tributários, tanto para abertura quanto para o fechamento de uma empresa nesses países são dois motivos, dentre outros, explicativos pela escolha do setor informal da economia por grande parte de trabalhadores.

Na maioria das vezes, esses trabalhadores, enfrentam uma rotina diária de trabalho que varia de oito a dezesseis horas, conforme relatos colhidos no campo de pesquisa; mas, diante de tudo, deve-se reconhecer que esses trabalhadores participam de, uma forma ou de outra, do processo econômico-produtivo através do escoamento de alguns produtos, da produção de outros e, principalmente, do consumo.

Esses trabalhadores são, muitas vezes, migrantes ou pessoas desempregadas, que utilizam tal setor de forma circunstancial; daí uma das importâncias que tem a economia informal. O mercado informal, ao mesmo tempo em que cria possibilidades e oportunidades de trabalho; evita, também, uma situação de desconforto para os governantes que deixam de ser pressionados pelos trabalhadores desse setor.

Porém, se pode-se assinalar como inerente ao setor informal esse caráter de amortecedor das crises sociais no âmbito do processo social como um todo, o mesmo não pode ser dito quando se trata do interior dos espaços, onde o próprio

setor se desenvolve. No caso em estudo, os espaços de praias da cidade do Natal, a realidade que se presencia é lamentável! “Há desavenças, discórdias, guerras e lutas” frequentemente nesses espaços envolvendo seus trabalhadores, consumidores, poder público, proprietários de pequenos negócios ou micro empresários e a população. Problemas esses que, na maioria das vezes, devem-se às invasões, ocupações e apropriações irregulares dos espaços públicos, os quais são fragmentados e transformados em territórios.

Recorrente a isso, a realidade mostra o quanto pode ser estratégico o espaço territorial, dependendo do objeto para o qual se destina. É bastante comum observarmos trabalhadores discutindo por um determinado território, por considerá-lo um local de melhor movimento para seu comércio, onde o fluxo de pessoas é mais intenso ou até mesmo um ponto próximo a algum empreendimento comercial com maior capacidade de atrair consumidores sendo, portanto, locais bem concorridos por parte dos trabalhadores do setor informal aumentando, ainda mais, as dificuldades de ali instalarem-se e trabalharem. Dessa forma, as relações entre os espaços vão projetando novos territórios, sejam econômicos, políticos ou sócio-culturais, todos com suas competências, funções, atributos e práticas diferenciadas de acordo com cada região, lugar ou cidade.

Essa realidade evidenciou que falar do setor informal da economia é de certa forma, falar da apropriação de espaços públicos. Isto, porque, na sua maioria, esse setor, desenvolve-se, em alguns casos, mediante apropriação desses espaços, os quais são fragmentados em territórios, emergindo, naturalmente, problemas ligados direta ou indiretamente à sociedade. Segundo Gomes (2006, p. 160), alguma dificuldade há para se definir espaços públicos, e “uma delas não é só se ter a idéia fixada de que esses passam apenas pela concepção de que são simplesmente definidos pela qualidade do livre acesso assegurado”.

O fato de não se definir o que seja espaço público, coletivo ou comum a todos abre, muitas vezes, margens para que as pessoas estejam certas de terem livre acesso a determinados lugares, os quais, muitas vezes, não configuram um estatuto público, logo, não garantem livre acesso (GOMES, 2006). Por essa razão, são reconhecidas diversas formas de espaços públicos que não têm essa qualidade: a saber: de permitir livre acesso a todos; tais como: hospitais, áreas militares, escolas, etc. Porém, fisicamente o espaço público é, antes de qualquer coisa, o lugar, a rua,

a praia ou qualquer outro onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa; logo, concorda-se com o autor quando expõe que:

Essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. Por isso, esse espaço é o *locus* da lei (GOMES, 2006, p. 162).

Portanto, pode-se dizer que os espaços públicos são lugares da indiferença, das contradições e polêmicas. A exemplo do que ocorre nos locais de praias, onde as afinidades sociais, as diferenças, a forma de se trabalhar, ou quaisquer que sejam as situações ali vividas, estão submetidas às regras de civilidade social; uma vez que, a sociabilidade entre as pessoas apresenta-se de forma variada no espaço e no tempo.

A sociabilidade em espaços públicos se transforma em civilidade, modificando a sociedade; ganhando nova dimensão dentro do espaço, o qual é um universo de trocas e de encontros que reafirmam o estatuto de uma sociedade civil e cidadã. São várias as personalidades e identidades que se relacionam com o espaço e dele fazem uso diretamente. Dá-se aqui atenção toda especial à questão da espacialidade e territorialidade geográfica frente à dinâmica existente, pois aí está envolvida a cidadania que impulsiona o homem à reflexão sobre as questões dos “espaços públicos”.

Os que respondem ou estudam a questão do espaço público acostumaram-se a ouvir e compreender, num sentido mais amplo, que espaço público, que também é geográfico, perpassa por uma esfera bem ampla, onde tal espaço pertence a todos, ou seja, ele é da comunidade e da coletividade. No entanto, deve-se considerar, geograficamente, de acordo com Gomes (2006), espaço geográfico como sendo o terreno onde as práticas sociais se exercem sob as condições necessárias para sua existência. Para isso, deve-se considerar, por um lado, sua configuração física, e por outro, o tipo de prática e dinâmica social que aí se desenvolve; passando a ser um conjunto indissociável entre as formas e as práticas, suas diferenças e valores, principalmente, quando se trata de espaços voltados às práticas econômicas.

Pensando agora, de acordo com Carlos (1994), as formas de utilização do solo urbano são disputadas pelos vários segmentos da sociedade e de maneiras bem diferentes gerando, muitas vezes, conflitos entre indivíduos e o uso do solo;

visto que, cada espaço, embora ligado a uma totalidade tenha sua especificidade relacionada a tempos diferentes no que diz respeito à história da vida construída nesses espaços geográficos, os quais são constantemente submetidos a mudanças.

Os espaços são transformados, na grande maioria, devido ao processo de urbanização das cidades que produzem o desaparecimento das marcas do passado através das mudanças arquitetônicas dos bairros; das construções de vias para fluxos de trânsito; das arquiteturas deslumbrantes criando e recriando outros caminhos e outras formas de produzir e reproduzir o capital, etc.

As cidades vão crescendo e engolindo o mar, a exemplo do que aconteceu no aterro de Flamengo o do fenômeno ocorrente na Holanda e no Noroeste da Bélgica, quando diques foram construídos para conter o mar e o espaço a seco, sendo, portanto, loteado para construção civil; e assim, geram-se as diferenças sociais, as fragmentações do espaço, etc.; Dessa forma, surgem novas formas de se produzir de acordo com o cotidiano e, dessa maneira, nova dinâmica vai reanimando a vida e os modos de produção e reprodução. Logo, o passado é substituído pelas ações presentes, as quais vão compondo a história permanente, continuada e seqüenciada onde o novo vai incessantemente apagando as formas pretéritas.

Contudo, referenciando os registros históricos, é possível entender as metamorfoses urbanas; as formas que revelam a história das civilizações materializadas pelo espaço e refletidas no tempo atual sendo, para tanto, a rua, as praças, as igrejas, as praias, os bairros, etc. as diversas formas e objetos reveladores e, a partir desses é que se pode pensar o espaço geográfico das experiências rotineiras dos conflitos, das disparidades, contradições e, ao mesmo tempo, desvendar os fenômenos que ocorrem nos espaços, onde o individual e o coletivo se misturam, provocando múltiplos significados da vida – cenários de reproduções da vida que vai ganhando sentido conforme o ritmo do cotidiano. Segundo Carlos (1994), sendo espaço o lugar do encontro e o produto do próprio encontro, a reprodução do mesmo recria constantemente a reprodução do capital e da vida humana.

Os espaços públicos, em especial os de praias, revelam sua complexidade através das manifestações humanas que podem ocupar desde a calçada até as áreas de praias propriamente ditas e essas ocupações podem ocorrer de maneira fixa, mas também temporárias, gerando discórdias e desentendimentos. O espaço geográfico reflete, constantemente, cenas de conflitos e na medida em que esses

são territorializados aumentam, ainda mais, os conflitos sociais. Concorda-se com Santos (2004, p. 30), quando diz que o espaço tornou-se uma mercadoria universal por excelência, assim como “todas as frações do território são marcadas por potencialidades” cuja definição não se pode encontrar senão a posteriori, o espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política isoladamente ou em conjunto.

Entretanto, a forma como, atualmente, encontram-se os espaços com suas infra-estruturas, seus instrumentos de produção, os homens e, enfim, as forças produtivas que levam a serem utilizados como veículo do capital e instrumento das desigualdades sociais, diferenciam-se regionalmente ou diferentemente de acordo com cada cidade, refletindo diretamente na vida de cada indivíduo, na renda, no problema do desemprego, do subemprego, etc., implicando, sobremaneira, a organização e reordenação dos espaços.

Há necessidade de readaptar-se aos espaços reconstruindo-os para que os mesmos se tornem, cada vez menos, veículo de desigualdades sociais e, ao mesmo tempo venha suprir as necessidades humanas, mas, para isso, é necessária uma reestruturação da sociedade buscando proporcionar funções aos objetos geográficos que os possibilitem finalidades sociais na promoção da vida. Pois, o homem, através do seu trabalho, enquanto agente produtor, residente, ocupante ou ainda participante ocasional de atividades permanentes ou não, se não transmitir vida às coisas ou aos objetos, esses permanecerão sempre técnicos e não econômicos que, conforme Santos (2004, p. 83), “as forças naturais só se tornam produtivas através do trabalho humano, ocorrendo o mesmo com as forças materiais sociais criadas pelo homem através do processo de produção e reprodução do capital”.

Mas o impacto, que as formas espaciais impõem às mudanças necessárias para a produção é de grande significado e deve-se buscar, dentro dessas formas, executar ações de acordo com as novas situações em que se está vivendo; pois, o que nos preocupa são as formas geográficas tomadas isoladamente e de qualquer maneira, quando deveriam ser utilizadas de forma correta e sustentável. Afinal, cada lugar é uma combinação particular de modos de vida através de produções individuais ou coletivas; pois, a estrutura técnico-produtiva não é por si só, o espaço produtivo; sendo esse, o resultado da utilização efetiva dessa estrutura técnico-produtiva, respondendo aos objetivos das classes sociais.

Nos dias de hoje, os espaços são apropriados ou territorializados, estejam os trabalhadores obedecendo ou desobedecendo às leis que regem esses espaços nas mais diferentes escalas sociais para o desenvolvimento de certas atividades as quais completam o ciclo da vida. Essa forma é o que acontece, na maioria das vezes, na utilização dos espaços de praias; onde alguns trabalhadores, desempregados ou não, se apropriam dos espaços públicos e os utilizam, quase sempre, de forma irregular, em nome da sobrevivência.

E, dessa forma estão transformando esses espaços em territórios que Santos e Silveira (2006), entendem ser o território uma extensão apropriada e usada e sua territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence. Mas, para esses autores a idéia de territorialidade estende-se aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Contudo, a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.

Conforme esse ponto de vista, quando se quiser definir qualquer pedaço do território, dever-se-á levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui também a ação humana, isto é o trabalho e a política. E, dessa maneira, defronta-se com o território vivo e, vivendo nele, deve-se considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos ou aquilo que é móvel, Ibidem, 2006. O território mostra diferença de densidades quanto às coisas, os objetos, os homens, os movimentos das coisas, dos homens, das informações e do dinheiro.

O espaço fragmentado em diversos territórios aumenta de valor em dados momentos e desvaloriza-se em outros momentos; pois, o mesmo pode valorizar-se de acordo com o tempo e o desenvolvimento de certas atividades e serviços. O setor informal da economia em áreas de praias desenvolve-se, geralmente, em espaços públicos por seus diversos territórios, os quais podem ser fixos ou móveis, intensificando-se, ainda mais, nos finais de semana, em dias feriados e nos períodos de alta estação; haja visto que, o fluxo de pessoas, turistas e trabalhadores aumentam, significativamente, nesses períodos. Os territórios que nesses espaços se formam, perpassam por questões de cunho político, econômico, histórico, ambiental, geográfico, etc.

A palavra território vem do latim como resultado da junção dos termos *terra* e *torium* dando origem à palavra *Territorium*, que significa terra pertencente a alguém.

De forma conceitual tem sido utilizado tanto pelas ciências naturais como pelas ciências sociais; na geografia surgiu a partir de Friedrich Ratzel (1844 – 1904), quando este atribuiu ao conceito de território um caráter político.

Para ele, o território seria um Espaço territorializado e um produto das diversas relações existentes entre a sociedade e os recursos disponíveis em suprimento das necessidades humanas. Apesar de ser um conceito central para a geografia por referir-se à espacialidade humana, tem certa tradição também nas outras áreas de estudo; porém, cada uma em sua perspectiva.

O território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto inserido nas relações sócio-históricas com relações de poder. Evidentemente, território apóia-se no espaço, mas não é espaço; é uma produção a partir dele e com todas as suas relações. Há os materialistas dialéticos que dizem ser o território, antes de tudo, um conjunto de relações sociais.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de um limite mesmo não sendo traçado. O território exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço gerando, de imediato, a delimitação do mesmo; significando, portanto, subtrair, momentaneamente, uma porção do espaço dotado de um sentimento de pertencimento e poder. Um território numa perspectiva econômico-materialista, conforme o pensamento de Costa (2004), é visto como uma área defendida em função da disponibilidade e garantia de recursos necessários à reprodução material de um determinado grupo.

Entretanto, o território para os atores hegemônicos da economia, é usado como um recurso, uma garantia de realização de seus interesses particulares; uma vez que, para os trabalhadores esse território é usado como um abrigo que deve ser adaptado ao meio geográfico e, ao mesmo tempo, criando meios de trabalho que garantam a sobrevivência. Porém, o território, de acordo com Costa (2004), pode ser dado em “caráter político (referindo-se às relações espaço-poder); num espaço de identidades culturais (culturalistas) e em dimensões espaciais das relações econômicas (economicistas)”; contudo, o território pode ser estudado sob várias perspectivas, daí sua complexidade conceitual.

Ainda que, o conceito de território tenha vários significados, estudado por alguns pesquisadores a exemplo de: Ratzel, Raffestin, Costa, Santos, dentre outros. Diante da realidade do objeto de pesquisa que ora pretende-se compreender, dar-se-á ênfase aos territórios na perspectiva de espaço apropriado; pois, estudam-se

os territórios que se originam a partir do setor informal da economia nos espaços de praias de Natal/RN; nos quais estão inseridos diversos atores sociais como: turistas, trabalhadores em geral, consumidores, etc. Esses territórios apresentam-se dinâmicos, produtivos, competitivos, desiguais e contraditórios.

Logo, sendo o território uma produção social, econômica, geográfica e histórica; resultante de um processo de apropriação do espaço dotado por sentimentos de pertencimento e poder, concorda-se com o Gomes (2006, p. 23) quando nos diz que:

Como uma construção social sugere que este seja também um instrumento de poder, pois toda construção de uma dada realidade social é fruto das relações de poder. Assim sendo, as formas territoriais, enquanto produto das relações sociais de produção são também formas reveladas de relações de poder.

Sendo assim, os territórios que se formam em função do setor informal da economia, são resultados de ações conduzidas por atores sociais, a exemplo dos trabalhadores autônomos (vendedores ambulantes, prestadores de serviços, proprietários de barracas e quiosques, artistas populares, etc.); consumidores em geral; empregadores e empregados de pequenos comércios, entre outros.

Esses territórios em áreas de praias, na maioria das vezes, são instáveis e, ao mesmo tempo flexíveis. Ora, têm-se determinados territórios; ora, têm-se outros, diferentes. Essa variação ocorre conforme o horário e o período de tempo e pode se manifestar em territórios os quais se formam a partir do espaço como resultado de uma ação conduzida por um ator, seja em que nível for. Ao apropriar-se de um espaço de forma concreta ou abstrata (através de representações ou imaginação), o ator territorializa-o. Pensando como Raffestin (1993), o espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si, no decorrer do tempo e de acordo com suas necessidades.

O espaço é, portanto, anterior ou preexistente a qualquer ação sendo, de certa forma, dado como se fosse uma matéria-prima e, será objeto a partir do momento em que um ator manifeste sua intenção e dele apodere-se. Evidentemente, o território apóia-se no espaço, mas não é espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O território está ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área.

O espaço representado já não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido; ou seja, o espaço que se tornou um território de um ou vários atores sociais quaisquer, desde que, tomado numa relação social, econômica, de comunicação e tantas imagens territoriais quantos objetivos intencionais diferentes houver.

Concorda-se com Raffestin (1993, p. 150), quando diz que, “a partir das representações do espaço, os atores sociais vão proceder à repartição das superfícies, a implantação de nós e a construção de redes”. É o que poder-se-ia chamar de essencial e visível das práticas espaciais, ainda que, malhas, nós e redes, não sejam diretamente observáveis, podendo estar, simplesmente, ligados às decisões a exemplo dos territórios abstratos. Mas, se o ser humano limitar-se aos territórios concretos, esses atos vão se traduzir em atos observáveis ou perceptíveis.

A relação do indivíduo com o espaço pode dar-se numa interação entre diferentes locais e pode dar-se numa relação política, econômica, social, e cultural, resultando num jogo de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos e isso constitui o sistema de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constitui os territórios, a exemplo dos que ocorrem ao longo dos espaços litorâneos, representados pelas barracas, quiosques, vendedores ambulantes, prestadores de serviços, etc.

O sistema territorial em redes, nada mais é do que um sistema de linhas que desenham uma trama podendo ser abstrata ou concreta, visível ou invisível conforme Raffestin (1993), ao dizer de que essas redes de territórios se formam a partir da ação dos atores sociais que não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, influenciar-se, controlar-se, interditar-se, permitir-se, distanciar-se ou aproximar-se e, assim, criar os territórios em rede.

A discussão sobre os territórios na ótica do desenvolvimento econômico que se formam a partir do setor informal da economia e da reestruturação dos espaços geográficos, colocam os pesquisadores do tema diante da necessidade de uma compreensão do quadro econômico sob a ótica dos dois circuitos da economia, “o superior e o inferior”, desenvolvidos nos espaços urbanos em meio aos processos de transformações tecnológicas, informacionais e econômicas no mundo globalizado, trabalhados por Santos (2004).

Para esse autor, nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho modifica-se constantemente e gera grande número de pessoas que ficam

desempregadas ou contribui com o crescimento do número de pessoas que não têm atividades fixas ou renda financeira permanente; além do mais, mantém número muito grande de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, temporários, autônomas, subempregadas, etc.; a exemplo daqueles que vivem do setor informal da economia.

E, tudo isso, ocorrendo paralelamente ou ao lado de uma minoria de pessoas que vive de renda financeira muito elevada, conservando uma sociedade urbana dividida entre aqueles que podem ter acesso aos bens e serviços e aqueles que, sentindo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las.

Essas diferenças são causas e efeitos da existência; ou seja, da criação ou da manutenção, nas cidades, desses dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica – o *superior*. O outro é, igualmente, o resultado da mesma modernização, mas de forma indireta, pois chega aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam desses progressos técnicos-informacionais recentes e das atividades a eles ligadas – o *inferior*. As cidades dos países subdesenvolvidos não funcionam como um aparelho maciço ou um bloco; bem ao contrário, pois, no interior do sistema urbano pode-se reconhecer a existência dos dois subsistemas ou desses circuitos econômicos.

Nesse contexto, a relação entre os dois circuitos é responsável pela situação econômica e social e pela organização dos espaços e seus diversos territórios. A modernização nesses espaços é impulsionada pela força das grandes indústrias nacionais ou multinacionais, ambas com seu potencial tecnológico e informacional alimentados por outros fatores ligados diretamente ao processo produtivo e reprodutivo da economia.

Portanto, é importante conhecer como caracterizam-se esses circuitos econômicos, os quais estão ligados diretamente ao desenvolvimento das cidades e, conseqüentemente, à dinâmica sócio-econômica existente nos espaços e territórios geográficos. Entre os dois circuitos há uma dependência mútua, ficando o inferior submetido ao superior devido este, ser constituído e caracterizado por redes bancárias; comércios; indústrias de exportação; indústrias urbanas modernas; serviços modernos de transportes; etc. diferentemente do que ocorre no circuito inferior, onde as formas de fabricação não são essencialmente capitalistas ou são de fabricação tradicional, a exemplo da produção artesanal; da prestação de serviços;

dos serviços não modernos; dos comércios em pequena escala; etc.; que de acordo com Santos (2004, p. 22), “o circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando, principalmente, às populações pobres”.

Logo, é necessário levar em consideração o circuito inferior como elemento indispensável á apreensão da realidade nas cidades e regiões urbanas, procurando encontrar medidas a serem adotadas para atribuírem nesse circuito uma produtividade mais elevada com crescimento sustentável e ao mesmo tempo estimulando para que o mesmo possa ser gerador de emprego e renda. Sendo este circuito constituído, essencialmente, por formas de fabricações não capitalistas, intensivo; pelos serviços não modernos e pelo comércio também não moderno e de pequena dimensão.

A tecnologia importada e de alto nível é utilizada, fundamentalmente, pelo circuito superior; enquanto que, no circuito inferior essa tecnologia é substituída por trabalho intenso e a nível local, adaptada e recriada conforme as necessidades mais imediatas dos trabalhadores, tal qual acontece no setor informal da economia, onde os trabalhadores ficam submetidos às diversas condições de trabalhos, muitas vezes, subumanas. No circuito superior a linha de crédito bancário acontece, frequentemente, através das grandes empresas sejam elas nacionais ou multinacionais, as quais representam e fazem parte do setor formal da economia; diferentemente do setor informal, onde a linha de crédito utilizada é através do dinheiro liquido com poucas possibilidades ou nenhuma de lucros significativos ou acúmulos de capital financeiro.

Já as atividades desenvolvidas no circuito superior manipulam grandes quantidades de mercadorias e, conseqüentemente, de capital financeiro diferentemente do que ocorre no circuito inferior onde, às transações comerciais ocorrem com pequenos volumes de mercadorias; com pouca tecnologia; com um grande volume de trabalho e pouca organização. Quando se refere ao mercado de trabalho e relaciona-o ao circuito inferior, Santos (2004, p. 45) faz a seguinte afirmação:

O emprego no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com freqüência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado [...], esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições

tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e suas relações com o conjunto da economia urbana.

Assim, a relação que há entre o circuito inferior e o setor informal da economia, são estreitos e diretos; pois, os empregos que fazem parte do circuito inferior raramente são permanentes e sua remuneração situa-se com freqüência no limite ou abaixo do mínimo vital; o contrato, frequentemente, assume a forma de um acordo pessoal entre patrão-empregado e o trabalho familiar e dos autônomos são significativos, tal qual acontece no setor informal da economia. Para Frank (1968 apud SANTOS, 2004, p. 196), os trabalhadores que fazem parte do circuito inferior “não são economicamente marginais, mas explorados, não são politicamente marginais, mas oprimidos”.

No circuito superior, as atividades desenvolvidas usufruem direta ou indiretamente da ajuda governamental; diferentemente do circuito inferior, onde as atividades desenvolvidas não dispõem, ou dispõem raramente, desse apoio; ao contrário, os trabalhadores desse circuito são, muitas vezes, perseguidos e agredidos a exemplo do que acontece com vendedores ambulantes. E, o que fica evidente na entrevista realizada com um trabalhador no calçadão da praia de Ponta Negra tendo, como foco, a questão da fiscalização das atividades ali desenvolvidas e a maneira como estão trabalhando, se ambulante ou fixo, em cumprimento as normas e regras que rege o contrato da Prefeitura de Natal; o mesmo relatou que já havia sofrido punição, devido o não cumprimento das normas; segundo ele:

“Estava vendendo meu churrasquinho aqui parado, no calçadão, quando de repente parou um carro com alguns fiscais da prefeitura e tomaram meu carrinho com todas as mercadorias e colocaram no carro. Todos os churrascos que tinha no meu carrinho eles jogaram aqui na areia da praia, estragou tudo! E por mais que eu pedisse que não fizessem isso, mais eles faziam. Pois, é! Aquela atitude deles provocou revolta, confusão e quebra-quebra. No dia seguinte eu fui até o espaço onde eles deixam as mercadorias apreendidas, mas para minha surpresa só recuperei o carrinho e, é claro, fiquei num prejuízo grande!” (Zailton Ferreira, dez./2006).

Essa é uma realidade que acontece frequentemente com aqueles que ficam trabalhando nos espaços públicos sem obedecer às normas e leis regulamentadoras; pois, segundo informações, os vendedores ambulantes que ali

trabalham deveriam estar circulando o tempo todo pelos espaços onde estão trabalhando e não se fazerem fixos em determinados pontos e instituírem ali seus territórios.

Mesmo diante dessa realidade, as atividades desenvolvidas no setor informal da economia têm seu lado bom! Pois, conforme alguns estudos de caso, esse setor além de promover renda financeira, acesso ao mercado consumidor, possibilita criação de postos de trabalhos que criem outros postos de trabalhos frente à incapacidade da economia em gerar empregos formais; e assim criarem amplo aprendizado e engajamento de pessoas ou trabalhadores que estão excluídos e/ou desempregados e ainda; direcionam alguns trabalhadores a tornarem-se micro empresários.

Portanto, é nesse sentido, que o setor informal da economia desenvolve-se e mediante essas transformações, por que passa o mercado de trabalho, esse é um setor estruturalmente definido, sendo fruto de políticas que favorecem por um lado à reprodução ampliada do capital, deixando à margem parte significativa da força de trabalho que, dentre outras “opções”, aí está o desafio, as normas e estruturas pré-estabelecidas que devem ser cumpridas. Mas essa é uma realidade que está ligada ao processo econômico-produtivo e que vem crescendo, dia-a-dia, desafiando também, outras estruturas: as dos privilegiados políticos e econômicos.

2.3 Os territórios das praias de Natal: o setor informal e seus atores sociais

Ao caminhar pelos territórios de praias de Natal, percebe-se o quanto a realidade é crítica, principalmente, no que se refere às atividades desenvolvidas dentro do setor informal da economia, objeto da pesquisa, especialmente, nos finais de semana, feriados e no período alta-estação.

Determinados trechos das praias ficam impossibilitados de trafegar-se, devido à grande quantidade de vendedores ambulantes, proprietários de quiosques que espalham seus sombreiros pela areia da praia e barraqueiros que, também, ocupam espaços de uso comum do povo, quando estes espaços devem ser locais de livre acesso (Fotografia 13). Observando atentamente a Fotografia 14, é perceptível o quanto é difícil, principalmente nos períodos de veraneio e alta estação, encontrar-se um lugar nos espaços da areia da praia; esses que deveriam ser destinados ao lazer

e distração para a população, tornam-se áreas de discórdias e desentendimentos entre trabalhadores, freqüentadores e consumidores em função de seu uso inadequado e desorganizado.



Foto: Gilberto, jan./2007.

Fotografia 13 – Redinha e seu intenso comércio informal



Foto: Gilberto, jan./2007.

Fotografia 14 – Redinha: concorrência por um espaço

Os espaços de praias são lugares que todas as pessoas podem ter livre acesso e ali reunirem-se e terem a liberdade de partilharem o mesmo sol; pelo menos, é o que se espera, já que é um espaço público. Porém, com o processo de urbanização nesses espaços o cenário foi se modificando e tornando-se outra realidade. Ao chegar a um desses espaços de praias em final de semana, feriado ou dias festivos, a situação é caótica; seja para os trabalhadores do setor informal, seja para os banhistas, consumidores e freqüentadores; todos têm uma queixa a fazer quando se referencia ao espaço territorializado: deveras, o setor informal encontra as condições ideais para aí reproduzir-se.

Os territórios do setor informal da economia nas praias, não se apresentam em unidades homogêneas; eles são compostos de diferentes elementos que revelam configurações também diferenciadas que, segundo Santos (1999), a mobilidade territorial tornou-se praticamente uma regra, quando o movimento sobrepõe-se ao repouso. Os homens mudam de lugar, como o fazem os turistas e os imigrantes; mas, também, os produtos, mercadorias, imagens e idéias tudo voa;

tal e qual acontece no setor informal da economia quando os trabalhadores, ao tentar acompanhar as mudanças que vão surgindo, graças à dinâmica sócio-espacial, modificam seus territórios e suas atividades de acordo com o local, tempo e atores consumidores.

Mas nem tudo pode ser considerado heterogêneo assim. Algumas particularidades são comuns entre eles, principalmente, quando se trata dos territórios temporários e dos fixos que se formam ao longo dos calçadões e pelas areias das praias. Os trabalhadores do setor informal, ao apropriarem-se desses espaços, criam um cenário geográfico-espacial e econômico comum e específico a todos os outros e com o mesmo fim.

Objetivando nos apropriar-se desses espaços na perspectiva de sua compreensão far-se-á, a partir de agora, uma viagem, conhecendo cada um deles, procurando desvendar o setor informal e sua reprodução. Ao chegar-se ao espaço de praia de Ponta Negra, encontrar-se-ão, ao longo do passeio, inúmeros quiosques vendendo diversos tipos de produto entre comidas e bebidas, da mesma forma que ainda serão encontrados nos outros espaços de praias desta pesquisa, com exceção da praia do Forte e Areia Preta, onde apenas há poucas barracas fixas ou locatários em vez dos quiosques.

Os quiosques são, de fato, barraquinhas, tipo boxes, fixados nos calçadões das praias sendo, na verdade, territórios pertencentes a cada um daqueles trabalhadores, uma vez que, adquiriram o direito de neles trabalharem; e, para isso, têm um contrato firmado com a PMN (ANEXO A e B), pagando por esse ponto comercial uma taxa financeira anual no valor de 80 reais, segundo a proprietária, referente ao alvará de licenciamento, pagando também taxas mensais conforme o consumo de água e de energia elétrica, variando seu valor de acordo com o movimento pelos períodos de funcionamento.

Assim sendo, torna-se importante compreender esse comércio bem como, os territórios específicos frente, aos espaços de praias estudados. Veja-se, a princípio, os diversos espaços com a distribuição dos quiosques ao longo do calçadão de cada praia. Esse tipo de comércio não se faz presente em todas as praias como já foi dito e conforme a Tabela 03. No entanto, trata-se de um padrão de estabelecimento importante no âmbito do litoral potiguar, uma vez que, os mesmos fazem parte de uma história de lutas, começada pelos antigos barraqueiros existentes nessas praias

junto a uma política de expansão da atividade turística desenvolvida por gestores públicos municipais.

Tabela 03 – Distribuição de Quiosques por praias da cidade do Natal/RN

Quiosques	Praias					
	P.Negra	A.Preta	Artistas	Meio	Forte	Redinha
Quiosques existentes	28	0	06	10	0	22
Quiosques ativados	26	0	06	09	0	22
Quiosques Desativados	02	0	00	01	0	00
Trabalhador Proprietário	05	0	05	08	0	06
Funcionário Administra	08	0	00	01	0	04
Família Administra	15	0	2	05	0	12

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Conforme dados levantados no campo de pesquisa entre o período de 2006 a 2008; observa-se a distribuição de quiosques ao longo dos calçadões das praias; dados esses que foram observados na pesquisa e confirmados através de documentos ou registros encontrados na SEMSUR, esta é a secretaria municipal que está diretamente ligada aos registros cadastrais de cada proprietário de quiosques e barracas.

Dessa forma, após pesquisa de campo, averiguou-se e confirmou-se através dos dados obtidos pela secretaria que, no espaço de Ponta Negra, há 28 quiosques. No entanto, observa-se a dinâmica dos territórios representados por estes a cada momento em que retorna-se ao campo de pesquisa e, dependendo do dia e horário, se encontram uns em pleno funcionamento e outros de portas fechadas. Mas, durante toda a pesquisa confirma-se que em Ponta Negra havia sempre dois quiosques fechados, posteriormente constatou-se que os mesmos estão desativados; no entanto, o proprietário mantinha-os fechados sem interesse em conceder a venda dos mesmos a outras pessoas. Segundo informações de um dono de quiosque, não quis se identificar, o preço varia de quinze a vinte mil reais dependendo da localização, pois, existem locais melhores que outros com relação ao comércio.

Uma das variáveis consideradas na pesquisa, foi com relação a quem cuida do comércio e, as respostas obtidas, pelos trabalhadores nos próprios locais de trabalho – quiosques, foram as seguintes: dos vinte e seis quiosques com suas

portas abertas, 05 estavam sempre sendo cuidados pelos proprietários que assim se identificaram; 08 disseram ser funcionários contratados e, destes, apenas 01 declarou ter a carteira de trabalho assinada, os demais não quiseram revelar sua situação contratual. Os outros 13 entrevistados fazem parte da família do proprietário que, na sua maioria, seu grau de parentesco é o de filho, filha e genro.

Os quiosques de Ponta Negra estão distribuídos por todo o calçadão da praia, situada na Rua Erivan França, os mesmos ficam distante, em média, de 10 a 12m um do outro. Os mesmos foram concedidos, a princípio, àqueles trabalhadores que já possuíam barracas de praias no local, ou seja, as antigas barracas de lona ou de madeira. Contudo, com o processo de urbanização das praias, de acordo com os projetos, nas diversas áreas de praias, foram realizadas as mudanças na infra-estrutura e assim feito um levantamento de todos os locatários de barracas ali existentes para, a partir daí, serem procedidas as distribuições e concessões dos quiosques àquelas famílias que já viviam do comércio informal nesse território de praia.

Cada território de praia segue uma padronização com relação às estruturas físicas que, segundo a proprietária do quiosque oito (K-8), em Ponta Negra, a Sra. Josefa Henrique de Lira, os quiosques medem 2m² e não têm banheiro impossibilitando, aos trabalhadores permanecerem aqui por um tempo maior; segundo ela, depois de tantos anos trabalhando naquele local e nesse ramo de atividade “fui, de certa maneira, obrigada a largar meu ponto deixando meus filhos administrando”, afirmou ela quando entrevistada.

Após a remoção das antigas barracas da praia de Ponta Negra, a paisagem passou por mudanças consideráveis, principalmente, para aqueles que visitam Natal. Portanto, com o projeto de intervenção urbanística da orla, implantado no ano 2000, foi construído o calçadão com 3 Km de extensão e, assim substituído antigas barracas de madeira e lona, por quiosques em fibras de vidro e madeira. Contudo, mesmo diante das reformas, os proprietários dos quiosques espalham mesas, cadeiras, sombreros e espreguiçadeiras nas areias da praia para acolher melhor o consumidor; porém, cabe ao órgão fiscalizador do município – SEMSUR, ordenar os espaços territoriais nessas praias.

Ponta Negra foi à primeira praia da cidade a passar por reformas de urbanização e organização da orla, tudo isso, com o objetivo de melhorar as condições da infra-estrutura e dos territórios turísticos, conforme o Projeto Orla do Governo Federal. Com o novo calçadão a beira-mar, houve um favorecimento para

todos os que freqüentam essa praia, possibilitando, também a prática de atividades comerciais com mais rigor e organização, entre essas, a do setor informal da economia.

Após as mudanças e reformas na orla, muitos trabalhadores que possuíam as antigas barracas de praia, queixam-se, até hoje, das injustiças que, segundo eles, sofreram com essa mudança principalmente relacionada ao espaço físico dos atuais quiosques; pois, as antigas barracas possuíam espaço bem mais amplo permitindo, aos trabalhadores, comércio com mais variedades de produtos, inclusive, almoço, que atualmente não se pode mais vender.

Os proprietários dos quiosques têm a permissão da COVISA para comercializarem alguns produtos como: todo tipo de frutos do mar; macaxeira; batata frita; caldos em geral; petiscos; bebidas, entre outros produtos. Mas, todos os alimentos que necessitam de cozimento devem ser trazidos prontos para os locais de trabalho, que segundo a COVISA, eles têm uma cozinha comunitária, mas uma proprietária disse que cozinhava em sua própria cozinha e, para isso, teve que reformá-la e diante das limitações, os trabalhadores não se conformam. Mas, segundo a COVISA, todas essas medidas são fundamentais e necessárias na promoção do bem estar e para melhor qualidade de vida dos consumidores e trabalhadores.

Todos os proprietários de quiosques e barracas estão diretamente ligados, a administração e devem obedecer às normas da PMN, expressas pela SEMSUR. Mas, os trabalhadores têm seu representante na pessoa do presidente dos quiosqueiros e barraqueiros de praias. Localizou-se e conversou-se com o representante dos comerciantes de Ponta Negra e da Redinha; os quais falaram que, infelizmente não têm uma sede própria para realizarem suas reuniões; logo, ficam mendigando local sempre que precisam reunir-se. Para eles, o setor informal de praias precisa, urgentemente, de ser mais bem cuidado e observado pelas autoridades públicas competentes.

Os quiosques localizados na praia dos Artistas e do Meio são considerados para a SEMSUR, em termos de registros, numa mesma área de praia. Todos eles são igualmente padronizados conforme os da praia de Ponta Negra e são confeccionado do mesmo material e têm a mesma metragem. O diferencial significativo, conforme foi observado, refere-se ao próprio espaço próximo ao quiosque, porque, os das praias dos Artistas e do Meio dispõem de espaço bem

mais amplo, onde os trabalhadores distribuem suas mesas, cadeiras e sombreros, tirando, por isso, maior proveito da área disponível.

As regras conforme rege o contrato do locatário e proprietário de quiosque, junto a Prefeitura Municipal, são as mesmas para todos eles e em todas as praias; mas, na prática o que se pode observar é que nas praias dos Artistas e do Meio há uma maior tolerância para com os trabalhadores e serviços oferecidos; diferentemente do espaço de Ponta Negra, onde observa-se, que as exigências em se fazer cumprir as normas e regras de funcionamento e fiscalização são mais rigorosas.

Houve oportunidade de, em uma das barracas da praia do Meio observarem-se clientes solicitando almoço completo o que, surpreendentemente, viu-se que para nossa surpresa o cardápio dali estava bem diversificado: feijoada, arroz, carne, peixe, macaxeira, etc. E, o mais surpreendente é que, toda comida estava preparada e cozida na barraca, retratando uma cozinha ambulante e uma forma de apropriação indevida do espaço.

No espaço da praia do Forte, apesar de não existir quiosques, encontraram-se inúmeras barracas na areia da praia, estas na mesma situação de funcionamento daquelas da praia dos Artistas e da praia do Meio. Em uma das entrevistas realizadas, nesse local, o filho da proprietária de uma barraca, relatou que serve comida e bebida a vontade naquele local, tal como presenciou-se noutra área de praia. Ele disse também que em finais de semana aparecem inúmeras pessoas colocando suas barraquinhas na areia da praia e que após alguns anos essas pessoas até negociam o ponto, conseguindo vende-lo por um preço que varia de 2 a 3 mil reais; ou seja, esses locatários, mesmo sem documentação alguma de registros daquele local, consideram aquele local seus verdadeiros territórios, apesar de pertencer, de fato, ao Patrimônio da União e ao povo.

No espaço de praia da Redinha, depara-se com uma realidade um tanto diferente, a começar pelo próprio espaço público da praia, o qual impressiona pela escassez; apesar da urbanização, iniciada em 2003 e inaugurada em agosto de 2004, o espaço ainda tem muito que melhorar; hoje, dispõe de um calçadão com seus 22 quiosques ali distribuídos, faixa viária que dá acesso à praia, construção de um terminal de ônibus para linha normal e de turistas, iluminação pública e posto policial.

Os quiosques da Redinha são padronizados conforme os das outras praias; no entanto, ficam situados muito próximos uns dos outros, numa distância, em média de 3 m, dando a impressão de que ali funciona um comércio comunitário.

Portanto, a concorrência por lugar torna-se verdadeira maratona, onde os trabalhadores, em dias de maior movimento, procuram chegar bastante cedo para arrumar os quiosques, sombreiros, barracas, carrinhos e outros materiais de trabalho, tornando o espaço ainda mais reduzido.

Dessa forma impossibilita trabalhadores, banhistas, freqüentadores e consumidores de se locomoverem ou se acomodarem em um lugar; pois, no espaço da praia da Redinha a batalha por espaço-territorial é muito grande por parte de cada ator social. Os produtos comercializados no espaço da redinha são os mais variados, os proprietários de quiosques oferecem um cardápio também muito diversificado, infringindo as normas da Prefeitura. Nessa praia, apesar de não existir qualquer locação de barracas, na prática, presenciaram-se algumas. Em visita a SEMSUR, e entendendo-se com um fiscal da Prefeitura, este falou que todas as barracas fixadas na areia das praias, estão ali de forma clandestina e irregular, exceto no espaço de Ponta Negra que dispõe de 51 locatários registrados. Portanto, essa é uma realidade representada pelo setor informal da economia nesses espaços de praias.

Em se tratando dos ambulantes, figura bem característica do setor informal, percebem-se também os diversos territórios que vão se formando ao longo dos espaços de praias, através da presença desses trabalhadores e, esses territórios, despertam a curiosidade; uma vez que, em vários locais do espaço da praia ficam concentrados inúmeros vendedores ambulantes vendendo, muitas vezes, os mesmos produtos; até que chega certo momento em que eles se dispersam e vão circular pelos espaços da praia.

Foi visto um exemplo, bem interessante, na praia da Redinha, onde encontrou-se um grupo de vendedores ambulantes de gíngua com tapioca. Eles chegam ao barracão dos pescadores, de manhã bem cedo, comercializam a gíngua, tratam ali mesmo uma parte; mas, já traziam consigo um depósito com bastante gíngua e tapioca, ficavam ali vendendo e, ao mesmo tempo, comprando novas mercadorias para as próximas vendas. Após, certo tempo, aqueles trabalhadores, que também eram consumidores no barracão dos pescadores, dispersam-se para vender seus espetinhos.

Já, na praia de Ponta Negra, durante o dia, encontrou-se o território daqueles que vendem sua arte, expressa pelas telas pintadas ali mesmo no local, entre outros trabalhos artesanais; territórios também dos que vendem roupas de banho; dos que vendem CDs piratas e até o território daqueles que prestam serviços de massagens

corporais ou dos que vendem alguns lugares nas cadeiras de praia e sombreros, entre outros territórios visíveis que se formam ao longo do espaço das praias de forma surpreendente. Contudo, diante de tanta dinamicidade o que percebe-se é que, alguns territórios que se formam durante o dia, transformam-se no período da noite, revelando a dinâmica territorial e permanente que existe nesses espaços geográficos.

Durante o dia, alguns territórios, funcionam como territórios dos artistas e/ou de vendedores de CDs; à noite, já funciona como o território dos vendedores de objetos artesanais, tais como: pulseiras, braceletes, tornoseleiras, tatuagens, pincer, colares, etc; Aquele que, durante o dia, seria o território exclusivo dos vendedores de CDs, durante a noite também, em alguns casos, permanecem; misturados a outros diferentes territórios característicos do período noturno.

Essa dinâmica territorial ocorre em todos os espaços de praias onde a pesquisa foi realizada. Em alguns, o setor informal apresenta-se com mais intensidade, em outros com menos e, outro ainda, pode-se perceber que há um processo de formação territorial fora, indiretamente, do setor econômico.

Quanto a estes, aqui se destaca a utilização dos espaços, nas areias das praias, como um território do lazer; pois, encontram-se espaços delimitados para jogo de futebol e vôlei, para alguns, os quais contribuem indiretamente para que o setor informal da economia possa sobreviver, principalmente, nos dias da semana e nos períodos de baixa estação, os quais são considerados dias de movimento fraco com relação ao comércio, uma vez que, quando estão ali jogando e fazendo exercícios também estão, em certa medida, consumindo produtos dos vendedores ambulantes tanto durante, quanto após a prática do esporte; pois, muitas vezes, essas pessoas permanecem ali no lugar, consumindo produtos comercializados nas barracas dos que vivem, exclusivamente, do comércio informal, reforçando a cadeia reprodutiva da economia.

Diante dos estudos efetuados, até então, pode-se afirmar que um dos fatores que contribuíram significativamente para o crescimento da ocupação de territórios nos espaços de praias foi, sem dúvida, a urbanização. Nesses espaços que atraem, cada vez mais, maior número de visitantes, freqüentadores, população em geral e, sobretudo, os turistas. Dessa forma é que vão ocorrendo às mudanças espaciais merecedoras de reflexões sobre a complexa rede de relações que vem sendo construída e que, tem o turismo como um importante segmento para esse desenvolvimento.

Com o surgimento da atividade turística, a economia da cidade do Natal tem sido marcada por políticas implementadas pelas diversas instituições envolvidas com essa atividade, merecendo destaque a EMPROTURN, empresa criada em 1971, com a finalidade de dinamizar o setor turístico do RN e especialmente da cidade do Natal. Pois, com a presença dos turistas o cenário sócio-espacial e territorial modificou-se completamente, passando a adquirir novas características em função das atividades voltadas para os turistas e desenvolvidas especialmente nas áreas de praias.

O turismo é uma atividade dinâmica e, de acordo com Dias e Aguiar (2002, p.69), quando se refere aos produtos e ofertas turísticas, dizem que tudo que é oferecido aos turistas, pode ser classificado como naturais; artificiais e humano; estando este, diretamente relacionado à hospitalidade e aos serviços, os quais são fatores fundamentais no desenvolvimento turístico de uma região.

No setor informal da economia nos espaços dessa pesquisa, percebem-se inúmeros produtos e atividades direcionadas essencialmente aos turistas, inclusive comprovado por relatos de alguns trabalhadores, os quais deixam bem claro que tais produtos e serviços são oferecidos a todos os consumidores de maneira geral; mas não escondem sua preferência pelos consumidores turistas, conforme entrevista realizada com uma vendedora na praia da Redinha, quando lhe foi perguntado, pois chamou a atenção, porque vendia mealheiros, produto exótico para ser comercializado em uma praia. Então perguntou-se à se liquidação daquela mercadoria ali poderia operar-se e ela assim respondeu:

“Vivo de vender esses cofres (porta-moedas) e lancheiras para festinhas de aniversários para encomenda, feitos de gesso e pintados por mim mesma, fico aqui nessa mesinha fazendo uns e pintando outros quase o dia inteiro, ou melhor, até quando tem movimento; é estranho vender esse tipo de produto em praias, mas consigo vender bastante, acho que aí está o segredo, é algo diferente! Às vezes, vou vender também na praia de Ponta Negra e também é muito bem aceito, lá eu ganho o dobro daqui, pois vendo aos turistas e eles me pagam, às vezes, em dólar. Só não vou mais vender em Ponta Negra porque me dá bastante trabalho para levar todo meu material e termino gastando um pouco mais com as despesas de ir até lá; pois não tenho carro para transportar minhas mercadorias. Mas é ótimo vender para os turistas de Ponta Negra!” (Meire, jan./2007).

Por meio dos questionários-entrevistas aplicados ficou claro que os turistas são os consumidores mais procurados ou preferidos pelos trabalhadores ambulantes e prestadores de serviços no setor informal da economia. Percebe-se o quanto esses vendedores e prestadores de serviços buscam o consumidor turista nesses espaços de praias. Algumas respostas deixam bastante claro que os trabalhadores só vão vender naqueles espaços de praias devido ao fluxo de turistas principalmente, quando se referencia o espaço territorial de Ponta Negra.

Alguns vendedores relataram que só vendem naquele espaço de praia durante o período de alta estação, nos demais períodos do ano trabalham em outras atividades, sendo apenas vendedores temporários; pois, visam mesmo os consumidores turistas acreditando serem estes quem lhes proporcionam maiores lucros.

Nesse contexto, verifica-se a dinamicidade dos territórios de praias, especialmente os de caráter econômico que são apropriados pelos trabalhadores do setor informal, sejam fixos ou temporários, esses territórios mudam de característica de acordo com o período de tempo, com o espaço de praia, com o tipo de consumidor, com a infra-estrutura, etc., e assim, assume novos perfis a cada momento, diante da realidade e do espaço geográfico em que se encontram.

A apropriação do espaço, para que seja transformado num território de comercialização, forma-se de diversas maneiras. Ao realizar-se um questionário-entrevista com um ambulante de redes de tecido, lençóis e tapetes; na praia de Ponta Negra, o mesmo nos disse que não era da cidade do Natal nem era natural do Rio Grande do Norte; era da Paraíba! Ao perguntarmos o que fazia ali vendendo aqueles produtos e o que o fez sair de sua cidade rumo a Natal, especialmente, com destino a praia Ponta Negra, ele relatou o seguinte:

“Estou desempregado, tenho mulher e filhos pra criar e o jeito foi aceitar o convite de um senhor lá da minha cidade, que aluga uma casa aqui no bairro de Ponta Negra, no período de alta estação, e traz um monte de gente pra vender seus produtos. A gente ganha de acordo com cada peça vendida, o que passar do valor que ele nos deu para cada peça, esse é o nosso lucro. Terminou dizendo que as vendas estavam muito ruins e se soubesse que seria assim, não tinha vindo! Mas, também não estava arrependido porque tinha conhecido a tão falada Praia de Ponta Negra, e estava encantado com tanta beleza” (Francisco Canindé, jan./2006).

Sem medo de estar cometendo nenhum equívoco, afirma-se que os turistas contribuem de uma forma ou de outra, para o crescimento do setor informal da economia nesses espaços geográficos de praias. Afinal, a economia pode ser descrita como sendo uma prática da divisão social do trabalho formando grupos distintos com suas diversas funções e contribuindo com a produção e reprodução de bens e serviços.

Seja para os trabalhadores em pontos fixos ou ambulantes uma das maiores dificuldades que eles enfrentam é com relação à infra-estrutura do local, pois, ela não possibilita um mínimo de conforto principalmente para os consumidores, provocando, dessa forma, prejuízos para os trabalhadores que não têm como segurar o cliente por mais tempo no estabelecimento. Esse foi um relato, de forma geral, dado por todos os responsáveis pelos quiosques e trabalhadores ambulantes que também necessitam de boa infra-estrutura para desempenhar suas atividades.

Percebe-se, portanto, que esse setor da economia nesses espaços de praias, é algo muito complexo e envolve inúmeros fatores que são determinantes no processo econômico, social e geográfico. É complexo na medida em que, os trabalhadores travam lutas constantes com população; entre eles mesmos e com o Governo; bem como, com a própria situação do espaço em que vivem, uma vez que, nos períodos de baixa estação e em dias de chuvas, o comércio para esses trabalhadores é inexistente. Pois, chegando a uma dessas praias em dia de chuva dificilmente se encontra algum quiosque aberto ou algum vendedor ambulante trabalhando; logo, as dificuldades para superar esses momentos difíceis tornam-se algo complexo para quem vive desses territórios econômicos.

No espaço da praia da Redinha também existe a mesma prática das demais praias que possuem quiosques, ou seja, os proprietários distribuem grandes quantidades de sombreros pela areia da praia, na maioria das vezes, ultrapassando o limite permitido. E, como o espaço dessa praia já é bastante restrito essa prática torna-o mais restrito ainda, ficando quase que impossível usufruir do espaço que ainda resta. O espaço da Redinha apresenta-se com inúmeros problemas relacionados à infra-estrutura; mas um dos problemas que mais se destacou e que foi registrado nos estudos de caso, foi o relacionado ao espaço e suas apropriações indevidas, principalmente pelos vendedores ambulantes do setor informal.

O setor informal da economia nos espaços de praias estudados apresenta-se bastante heterogêneo e dinâmico com relação aos territórios, aos atores sociais e as

formas como se desenvolvem-se dentro do processo de produção. Diante dessa realidade mostrar-se-á, além dos pontos fixos já mencionados, o perfil territorial do setor informal e sua dinâmica econômico-social representada pelos trabalhadores ambulantes deste setor.

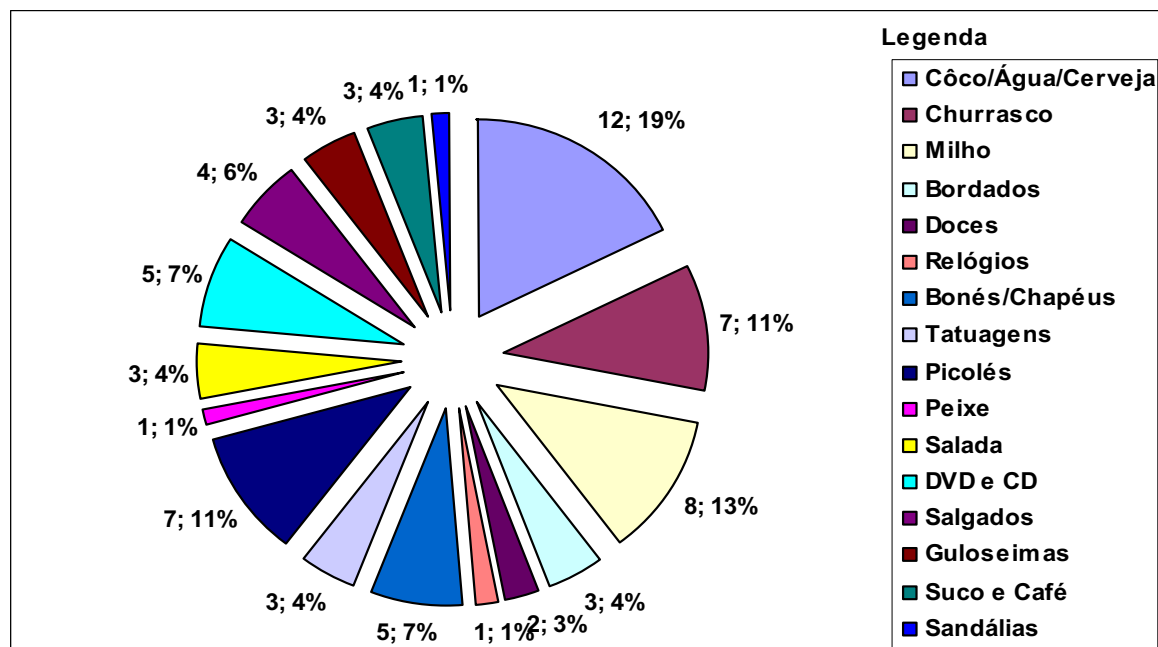
Vários são os produtos comercializados nesses espaços de praias através dos trabalhadores ambulantes, camelôs e prestadores de serviços. Essa diferenciação de produtos que são vendidos nesses espaços de praias movimenta direta ou indiretamente, estruturas econômicas diversas modificando, contudo, a economia de uma determinada área ou região econômico-geográfica. Na maioria das vezes, os produtos comercializados nos espaços de praias pelos trabalhadores do setor informal, são adquiridos de outras regiões e/ou de empresas capitalistas, as quais fazem parte do setor formal complementando o processo produtivo; daí uma das importâncias do setor informal no processo produtivo, conforme caso de estudo através de entrevista-questionário aplicado com uma vendedora de camisetas:

“Estou morando aqui na vila de Ponta Negra há um mês, sou da cidade de São José de Mipimbu/RN, e vim juntamente com meu esposo para aqui trabalhar. Meu patrão mora no conjunto de Ponta Negra, ele é um micro-empresário que vive no ramo de confecções, é dono de uma loja! No período de alta estação ele contrata algumas pessoas para vender essas camisetas com estampas da cidade de Natal. Eu fico aqui e meu esposo em um outro ponto da praia; ganho um salário e as gorjetas dos clientes, a maioria turistas, a gente não tem carteira assinada, mas também é um emprego temporário! A coisa pior que acho aqui nesse trabalho é quando os fiscais da prefeitura aparecem e que eu tenho que correr daqui...” (Maria Elenice, fev./2007).

Conforme o caso de estudo, percebe-se o quanto o setor informal da economia mobiliza e dinamiza o mercado e trabalho, criando, recriando e reestruturando o mercado, mesmo que em situações precárias e de forma inadequada. O setor informal expande-se e mostra-se de várias formas, sendo, portanto, um setor que deve ser tratado com mais seriedade, afinal ele existe e participa do processo contínuo de produção mesmo que, na maioria das vezes, de maneira ilegal.

Veja-se, como se caracterizam os territórios de praias, conforme questionários-entrevistas aplicados junto aos ambulantes do setor informal da economia e os tipos de produtos comercializados nesses territórios. Para isso, foram

confeccionados gráficos representando o percentual desses vendedores e a tipologia de produtos. Inicie-se pelo espaço da praia de Ponta Negra, conforme Gráfico 02 e 03.



Fonte: pesquisa de campo, 2006-2008.

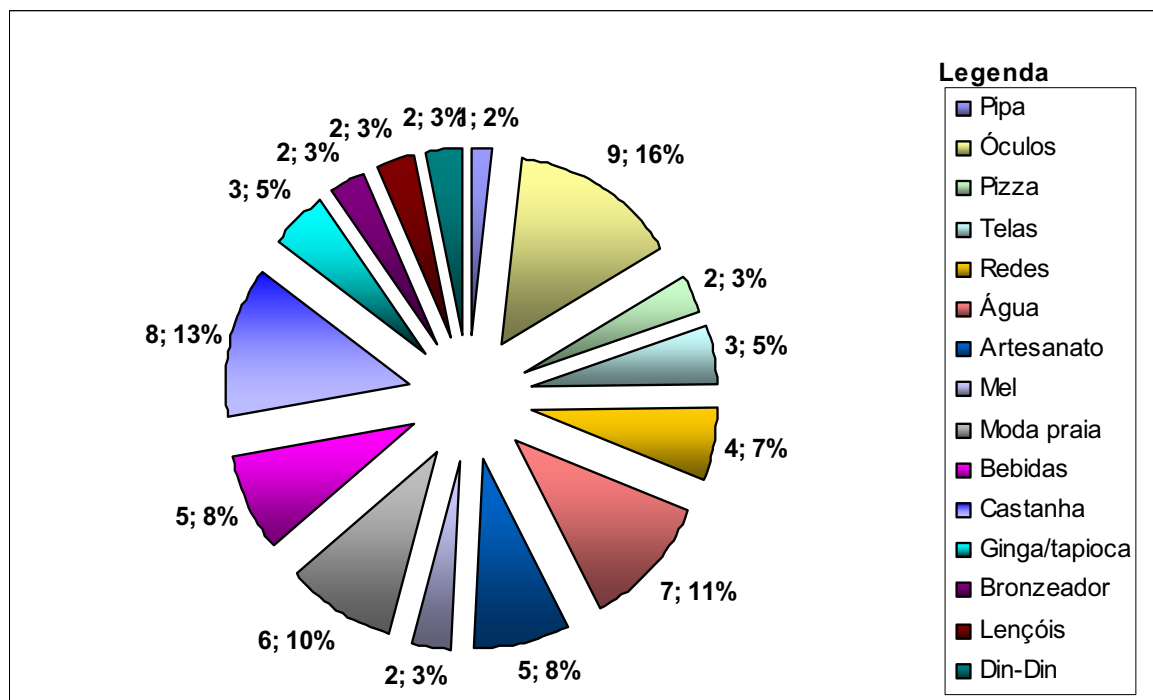
Gráfico 02 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos em Ponta Negra

Durante questionários-entrevistas realizadas, pode-se revelar o perfil de trabalho por parte daqueles que vivem no setor informal da economia, na situação de ambulante, no território de Ponta Negra, em um período considerado de alta estação. Observa-se, portanto, que há diversidade muito grande de vendedores com os mais diversos tipos de produtos. Na realidade, encontra-se número maior de vendedores de água de côco, refrigerantes, água mineral e outras bebidas, entre elas, algumas contendo álcool, seguidos de milho verde, churrasco e picolés seqüenciado pelos demais produtos desde relógios a sandálias. Percebe-se, portanto, que no setor informal, os ambulantes, tenta-se negociar com todo e qualquer tipo de produtos. Algo que chamou a atenção é que esses vendedores, muitas vezes, trabalham contrariando as normas e Leis; pois, ficam, grande parte do tempo, fixados em determinados se apropriando de determinados espaços.

Outra peculiaridade nesse espaço é que os ambulantes que vendem os mesmos tipos de produtos permanecem, grande parte do tempo, reunidos em um mesmo local bem próximo uns dos outros fragmentando, desta maneira, o espaço da praia nos mais variados territórios distribuídos em redes territoriais; ou seja, em

determinados lugares ficam vendedores de Cds; noutros, os vendedores de picolés; outros ainda em seus carrinhos com bebidas, etc; mas, em alguns momentos eles se dispersam em virtude da presença dos fiscais da prefeitura, muito embora voltem a se reunir-se novamente num outro momento.

Alguns vendedores chegam trazidos pelo proprietário das mercadorias que serão comercializadas; ali reúnem-se conversam um pouco e dispersam-se cada um para locais ou pontos diferentes e, no final do horário, combinam de reencontrarem-se no mesmo local para irem embora todos juntos, quando o proprietário das mercadorias vem pegá-los; a exemplo dos vendedores de milho verde em seus carrinhos personalizados; de picolés; de água de côco, redes de tecidos, entre outros.



Fonte: pesquisa de campo, 2006-2008.

Gráfico 03 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos em Ponta Negra

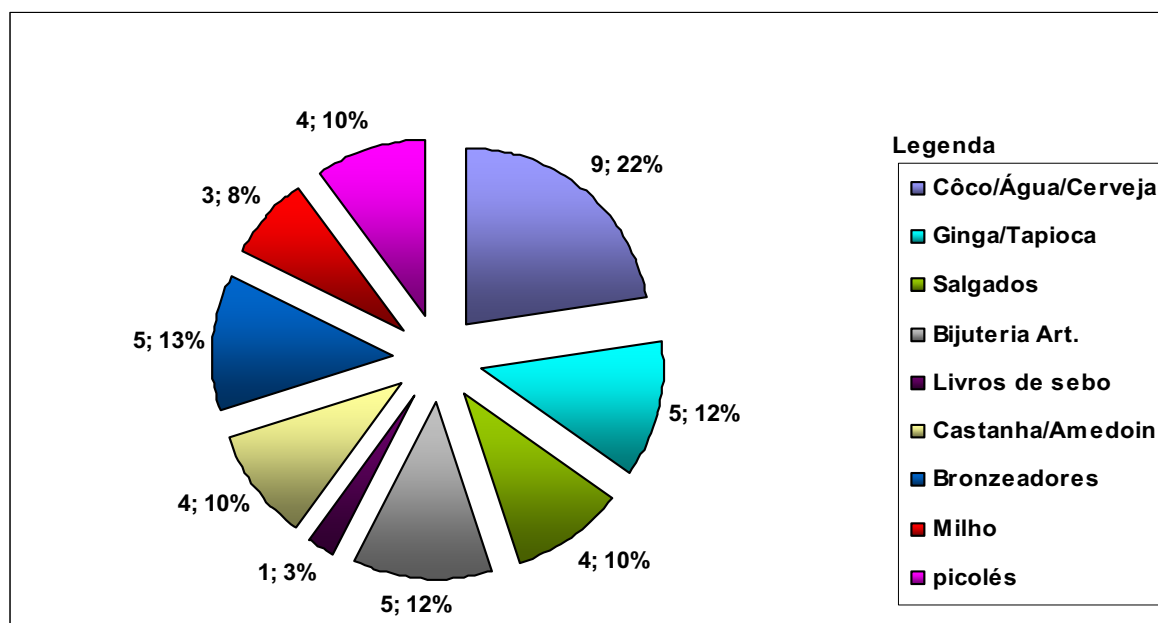
Os Gráficos 02 e 03, revelam o quanto o setor informal da economia apresenta-se de maneira heterogênea e curiosa com relação aos produtos ali comercializados, chegando mesmo a surpreender os consumidores locais e turistas. Nesse sentido, concorda-se com Santos (2004), quando fala do fenômeno representado pelo comércio, no circuito inferior da economia, que é um elemento do subsistema dentro do sistema geral espacial econômico. Segundo Santos (2004,

p.24) “o circuito inferior compreende as atividades de fabricação tradicional a exemplo do artesanato”.

Os ambulantes, vendedores do setor informal, representam nesses territórios de praias essa realidade do circuito inferior discutido por Santos, na medida em que trazem para o espaço geográfico do trabalho todas essas mercadorias de fabricação caseira a exemplo, de lençóis e produtos artesanais dos mais variados, mel, bordados, pizzas, pipas, doces, salgados etc; conforme representados nos gráficos e que nos quais defronta-se com a insuficiência de dados estatísticos concernentes a essa economia doméstica e que tem tanta importância dentro da economia regional e urbana.

Entretanto, é perceptível e admitida a importância que tem esses ambulantes dentro do sistema produtivo e reprodutivo do capital; pois, para que os mesmos cheguem até esses locais de trabalho, eles movimentam toda uma outra estrutura complementar ao processo de produção e reprodução do capital em movimento que varia desde a aquisição da matéria-prima, adquirida nos mais diversos supermercados entre outros locais, até o trabalhador mais simples que faz o transporte dos demais trabalhadores autônomos e das mercadorias a serem negociadas; tudo isso, faz parte de alimentação contínua do sistema econômico evidenciando assim, a relação dinâmica que existe entre trabalhadores e territórios comerciais dentro do processo produtivo.

Seguindo a mesma metodologia, representa-se aqui através do Gráfico 04, o território da praia dos Artistas e seu comércio ambulante. Não muito diferente do território de Ponta Negra, ou até mesmo semelhante, com algumas peculiaridades que fazem a diferença. Aqui percebem-se as mesmas diversidades de produtos comercializados no território de Ponta Negra, porém, percebe-se que a diferença é significativa com relação ao perfil do consumidor, ao vendedor e ao preço que aqui efetiva-se.



Fonte: pesquisa de campo, 2006-2008.

Gráfico 04 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos na praia dos Artistas

Na praia dos Artistas percebe-se que os produtos são direcionados para qualquer tipo de consumidor, ou seja, sem qualquer tratamento diferenciado; na praia dos Artistas, o público consumidor é característico de uma população local e dos espaços circunvizinhos enquanto que, no espaço de Ponta Negra além dos freqüentadores locais, temos um grande contingente de consumidores visitantes ou de turistas nacionais e internacionais promovendo características peculiares entre os territórios de praias.

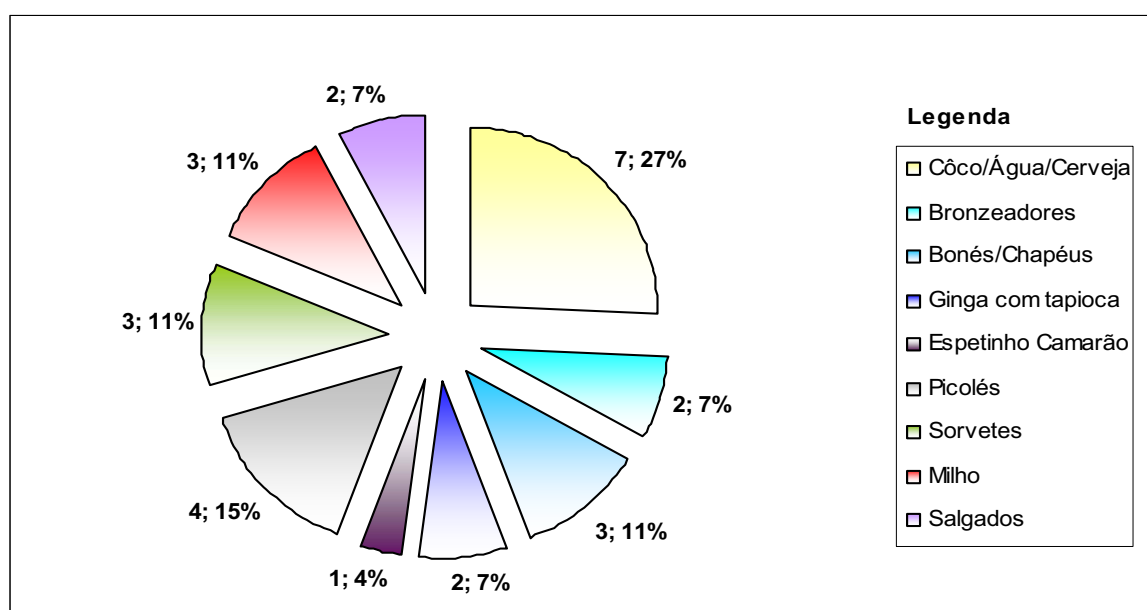
Nesse contexto, percebe-se que os produtos comercializados por vendedores ambulantes vão muito de acordo com o público que ali freqüenta, muito embora tente-se vender qualquer mercadoria, pois, essa é uma realidade e uma prática que dá sustentação ao comércio informal da economia que sobrevive, entre outros fatores, de suas diferenças e criatividade; a exemplo dos que vendem moda praia no espaço de Ponta Negra e que, quase não foi presenciado no território da praia dos Artistas, onde não se tem um público freqüentador e consumidor turista tão intenso como ocorre no território de Ponta Negra.

Sendo assim percebe-se a dinamicidade e mobilidade dos territórios do setor informal buscando, a cada momento, acompanhar a clientela que nesses espaços encontram-se, para que assim possam sobreviver. O Gráfico 05, representa visita realizada na praia do Meio durante o mês de janeiro e fevereiro de 2007, período

também considerado de alta estação, considerado, pelos trabalhadores, de bom movimentado com excelentes negócios.

Contudo, observa-se que os produtos comercializados nos territórios de praias são quase que os mesmos entre todos os demais locais, com pouquíssimas diferenças, destacando-se e sobressaindo-se aqueles pontos que negociam produtos específicos para os turistas, a exemplo das feirinhas de artesanatos e de produtos regionais.

Os territórios econômico-geográficos que se formam ao longo desses espaços de praias devido à instabilidade temporal, histórica e cultural dão-se de forma concreta e abstrata e, ao mesmo tempo, de maneira fixa e móvel graças ao grande dinamismo destes setores complementados pelos trabalhadores e consumidores – atores sociais. Esses territórios que se concretizam de forma integrada e totalizante é que o geógrafo Milton Santos chamava de território usado.



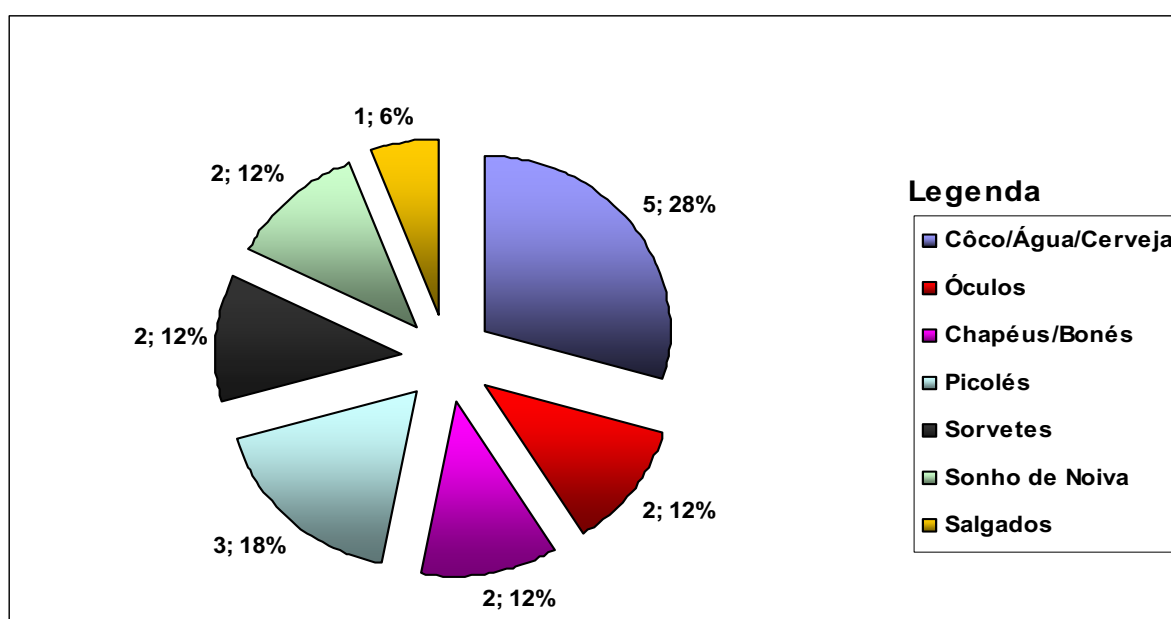
Fonte: pesquisa de campo, 2006-2008.

Gráfico 05 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos na praia do Meio

Segundo Santos (2000 apud COSTA, 2004), esse território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes para assegurar os interesses de cada indivíduo, mas que, para isso, se faz necessárias adaptações com o meio geográfico para que o processo possa concretizar-se.

Nos espaços-territoriais de praias, observa-se um comércio intenso do setor informal da economia, principalmente, nos dias feriados, finais de semana e em períodos de alta estação. Pois, nesse território a frequência de ambulantes predomina dependendo do período de tempo, os de pontos fixos são em números menores também dependendo do momento, daí a realidade do setor informal nos territórios de praias serem tão diferenciada dos demais setores informais da economia relacionadas a outros locais. Nesses espaços de praias, os territórios mudam constantemente, passando de territórios fixos a móveis e de móveis a fixos.

Contudo, percebe-se no campo de pesquisa que os espaços das praias de Areia Preta, Artistas, Meio e Forte formam um grande espaço que, podemos até considerá-los de um espaço homogêneo dentro de uma dinâmica territorial heterogênea. Pois, os movimentos de vendedores ambulantes percorrem de acordo com suas necessidades todos esses espaços-territoriais de praias, uma vez que essas praias são vizinhas umas das outras; ora, se formam territórios de ambulantes numa praia; ora, numa outra praia; mas todos com o mesmo fim.



Fonte: pesquisa de campo, 2006-2008.

Gráfico 06 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos na praia do Forte

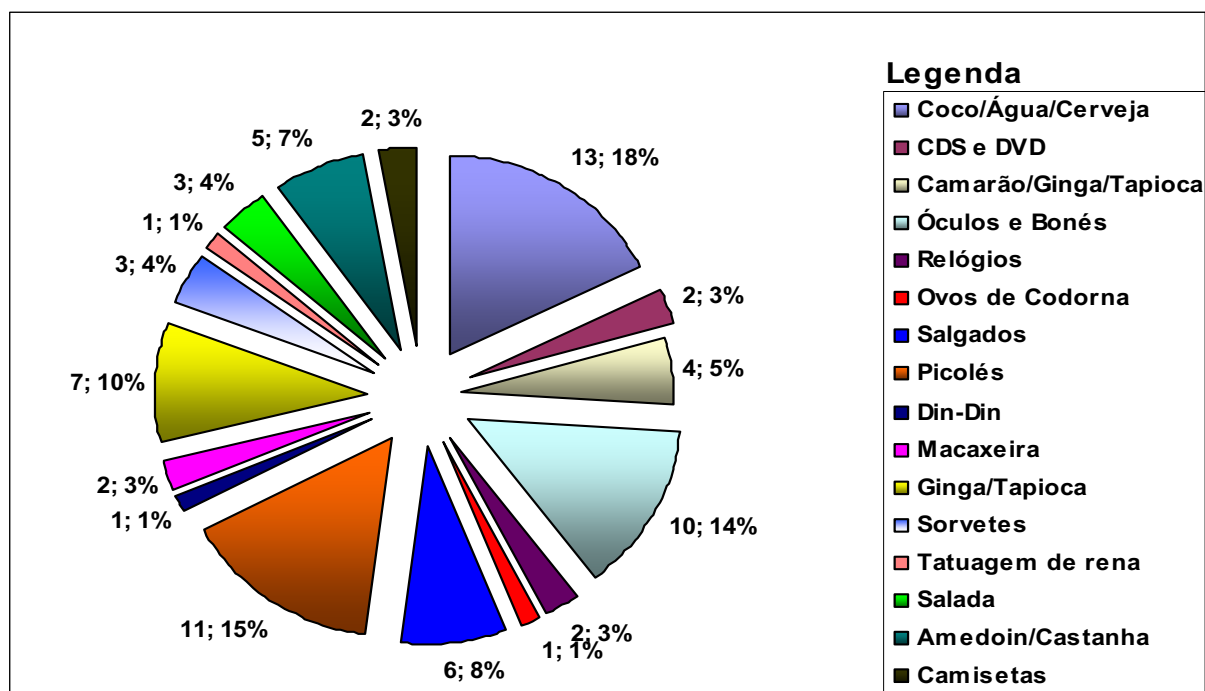
No entanto, falar em território de praia numa concepção materialista é algo muito natural devido à carga de materialidade que esses territórios possuem, mesmo sendo definidos pela consciência ou pelo valor territorial num sentido simbólico.

Sendo o território uma porção da natureza e do espaço, tem a presença de toda uma sociedade que reivindica seus direitos de acesso e controle sobre o mesmo, mas que, para usufruir deste deve-se respeitar sua totalidade ou as partes com os recursos neles encontrados (GODELIER, 1984 apud COSTA, 2004).

O uso do território, por sua vez, explicita uma priorização de sua dimensão econômica, estabelecendo distinção entre o território, simplesmente, quanto a sua forma e o território usado como um objeto de ações, sinônimo de espaço humano. Nesse contexto, não se trata apenas de um território fragmentado e delimitado em zonas ou superfícies claramente delimitadas, mas de territórios que se efetivam em lugares distribuídos em redes (SANTOS, 1994 apud COSTA, 2004), tal qual acontece nos espaços de praias onde, diversos territórios se formam sejam fixos ou não, de maneira concreta ou abstrata, mas que estão distribuídos ao longo do espaço formando uma grande malha ou rede territorial não homogênea.

O setor informal da economia no espaço da praia do Forte apresenta-se de maneira curiosa; pois, nesse espaço, há um território econômico do setor informal que se destaca dos demais espaços como um todo – a feirinha de artesanato com produtos específicos para turistas. Muito embora haja feirinha nos demais espaços de praias essa, da praia do Forte, tem uma característica peculiar; pois, a mesma fica localizada num ponto distante do espaço da praia onde o movimento de banhistas e freqüentadores é intenso; ficando mesmo, próximo ao ponto turístico do Forte dos Reis Magos, caracterizando-se e concretizando como um território econômico fixo e quase que exclusivo do consumidor turista. A feirinha do Forte movimenta um comércio específico apenas no período do dia e, com um movimento mais intenso no período da alta estação, onde a cidade recebe um contingente maior de visitantes.

Na praia da Redinha, o território apresenta-se com algumas peculiaridades e curiosidades com relação aos produtos comercializados, apesar de o comércio informal ter, por si só, essa característica, conforme Gráfico 07.



Fonte: pesquisa de campo, 2006-2008.

Gráfico 07 – Percentual de ambulantes por produtos vendidos na praia da Redinha

Entretanto, é perceptível que em todos os Gráficos já mostrados o produto que se encontra em primeiro lugar, em termos de percentuais, é a água de coco, água mineral e outras bebidas; isso mostra uma realidade comercial que movimenta não só o mercado informal nesses espaços de praias, mas também o mercado do setor formal da economia, mesmo que indiretamente, representado pelos grandes empresários e comerciantes do ramo.

Em entrevista com um dos vendedores deste tipo de produto, o mesmo relatou que o coco verde que ele vendia era adquirido de um grande produtor do Estado de quem, não quis revelar nome, todos os dias, principalmente, no período de alta estação, esse empresário vende, através de seus funcionários, grande quantidade do produto para vários vendedores ambulantes dos territórios de praias.

O mesmo ocorre com os demais produtos que os vendedores adquirem nas grandes redes de supermercados da cidade, movimentando assim o setor formal ou os donos de grande capital. Diante dessa realidade, percebe-se o quanto é importante o setor informal da economia dentro do processo de produção e reprodução do capital financeiro; pois, essa situação é uma realidade repetitiva e rotineira, quando todo trabalhador do informal, de uma maneira ou de outra, participa direta ou indiretamente do processo produtivo da economia.

O setor informal da economia movimenta além dele mesmo, o setor formal, a exemplo dos que vendem ginga com tapioca, produto característico e muito comercializado na praia da Redinha; pois, na medida em que as gingas são compradas aos pescadores que vivem dessa cultura e são tratadas e vendidas sob forma de espetinhos nos territórios de praias, movimentam o setor informal e, em contra partida, na medida em que são vendidas para os proprietários de hotéis ou outros empresários, movimenta e alimenta de certa forma, o mercado formal da economia. Percebe-se, portanto, o quanto esse setor da economia sobrevive de maneira curiosa, observa-se que cada produto comercializado tem origem e procedências distintas; ora, alimentando o setor formal; ora, alimentando o próprio informal, na verdade, um depende do outro dentro do processo de produção.

Nesse contexto, concorda-se com o pensamento de Santos (1994 apud COSTA, 2004), quando trata do território de todos os quais estão, freqüentemente, contidos nos limites do trabalho também de todos e distribuídos em redes territoriais bem como vinculados às formas de serviços; muito embora, os mesmos territórios e os mesmos pontos contenham, algumas vezes, funcionalidades diferentes que se efetivam através de um sistema de objetos representados pelas forças produtivas e um sistema de ações pelo conjunto das relações sociais de produção.

3º CAPÍTULO



Economía informal nos territórios de praias de Natal/RN; políticas públicas e turismo.

3.1 Mercado informal: reestruturação produtiva, desemprego e fortalecimento do setor informal através das novas economias

A instabilidade da economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990, agravaram os problemas econômico-estruturais, afetando significativamente o mercado de trabalho e aumentando, conseqüentemente, o desemprego no país, criando e recriando, novas formas de trabalhos e ocupações sem compromissos salariais e, desenvolvidos à margem de qualquer regulamentação, desafiando sobremaneira, a realidade econômica e do mercado de trabalho.

Nesse contexto, ocorrem diferentes manifestações de trabalhos do setor informal da economia. Nos territórios de praias, as atividades desse setor acontecem de maneira diversificada e estão estreitamente ligadas às atividades turísticas em meio ao processo produtivo e reprodutivo mesmo que, muitas vezes, de forma desigual. Conforme ocorre no sistema econômico-capitalista, o setor informal só vem crescendo e reunindo inúmeros trabalhadores que estão ou que ocupam um lugar na fila dos desempregados.

Contudo, na classe política e, principalmente, na dos próprios trabalhadores que estão ou que ocupam um lugar na fila dos desempregados, esse setor da economia vem despertando a necessidade de políticas públicas mesmo que expressem interesses, desejos e aspirações diferentes. As crises econômicas por que passou o Brasil, nas duas últimas décadas, já citadas nesse trabalho, provocaram enorme desorganização no mercado de trabalho e exorbitante aumento de desempregados em todas as regiões do país; também suscitaram maior precarização das formas de contratações nos mais variados segmentos do mercado; um crescente número de trabalhadores sem vínculos empregatícios institucionalizados; elevados níveis de informalidades e grande perda do poder de compras devido aos baixos salários dos trabalhadores, os quais movimentam e aquecem a economia do país e do mundo.

A estagnação do emprego formal provoca, então, o crescimento do setor informal, uma vez que trabalhadores passam a exercer atividades avulsas e instáveis, as quais constituem alternativa única de sobrevivência e a saída para superar o problema do desemprego que massacra grande parte da população.

Corroborando essa realidade, no que diz respeito a sua reprodução; a atividade turística que se desenvolve nos territórios de praias têm se apresentado como uma mola propulsora para as ocupações dentro do setor informal da economia, o que conduz à afirmação de que, o turismo praticado nesses espaços geográficos de praias transforma e cria novos territórios de cunho econômico. Porém, deve-se cuidar bastante desses territórios, pois, as atividades turísticas podem gerar benefícios relacionados à criação de emprego e renda, mas também, se praticadas de forma errada, podem causar malefícios ao meio ambiente e à população em geral.

Considerando a importância que tem o turismo dentro desses territórios de praias e, a ligação, seja direta ou indireta, com o setor informal da economia procurou-se, contudo, trabalhar a definição de turismo que, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1978), significa o deslocamento de determinadas pessoas para fora do local de suas residências, num período superior a vinte e quatro horas e inferior a sessenta dias motivados por razões não econômicas. Ou ainda podemos pensar o turismo segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), que define como sendo,

[...] uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões, países ou continentes, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor um turismo é uma indústria. Os benefícios originados deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicológica da comunidade (WAHAB, 1991 apud FURTADO, 2005, p. 52).

Do ponto de vista acadêmico opta-se pela compreensão do turismo enquanto,

“[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural” (TORRE, 1992 apud FURTADO, 2005, p. 52).

Sendo assim, o resgate do turismo no RN é recorrente à década de 1960 quando, ainda que, de maneira muito incipiente, foram efetivadas algumas ações como a construção do Grande Hotel. Cujo objetivo era de receber aqueles que se deslocavam para Natal e que, pelas características do deslocamento se adequavam ao conceito posto. Mas, o crescente fluxo de turistas na cidade do Natal só acontece verdadeiramente nas três últimas décadas quando o turismo sol e mar passam a ser vislumbrado e divulgado em todo o planeta.

Aqui em Natal, a partir da década de 1960 é que as atividades turísticas começam a dar seus primeiros passos rumo ao crescimento de suas atividades, a começar pela construção do primeiro equipamento voltado para esse fim, que foi o Hotel Internacional dos Reis Magos, localizado na praia do Meio e que hoje, encontra-se desativado; mas, foi naquela época que esse hotel era considerado um estabelecimento turístico de qualidade para hospedagem dos visitantes vindos de todas as regiões do país e do mundo.

Esse crescimento do turismo aconteceu, principalmente, nos territórios do litoral potiguar. Pois, os turistas que aqui chegam, buscam, primeira e indiscutivelmente, apreciar as belas paisagens naturais, mas o que, de fato, os atrai é o diferente, o exótico, algo que o chame a atenção; e, nesse caso, pode-se dizer que as praias do RN são privilegiadas, pois há praias exibindo belas paisagens com outros atrativos agregados e diferenciados, os quais são apreciados por pessoas que visitam o Estado e que se encantam com grandes belezas naturais retratadas nas paisagens das praias do Rio Grande do Norte.

Logo, é importante melhorar os equipamentos turísticos e, em consequência disso, também propor melhoria dos espaços geográficos com boa infra-estrutura necessárias para sustentação das práticas turísticas atraindo e assegurando, dessa forma, um contingente cada vez maior de pessoas que vem visitar o RN e que tornam os espaços e seus territórios mais dinâmicos, abrindo mais oportunidades, inclusive para os trabalhadores que se encontram desempregados e que buscam o setor informal da economia nesses territórios.

Para que esse turismo fosse então dinamizado, políticas públicas tiveram que

ser implementadas, de modo que em Natal pode-se destacar o Projeto Parque das Dunas/Via Costeira e o Pólo Costa das Dunas. O Projeto Parque das Dunas/Via Costeira foi elaborado e criado pelo Decreto Lei de nº 7.538, de 19/01/1979. A Via Costeira com seus 8,5 Km de extensão, fica situada entre as praias de Areia Preta e Ponta Negra. Foi inaugurada em 1983, constituindo-se no marco mais importante para expansão do turismo na cidade do Natal. O maior objetivo desse projeto era dotar Natal de infra-estrutura hoteleira, até então insuficiente para a concretização da proposta de incrementar o turismo na cidade e inseri-la no circuito nacional do turismo (FURTADO, 2005).

O projeto de construção da Via Costeira e seus hotéis foram inseridos no que é denominado por política de Megaprojeto turístico. Esse é o marco inaugural das primeiras ações no campo das políticas públicas de cunho Federal, Estadual e/ou Municipal direcionadas para implantação e desenvolvimento do turismo regional e local. Nesse contexto, o turismo passa a adquirir relevância no cenário econômico e sente-se mais fortalecido. A consolidação de todos esses projetos acontecerá a partir da complementação do Programa de Desenvolvimento Turístico para o Nordeste – PRODETUR/NE.

Esse projeto foi instituído por diploma legal e abarca todos os Estados da Região, representando uma política de turismo de caráter urbano e restringe-se à criação de infra-estrutura urbana em localidades consideradas relevantes para o desenvolvimento do turismo regional, estimulando o processo de urbanização e de reorganização do espaço geográfico, com o objetivo maior de complementar a política de megaprojetos. Mediante essa realidade, o Estado busca investimentos públicos que viabilizem as atividades turísticas, tendo em vista haver um rápido retorno financeiro. Desse modo, ao dinamizar o turismo, o PRODETUR/NE possibilita também, a expansão e o crescimento do Setor Informal da Economia, especialmente nas áreas litorâneas.

Esses Projetos, enquanto ação concreta da política pública para a dinamização do turismo associado ao contexto da reestruturação produtiva que promove um amplo desemprego no setor informal propiciou uma acentuada expansão da economia no setor informal, aqui tratado em especial àquele que produz e reproduz nos espaços territoriais de praias do município de Natal. Como assinala-se, esse seguimento reveste-se de uma complexidade significativa, daí porque sua compreensão, enquanto unidade econômico-produtiva torna-se quase

que impossível, de modo que, para os objetivos aqui propostos consideramos de fundamental importância resgatar algumas falas de atores sociais que fazem parte do setor informal da economia, como ver-se no final deste capítulo.

Uma vez equipados os territórios turísticos melhora-se, consideravelmente, não só as atividades turísticas como também o espaço urbano promovendo qualidade de vida para todas as pessoas que, direta ou indiretamente, usufruem da infra-estrutura desses espaços públicos. Contudo, quanto mais complexo for os territórios voltado para as atividades turísticas mais visitantes serão atraídos provocando, contudo, o turismo de massa, esse fenômeno que provoca também um crescimento efetivo na economia e no crescimento do setor informal.

Chama-se de território turístico aquele que é apropriado por turistas e que corresponde a uma porção do espaço geográfico cuja produção é determinada por uma parcela significativa de turistas. Portanto, são vários os equipamentos e serviços que compõe esses territórios, tais como são inúmeras também as modalidades de atividades que são atraídas. Entre os equipamentos pode-se citar: restaurantes, hotéis, pousadas, agências bancárias, meios de transportes, via de fluxos de pessoas facilitando o ir e vir, lazer, etc.

Quanto às diferentes formas de práticas turísticas, cita-se o turismo interno, receptivo, emissor, nacional e internacional. No entanto, são várias as segmentações em detrimento das formas; pois, para que haja a prática do turismo se faz necessário uma motivação para a viagem, e essa se dá sob diversos ângulos e direcionamentos, são tantos que não existe um número fixo, e que a cada momento pode-se haver modificação na motivação que se leva as pessoas a viajarem. Os tipos de turismos correspondem e dependem das diversidades motivacionais, a exemplo do turismo de aventura, de descanso, esportivo, religioso, gastronômico, o científico, o cultural e artístico, o ecológico, o rural; entre outros, conforme Dias e Aguiar (2002).

São vários os motivos que leva alguém a realizar uma viagem, mas para que esse contingente de turistas possa chegar e usufruir dos espaços e lugares é imprescindível organizá-los e estruturá-los. Para tanto, é necessário empenho, dedicação política, educação, parcerias e, acima de tudo, planejamento e criação de políticas públicas. As atividades turísticas são, hoje, consideradas uma das mais importantes atividades econômicas dentro dessa globalização e da reestruturação produtiva do mercado de trabalho.

Dessa maneira, não podemos ficar de fora, apenas como expectadores e vendo as atividades turísticas desenvolverem-se a revelia e apropriando-se dos espaços e territórios geográficos. Essas atividades crescem na cidade do Natal na últimas décadas e, nessa realidade, alguns territórios destacam-se, a exemplo do território de Ponta Negra, onde o crescimento dá-se de forma significativa. Logo, as políticas públicas devem acontecer para que o crescimento se efetue de forma sustentável embasado por um excelente planejamento, bons programas e importantes projetos sociais.

Falar de políticas públicas para determinados setores é discutir a real situação em que se encontram a população e a sociedade e, muitas vezes, não damos a importância necessária, afinal de contas, trata-se de questões envolvendo o ser humano e isso subentende-se em complexidades. Cabe, portanto, ao setor público ou privado e, até mesmo, aos dois em parcerias, buscar tentar cumprir o seu papel enquanto representantes máximos das classes sociais e, para isso, é preciso ouvir, dialogar, analisar, e questionar com as classes sociais dentro de uma visão ampla e não fragmentada do conhecimento, o qual leva-se aos determinados encaminhamentos de forma integrada na execução das tarefas e das políticas públicas sociais.

Para formular-se políticas públicas cabe ao Estado, enquanto representante máximo da população, articular às medidas necessárias para administrar os conflitos sociais. As sociedades modernas caracterizam-se pelas diferenças sociais daí a necessidade das práticas exercidas, baseadas e fundamentadas pelas políticas públicas; essas, muitas vezes, como resultados de lutas das classes sociais inseridas no sistema político e econômico. Política pública nada mais é, do que ações refletidas num conjunto de valores, cujas características centrais “é o fato de que as decisões e ações são revestidas da autoridade soberana do poder público” conforme Rua (1997 apud FURTADO, 2005, p. 66).

Se essas políticas públicas dependem também de ações políticas regulamentadas pelo Estado, através de outras práticas políticas; logo, seriam as respostas mais imediatas às reivindicações dos mais diferentes grupos sociais e seus representantes conforme Fotografias 15 e 16 que mostra um movimento social no território da praia de Ponta Negra. Têm-se, cada vez mais, questionado as políticas públicas com relação a sua aplicabilidade e execução; afinal, uma vez, sendo essas planejadas devem ser desenvolvidas de forma conjunta com outras

políticas e não de forma isolada; pois, em sua grande maioria, uma política pública direcionada para um determinado setor para ser executada depende, consideravelmente, de outro setor que também está ligado a políticas.



Foto: Gilberto/Dez./2006.

Fotografia 15 – Movimento social em Ponta Negra



Foto: Gilberto/Dez./2006.

Fotografia 16 – Na luta por um espaço melhor

As Fotografias 15 e 16 revelando um movimento popular em combate ao crescimento urbano desordenado.

Porém, tentar caminhar de forma isolada, as políticas públicas têm-se mostrado, muitas vezes, ineficiências conforme Evans (1993) apud Furtado (2005, p.67) quando diz que “a nova imagem do Estado como problema surgiu, em parte, devido seu fracasso em realizar tarefas”. A ação do Governo reflete a capacidade que esse aparelho representante do Estado possui na implementação das várias políticas e na capacidade de gerenciamento que considere pontos de vista sociais e econômicos, buscando direcionar tais políticas para as áreas que se apresentam mais problemáticas.

Nesse sentido, o desenvolvimento de atividades dentro do setor informal, bem como do setor turístico exige uma planificação administrativa por parte do poder público. Nos anos de 1960 e 1970, os poderes públicos no Brasil dispunham de mecanismos importantes para construção e reconstrução do espaço urbano, através da política habitacional e de provisão, de infra-estrutura e equipamentos coletivos. Logo, o desenvolvimento e as reestruturações urbanas dependiam, antes de tudo,

de financiamentos público o que nem sempre era possível. O final dos anos de 1970 e o começo dos anos de 1980 foram marcados pela priorização da gestão urbana. Os planos de Governo subsequentes estabeleceram novos rumos da política urbana regional, privilegiando, dessa maneira, políticas setoriais urbanas, pensando em outros setores a exemplo do setor turístico.

Entretanto, somente no final dos anos de 1970 é que a região Nordeste começa a afirmar-se como região turística, isto em razão do insucesso das ações de governo que tinham por objetivo a industrialização do Nordeste. Mas, somente na década de 1990, o turismo alcançou relevância no contexto das políticas públicas setoriais, não obstante que tenha sido criado um aparato institucional voltado para a gestão dessa atividade em todo o território brasileiro desde a década de 1960. Contudo, a partir de 1990, a valorização do fenômeno turístico no Brasil resulta da conjugação de diversos fatores.

Nesse cenário, o turismo na região Nordeste inaugura uma fase importante o que pode ser conferido através das duas vertentes de políticas regionais de turismo: a política de megaprojetos turísticos, iniciada nos anos de 1970 e o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), iniciado nos anos de 1990. Cabe aqui dizer que nenhuma outra região do país empreendeu ao longo da história das políticas públicas de turismo ações tão favoráveis ao desenvolvimento da atividade, como ocorreu no Nordeste brasileiro.

A história das políticas de turismo instituídas no Brasil pressupõe considerar um turismo de massa, para o qual é requerida uma infra-estrutura básica e um suporte baseado em planejamentos urbanos. No entanto, há de se reconhecer que, mesmo precária, essa infra-estrutura turística e urbana está, no caso brasileiro, espacialmente concentrado na faixa litorânea. Uma das explicações para esse quadro implica a forma como vem se dando à intervenção Estatal sobre a produção do espaço urbano brasileiro nas últimas décadas.

No caso de Natal, percebe-se que as transformações causadas pelas atividades turísticas marcaram profundamente a estrutura da cidade. Suas vias de acesso e circulação são redesenhadas entre as relações de interesses públicos e privados que, nem sempre atentam para as reais necessidades da população residente. O planejamento urbano, submetido ao interesse econômico, tem historicamente privilegiado setores tradicionalmente hegemônicos detentores do poder, em consonância com o modelo econômico vigente.

Nos territórios de praias tem-se ofertas turísticas que representam tudo àquilo que é oferecido e vendido a esses atores sociais; ofertas essas, que podem ser classificadas em caráter natural, artificial e humano, este último caráter referindo-se à hospitalidade e aos serviços. Nesse contexto, tornam-se amplos os diversos territórios naturais e artificiais servindo de cenário, onde o intercâmbio econômico acontece em função, dentre outros fatores, da dinamicidade espacial com a participação e representação social.

Nesse sentido, os representantes sociais podem ser definidos como sendo um instrumento fundamental no sentido de promover a participação entre os atores sociais e fortalecendo, sobremaneira, a coesão da comunidade, melhorando e articulando as decisões e, conseqüentemente, tornando-se, mais fácil atingir os objetivos coletivos (SANTOS; ARAÚJO, 2007). Sendo, os espaços de praias territórios naturalmente cobiçados por turista, trabalhadores informais, empresários, etc. são, contudo, territórios extremamente dialéticos promotores de incomensuráveis conflitos econômico-sociais. Esses movimentos populares expressam a necessidade da comunidade para a criação de políticas públicas com direcionamento para os mais diversos segmentos, tais como: mercado de trabalho; meio ambiente; saúde; segurança; lazer; educação, entre outros.

Entretanto, para que as políticas possam ser postas em prática, faz-se necessário a mobilização de variados segmentos sociais levando suas propostas para melhorar os espaços e a vida em comunidade; mas, para isso, deve-se buscar Integração harmônica em torno dessas propostas e com participação ativa e estratégica de cada um dos segmentos das classes sociais; também deve-se recorrer a planejamentos e ações integradas, bem como às avaliações das etapas executadas. Dessa forma é que o Estado tem um papel fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento, que segundo os autores,

“[...] o Estado atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. [...] No entanto, é através da implantação de serviços públicos, como o sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz mais corrente e esperado” (CORRÉA, 1996 apud MEDEIROS et al., 2007, p. 33).

Ao Estado, cabe também, a responsabilidade na elaboração e aprovação das leis e normas vinculadas ao uso do solo, assim como as normas que cuidam do zoneamento e código das obras. As cidades expandem-se modificam-se graças ao processo dinâmico-social e espacial continuados; umas crescem em direção as periferias ou construindo tais periferias; outras direcionam seu crescimento para áreas que, aparentemente, oferecem mais oportunidades de trabalho e renda, a exemplo dos que procuram os territórios de parais; outros ainda, buscam outras regiões centrais ou pólos comerciais e econômicos.

Com o crescimento das cidades surgem, naturalmente, problemas diversificados a exemplo do trânsito caótico; poluição ambiental; desempregos; prostituição; violência; apropriação irregular de espaços públicos; poluição ambiental, etc., essas são realidades com as quais convive-se diariamente. Contudo, o crescimento das cidades acontece, na maioria das vezes, de forma desorganizada, sem planejamento e ausente de qualquer política pública.

Dentre os principais acontecimentos econômicos e sociais frente à realidade em que se encontram as cidades brasileiras é, sem dúvida alguma, o crescimento do setor informal da economia nessas cidades, o que se faz de forma desorganizada; setor esse que absorve um contingente considerável de pessoas que tentam superar o desemprego, particularmente, nas grandes cidades. O resultado é, sem dúvida, cenário onde pessoas ocupam ou se apropriam de calçadas; dormem sob as marquises; mendigam; oferecem sua força de trabalho por qualquer preço; prostituem-se etc., expressando assim, uma realidade decadente.

É muito comum, verem-se trabalhadores do setor informal da economia utilizando-se de espaços públicos, na sua maioria, por iniciativa própria e de várias maneiras. Essa realidade leva a concordar com Singer e Souza (2000), quando diz que parte dos trabalhadores vivem alternativamente e sob os ditames do capitalismo; por isso, criam e recriam, periodicamente, novas formas territoriais econômicas temendo ficar de fora do mercado de trabalho ou que dele já estejam à margem.

Os espaços públicos, a exemplo dos de praias, a princípio, deveriam ser de livre acesso a todas as pessoas, possibilitando-as o direito de ir e vir enquanto cidadãos; agora, ao que parece, esses espaços foram sendo apropriados por trabalhadores ou pessoas que, para fugirem do desemprego, utilizam-nos mesmo de

forma inadequada e sem observar a legislação pertinente, restringindo os espaços públicos como se fossem seus próprios territórios. O livre acesso a esses espaços, pressupõe não-exclusividade, porque não são propriedade privada e nelas não se prevê nenhum uso diferente daquele que não seja o de interesse comum ou coletivo, bem diferente do que se observa e vivencia-se no dia-a-dia; quando espaços públicos sofrem cada vez mais restrições cedendo sua área ao mercado informal.

Espaços que se tornam, continuamente, uma espécie de passarela ou cenários para espetáculos da pobreza; mendicância; prostituição; comércios ambulantes de mercadoria baratas ou contrabandeadas; pirataria; etc.; tudo isso, espalhados pelos mais variados territórios geográficos de forma ostensiva, mesmo contrariando leis.

Por assim fazer-se, essa realidade passa uma imagem negativa, algo que parece desafiar, até mesmo, os poderes públicos responsáveis pelos espaços da cidade, deixando a entender que esses espaços e territórios convertem-se em terra de ninguém; sem regras de uso, dessa maneira, vão perdendo suas características fundamentais e essenciais que são as de um espaço de convivência, do lazer, das associações públicas, do encontro entre amigos; enfim, deixa de ser espaço democrático, privatizando-se indevidamente.

Nesse contexto, esses espaços territoriais refletem problemas, adquirem formas diversas e ganham novas dimensões envolvendo, direta ou indiretamente, toda sociedade que sente seus direitos violados enquanto cidadãos, mas que, ao mesmo tempo, parece estar adormecida ou de mãos atadas diante dessa realidade.

Os espaços de praias na realidade de Natal, hoje são assim: grandes cenários com repetições de cenas inusitadas, onde, é comum, verem-se expressos a arte de viver e do sobreviver, exemplo flagrante dos trabalhadores do setor informal que deixam o grande público como meros espectadores. Os espaços territoriais enquanto lugares físicos e coletivos orientam as práticas e guiam comportamentos e, estes, por sua vez, reafirmam a dinâmica das formas-conteúdos, daí serem espaços de conflitos e problemas diários vividos e compartilhados (GOMES, 2006).

Se por um lado o espaço público é uma arena entre debates e diálogos; por outro lado, é um lugar das inscrições e do reconhecimento de interesses públicos sobre determinadas práticas e transformações da vida social; sendo, de fato, um espaço territorial sujeito a constantes e inevitáveis mudanças. Todas as cidades ou

lugares dispõem de espaços públicos excepcionais ou eles mesmos já o são e, é neles, que se desenrolam cenas compostas de multiplicidades e, manifestações diversas que variam de acordo com a localização espacial e o período de tempo, no qual a história se constrói (GOMES, 2006).

Na tentativa de melhor apresentação desses espaços-territoriais, debruçar-se-á sobre o objeto de pesquisa, e entendendo-o mesmo que de forma fragmentada, espera-se conduzir ao leitor melhor compreensão da realidade que ora analisa-se: a reprodução do setor informal nos espaços de praias do litoral de Natal/RN.

3.2. Fragmentos da pesquisa nos levando a compreender os territórios do setor informal da economia nas praias de Natal/RN

A dinâmica dos territórios geográficos e o processo de reestruturação produtiva nos espaços de praias foram considerados, estudados e analisados conforme a realidade em que se encontram; estejam esses territórios estabelecidos de maneira fixa ou móvel, abstrato ou concreto. No entanto, os espaços geográficos, a cada periodização, caracterizam-se pelas formas e usos dos territórios diversos e diferentemente, marcados por manifestações particulares e interligados (SANTOS, 1996) e, segundo esta compreensão é que destaca-se o setor informal e seus atores sociais, os quais têm uma relação muito estreita ou de dependência com o espaço geográfico, sua infra-estrutura e seu mobiliário urbano ou elementos urbanos com suas formas de engenharia ali existentes.

A infra-estrutura espacial contribui de certa forma, com o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Ou seja, as transformações dos espaços urbanos em produtos de consumo, inevitavelmente, provocam mudanças sociais e econômicas, não somente no que se refere às grandes estruturas, mas de maneira particular, às do setor informal; significando que os freqüentadores e consumidores desses espaços passam a aproveitar melhor os novos cenários em substituição àqueles existentes e conforme suas necessidades, muito embora submetidos, mesmo inconscientemente, aos ditames do capitalismo.

Portanto, analisar e compreender o setor informal envolve amplo quadro de referências com todas as suas complexidades. Vários são os aspectos que devem

ser considerados. Para fins deste trabalho, elencam-se algumas questões a serem analisadas por entender-se, serem as mesmas, referências fundamentais na busca dessa compreensão. Dessa forma, destaca-se algumas das principais dificuldades encontradas pelos trabalhadores devido à ausência de políticas públicas, tais como: Fiscalização da SENSUR; forte concorrência; falta de capital de giro; falta de segurança pública; problemas relacionados aos transportes coletivos; falta de banheiros públicos; falta da clientela no período de baixa estação; grande quantidade de cadeiras e sombreiros espalhados na areia das praias; cansado físico dos trabalhadores devido as longas jornadas de trabalhos; altos preços dos fornecedores; muita desunião entre os ambulantes e trabalhadores em pontos fixos; falta de apoio dos governantes; pagamentos de aluguéis; prostituição; drogas; falta de conhecimento de outros idiomas e despreparo profissional (SEBRAE/RN, 2007).

No entanto, baseado nas dificuldades apresentadas pelos trabalhadores, ficam evidenciados também os apoios que os mesmos necessitam para desenvolverem suas atividades nesse setor da economia, vejam-se alguns desses apoios que formam apontados pelos próprios trabalhadores: mais créditos bancários; tirar a fiscalização da prefeitura; mais policiamento; apoio por parte da prefeitura; banheiros e chuveiros públicos; criação de fábricas de picolés e sorvetes para preencher o tempo no período de chuvas; depósitos de lixo; cursos profissionalizantes; melhoraria na infra-estrutura; legalização dos ambulantes nas praias; criação das associações dos barraqueiros e quiosqueiros; mais transportes públicos e cursos para manipulação de alimentos (SEBRAE/RN, 2007).

Nesse contexto, ficam explicitas as principais dificuldades enfrentadas no setor informal e os apoios necessários para melhoria no desenvolvimento das atividades ocupacionais no setor informal da economia. Os resultados mostram que as dificuldades e os apoios são quase que semelhante em todos os territórios de praias. Na praia de Ponta Negra é que se observou uma pequena diferença com relação à violência e prostituição envolvendo principalmente os turistas, segundo os trabalhadores questionados. Conforme presenciou-se no campo de pesquisa, aqueles que vivem do setor informal da economia; em dias chuvosos, conforme Fotos 19 e 20, enfrentam grandes dificuldades e são forçados a desenvolver algumas atividades paralelas para complementar o orçamento da família.



Foto:Gilberto/Jul./2008

Fotografia 17 – Ponta Negra em dia de chuva

Foto:Gilberto/Jul./2008

Fotografia 18 – Praia dos Artistas em dia de chuva

Fotos 17 e 18 mostrando a realidade dos territórios de praias em dias de chuva

No campo de estudo, foram entrevistadas três senhoras proprietárias de quiosques na praia de Ponta Negra; as mesmas estavam reunidas na associação das mulheres Rendeiras da Vila, conforme Fotos 19 e 20, em pleno dia de muita chuva. Estavam elas a desenvolver trabalhos artesanais com renda para ajudar nas despesas financeiras da família.



Foto:Gilberto/Jul./2008.

Fotografia 19 – Associação de Rendeiras

Foto:Gilberto/Jul./2008.

Fotografia 20 – Confeções de Renda

Fotos 19 e 20 mostrando a associação das “Rendeiras da Vila” de Ponta Negra

De acordo com essa realidade é que muitos trabalhadores do setor informal nos territórios de praias vão sobrevivendo e buscando driblar as crises financeiras e as dificuldades do dia-a-dia em seus territórios de trabalho através de sua capacidade e do potencial criativo. Essa é uma situação real, dentre outras, que foram acompanhadas de perto; tais como a situação daqueles que têm um ponto no setor informal e que abre as portas apenas nos períodos de alta estação; trabalhadores esses, que têm um vínculo empregatício no setor formal da economia.

Entretanto, o setor informal necessita de políticas públicas, mas, para que as mesmas sejam estabelecidas, deve-se: integrar ações às políticas de intermediação de mão-de-obra; criar programas de geração de trabalho e renda; encaminhar seguro-desemprego e orientação profissional na perspectiva de construção do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda; ter gestores e executores que mobilizem meios, instrumentos e subsídios suficientes para dar suporte a uma ampla participação e controle social; para formular diagnósticos adequados e bem fundamentados, levando em conta as características e as potencialidades de desenvolvimento local e regional; tentar procedimentos de mobilização e participação nas escolhas de entidades, administradores e representantes escolhidos com transparências (MEDEIROS et al., 2007).

As políticas públicas devem mediar o constante fazer histórico da ordem social, onde os atores políticos disputam entre si a hegemonia da sociedade, cada um, com sua utopia num processo intrinsecamente conflituoso. Contudo, a natureza da política pública é desfeita uma vez que, ao invés de mediar os interesses sociais, elas passam a realimentar o personalismo, as relações de clientelismos e, principalmente quando deslocam os direitos e interesses dos cidadãos. Para que uma política seja considerada, de fato, pública deve, em algum grau, ter sido gerada ou pelo menos processada dentro de uma estrutura governamental com seus procedimentos, influências e organizações (MEDEIROS et al., 2007).

Cabe, portanto, ao setor público fazer parcerias com outros setores para tentar cumprir o seu papel enquanto representantes máximos das classes sociais e; para tanto, é preciso ouvir, dialogar, analisar, e questionar com essas classes dentro de uma visão ampla e não fragmentada do conhecimento. A concepção de qualificação do trabalhador como política ativa de emprego, adotada entre 1996 e 2002, parte do pressuposto de que é necessário promover qualificação de parte da População Economicamente Ativa (PEA) por ano, para fazer frente a uma demanda,

cada vez maior, de mão-de-obra qualificada requerida pelo mercado de trabalho. Essa ação massiva garantiria as condições necessárias, mesmo que mínimas, à empregabilidade; ou seja, aos trabalhadores, que ao adquirirem determinadas qualificações, tornar-se-iam desejados pelo mercado de trabalho, o qual, nos dias de hoje, busca selecionar os melhores trabalhadores com relação à qualificação profissional (MEDEIROS et al., 2007).

De acordo com um caso de estudo, foi entrevistado um trabalhador locatário de barraca na areia da praia do Forte. Quando perguntou-se ao mesmo pelo representante dos barraqueiros daquela praia, ele respondeu que a classe não é organizada e que por isso não existem quaisquer porta-vozes! Quando se tem necessidade de realizar qualquer reunião, recorre-se ao pátio da igreja de Santos Reis, bairro próximo da praia. Ao perguntar-se por quanto tempo ficava trabalhando naquele local, ele disse que quando essa área pertencia aos militares, só podiam lá permanecer até as 17h00min. Hoje, como a área pertence à administração da Prefeitura Municipal de Natal, depois da construção da Ponte Nilton Navarro, pode-se ficar ali trabalhar por todo o tempo enquanto houver clientes.

Ao questionar ainda a respeito dos sombreiros espalhados pela areia da praia, o vendedor relatou que a distância entre uma barraca com seus sombreiros e outra deve ser de 3m. Porém, na prática, isso não funciona; pois, quando se aproximam os feriados e finais de semana, espalham-se sombreiros por toda extensão da areia da praia e todos bem próximos uns dos outros, causando problemas para os trabalhadores, freqüentadores e consumidores. Esses trabalhadores de finais de semana vêm de vários lugares do Estado, vão aparecendo e fixando-se, muitos deles são da praia da Redinha e de outras praias do litoral. Nesse contexto, o vendedor disse que acha os territórios de praias um espaço para o qual não há desorganização e que, não havendo regras, acontecem muitas injustiças.

Procurou-se conversar também com os representantes dos barraqueiros e quiosqueiros dos demais territórios de praias. Questionou-se junto aos mesmos a respeito de políticas públicas e, todos eles declararam não existir qualquer tipo de política voltada para aquele setor de trabalho; "ora! Nem reuniões podemos realizar com mais freqüência; pois, nem uma sede própria nós temos". Afirmou um trabalhador, continuando: – "por aqui não existe nenhum tipo de política pública para nos beneficiar, nosso setor de trabalho é totalmente esquecido!" E foi confirmado

seu dito pelos demais.

Portanto, após realização do trabalho empírico, com essa carência de políticas públicas, revelado pelos relatos dos trabalhadores e conforme aquilo que se verificou *in loco*, percebeu-se a realidade prática do avanço do trabalho informal. Nessa visão e através das informações, fez-se recurso às instituições que estão ligadas diretamente ao esse setor da economia e que, aparentemente, desenvolvem algum trabalho junto aos trabalhadores. Primeiramente visitou-se a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR). Ao conversar-se com os funcionários Francisco Umberlino de M. Filho e Maria Auxiliadora Dantas, os quais prestam serviços no Departamento de Fiscalização e Operações (DFO); os mesmos passaram importantes informações a respeito dos registros de quiosques, pontos ou locatários existentes em cada território de praia da cidade do Natal.

Em visita à Coordenação de Vigilância Sanitária (COVISA), a Nutricionista Sônia apresentou relatório existente no setor da vigilância sanitária desde o ano de 2005; no documento, constam algumas medidas tomadas pelo órgão para organizar melhor os quiosqueiros e barraqueiros da praia de Ponta Negra – “Relatório Histórico das Intervenções nos Quiosques da Orla de Ponta Negra desde o ano de 2005”. Rege o documento que: é missão da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), garantir dentro da perspectiva da promoção à saúde, uma atenção integral a saúde da população em geral baseado nos princípios da acessibilidade, resolutividade, humanização e cidadania.

O relatório declara as atribuições que cada proprietário de quiosque e de barracas ou pontos, da orla de Ponta Negra devem seguir para poderem continuar em pleno funcionamento. Para isso, foram dadas instruções a todos os proprietários dos referidos estabelecimento; foram oferecidos cursos de congelamento de alimentos a todos os proprietários com o fim de fazê-los saber como se deve manusear e conservar os crustáceos; eles foram orientados a respeito da higiene e limpeza dos alimentos; todo e qualquer alimento deve ser cozidos fora dos quiosques, pois o espaço não é adequado para procedimento culinário; determinados alimento também não podem ser comercializados no estabelecimento devido às más condições de conservação e higiene; entre outras orientações dadas pela COVISA e que estão diretamente ligadas aos trabalhadores e consumidores em prol da saúde de todos.

Na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS),

procurou-se por alguma política pública direcionada para trabalhadores do setor informal da economia, especialmente, voltadas para os que desenvolvem trabalhos nos territórios de praias e segundo, Eliane Galvão, a Secretária do Departamento de Ações para Trabalho (DAT) representando a pessoa de Rooseneide de Carvalho Teixeira (Secretária Geral), não existe nenhuma política pública específica para os trabalhadores desses territórios de praias.

Toda e qualquer política pública é direcionada ao público de maneira geral não é específica; seja política de capacitação e qualificação do trabalhador; de infância e juventude, etc. "Todas essas pessoas ao chegar por aqui, procuramos logo informá-los e enviar também as informações para todos os bairros, na pessoa do representante ou através de outros meios, para que as inscrições cheguem a todos os interessados", afirmou aquela autoridade responsável do setor na prefeitura.

Logo, vivenciou-se a realidade a qual deu-se à análise através dos casos de estudados nos territórios do setor informal, nos espaços de praias. Estudar espaços territoriais públicos é algo de incomensurável complexidade, pois, envolve direta ou indiretamente, toda a população e as mais diferentes classes sociais, requerendo urgentemente criação de políticas públicas comprometidas com questões sociais. Entretanto, ao buscar, na prática, da aplicabilidade de determinadas políticas voltadas para o setor informal da economia, asseguradas e documentadas por alguma instituição pública, ficou perceptível que, efetivamente elas não existe.

O que, verdadeiramente, há são políticas direcionadas a outros setores e que, em sua essência, desenvolvem-se com outros fins; a exemplo das políticas para o turismo, mas que, de uma forma ou de outra, terminam por beneficiar o setor informal da economia nesses territórios. Contudo, considerando a complexidade vivenciada durante toda a pesquisa, opta-se por assumir certo nível de preocupação com esse fator sócio-econômico, reconhecendo o grau de complexidade que detém.

Agora, neste momento final do trabalho, propõe-se resgatar alguns relatos de trabalhadores informais por meio de que se torna mais fácil compreender de maneira mais abrangente a realidade do objeto pesquisado.

Portanto as falas que aqui se reproduzirão, mostram uma realidade que possibilita compreender a verdadeira situação do mercado de trabalho, de modo particular, a saber: o do setor informal da economia nos espaços-territoriais de praias analisados em suas diferentes concepções e ideais em variadas

fragmentações do espaço; onde, todos os trabalhadores têm o mesmo objetivo: o da sobrevivência.

Acredita-se que através das falas dos trabalhadores do setor informal da economia nesses territórios de praias que aqui serão expostos, bem como na fala de outros atores sociais que participam do processo produtivo do setor, além de prestarem contribuição relevante ao trabalho dissertativo, possibilitam um olhar para além das questões aqui tratadas.

No decorrer da pesquisa, sentiu-se necessidade de compreender como os trabalhadores do setor informal vivem nesse e desse setor da economia; tornou-se necessário conhecer qual a relação desses trabalhadores com os demais do mesmo setor, bem como com os consumidores e freqüentadores desses territórios de praias, entre eles, os turistas; foi preciso ter noção de como as instituições públicas se relacionam com esse setor de trabalho e quais as políticas públicas que existem e que são direcionadas a ele dentre ainda, outras indagações, que foram fluindo no decorrer da pesquisa e que busca-se satisfazer através dos questionários, (APÊNDICE A e B) e entrevista (APÊNDICE C).

Para tanto, selecionou-se algumas das falas, mediante a quantidade de questionários e entrevista que se realizou. Não serão divulgados nomes completos de nenhum dos entrevistados, preservando a identificação pessoal de cada um deles e respeitando, dessa forma, pedidos condicionados a concessão das respostas. Em entrevista a uma trabalhadora, perguntou-se: **O que a Sra. Acha do setor informal?** Ela, porém, respondeu:

“O setor informal é muito bom; pois, sempre tem um lugar pra todos os que se encontram desempregados assim como eu quando estava. A vida ta muito difícil! Já lutei muito por um emprego com carteira assinada; mas como não tenho quase nada de estudo fica muito difícil pra mim conseguir. E, de empregada doméstica ou babá eu não quero mais nunca, já tentei, não deu certo... como vendo moda praia (camisetas, biquínis, cangas) e são produtos que dão mais lucros e também se trabalha bem menos, os outros vendedores brigam demais comigo. Esse local aqui, é ótimo porque os turistas me compram muito e me dão bem mais lucro... Não quero deixar meu ramo de trabalho nunca mais”
(Vendedora de Moda-praia - Ponta Negra/jan.2007).

Esse relato foi concedido por uma ambulante nos territórios da praia de Ponta Negra, em pleno período considerado de alta estação, onde os espaços do calçadão da praia são muito concorridos por esses trabalhadores, daí devém as perceptíveis discórdias que há entre eles, conforme o relato da vendedora que, naquele momento havia discutido com outro vendedor, e, portanto, daí o motivo do desabafo.

À medida que o horário foi avançando e o sol esquentando, parece que os vendedores ambulantes do setor informal foram se multiplicando e achegando-se cada vez mais e, dessa maneira, tornou-se muito difícil selecionar algum vendedor para solicitar-lhe entrevista, esse fator levou a escolhas aleatórias, pois pareceu faltar controle da situação mediante tantos vendedores e em espaço tão dinâmico.

Em meio a tantos vendedores, é que muitos territórios momentâneos vão se formando, ou seja, a exemplo dos que vendem CDs piratas, que vão encontrando-se e juntando-se em um só lugar e ali vai formando-se um território temporário dos CDs; da mesma forma dos que vendem salgadinhos, bebidas, churrasquinhos, água de côco, etc. Abordou-se, contudo, um vendedor de cerveja que pareceu receptivo a quem indagou-se: ***Antes de ser vendedor ambulante o Sr. exercia outra atividade?***

“Nunca tinha trabalhado como ambulante, mas me vi desempregado e resolvi vim tentar vender essa cervejinha aqui nessa caixinha de isopor, mas até agora não vendi nenhuma! E também tô meio acanhado, sem jeito, pois eu nunca tinha vendido nada na rua, mas a necessidade me obrigou... vim por incentivo de alguns amigos que me disseram que aqui se vendia bem, pois, tinha muitos turistas e era mais fácil de se vender. Se eu pudesse ia embora agora! É muita gente vendendo aí fica muito difícil” (Vendedor de cerveja – Ponta Negra/ jan.2007)

Esse vendedor que respondeu a indagação, disse ter ido a Ponta Negra vender porque acreditava que, sendo essa praia um território turístico, seria mais fácil realizar as vendas, no entanto, havia se enganado, pois apesar de ter muitos turistas na praia e consumidores também de Natal, o número de vendedores era demais, impossibilitando determinadas vendas e, quem realmente vendia mais eram os quem já estavam acostumados e quem usavam de criatividade ele, porém, era a primeira vez que vendia qualquer produto; logo, estava todo por fora daquela realidade de ambulante, salientando assim a dificuldade do iniciante que se vê constrangido a participar do mercado informal por ter perdido seu antigo emprego e

precisar garantir sua sobrevivência e inserção social.

Um proprietário e mantenedor de Quiosque, que concedeu entrevista, ao lhes perguntar: **O que o Sr. acha da estrutura desse estabelecimento? Fez a seguinte declaração:**

“É horrível a estrutura desse Quiosque, a gente não pode nem se movimentar direito, é tudo muito apertado, não tem um banheiro nem um chuveiro, quando precisamos de realizar nossas necessidades temos que pedir aos donos de restaurantes. Aqui muito mal tem uma pia para lavar a louça. É péssimo esse espaço, já não agüento mais! Só estou por aqui porque não tenho para onde ir, nem arranjar outro emprego devido a minha idade e falta de estudos” (Proprietário de Quiosque – Ponta Negra/ fev.2007).

Com o passar dos anos e com a urbanização de algum dos territórios de praias desta pesquisa, as barracas de madeira e lona que até então existiam, foram sendo substituídas por quiosques padronizados ao longo dos calçadões de algumas das praias em estudo. No entanto, a maioria dos proprietários desses quiosques, no decorrer do presente estudo, mostrou-se totalmente insatisfeito com relação ao espaço-territorial onde trabalham.

As queixas foram inúmeras, em todos os territórios onde havia quiosques, a começar pelo tamanho do local; a falta de uma infra-estrutura básica, desde o banheiro ao chuveiro; da falta de segurança, pois à noite não dava para trabalhar nos locais devido à falta de policiamento o que gera risco de assalto, entre outros fatores negativos que os proprietários de quiosques apontaram.

O próximo relato nos mostra a insatisfação pela troca das antigas barracas pela estrutura estilizada da urbanização. Uma proprietária de barraca na areia da praia, quando indagada: **O que a Sra. acha da atual e da antiga situação do seu comércio?**

“Minha vida de barraqueira, na antiga barraca, daqui da areia da praia era muito melhor, nem se compara! Nas barracas antigas a gente tinha um espaço bom para trabalhar, cozinhava, vendia mil e um tipos de tira-gosto e bebidas, improvisava pia e até um banheirinho pra gente usar, tudo a gente fazia para se acomodar melhor... Era ótimo! Hoje, depois de ganhar esse quiosque, entreguei o meu ao meu filho, pois, não tenho condições de trabalho, se me meter ali dentro até adoço... é triste!” (Antiga barraqueira, hoje, dona de quiosque – Ponta Negra/ jun./2008).

Os proprietários de quiosques, quando se referem às antigas barracas de praias, deixam muito claro sua insatisfação. Das antigas barracas eles se referem com saudades comparando aquelas com as de hoje (quiosques). O fator mais citado entre os proprietários é com relação ao tamanho da barraca; nas antigas, eles podiam, preparar, cozinhar e servir almoços e vários tipos de comidas e bebidas, tudo preparado ali mesmo. Nos pontos atuais, todos eles devem seguir regras estipuladas por contratos firmados com a prefeitura. Isso revela o quanto os trabalhadores do setor informal da economia gostam de viver sem regras e na base do improvisado, foi o que evidenciou certo vendedor de bonés, quando se lhe perguntou: ***há quanto tempo o Sr. vende esse tipo de produto na praia?*** Ao que ele respondeu nos seguintes termos:

“Já vendo bonés, chapéus e viseiras há muitos anos aqui na praia de Ponta Negra, mas se tivesse outro emprego largava tudo isso. Aqui eu vejo muita prostituição, falta segurança, tem muita injustiça, fiscais perturbando e humilhando os trabalhadores... Sou doído pra sair daqui, mas não tenho estudo e com meus 57 anos já fica mais difícil. Hoje vendo isso aqui, pelas minhas condições de saúde, mas já vendi de tudo que você imaginar... Hoje, sou uma pessoa doente, aposentada e não posso fazer muito esforço devido meu problema de saúde” (Vendedor ambulante – Ponta Negra/ jan./2008).

No setor informal, além de serem encontrados muitos trabalhadores sem estudo, há também pessoas impossibilitadas de trabalhar devido às más condições de saúde, logo recorreram ao setor informal para negociar com mercadorias que exigissem menos esforço a exemplo de amendoim, castanhas de caju, bonés, viseiras, chapéus, pipocas, cafezinho, óleo bronzeador, etc.

Encontram-se também pessoas com idade bastante avançada tentando a vida no setor informal da economia, significando que essas pessoas estão nesse setor com a finalidade de complementar o salário recebido pela aposentadoria, segundo alguns trabalhadores, o salário que recebe é muito baixo e não dá para viver.

Esse setor da economia é caracteristicamente heterogêneo, onde se encontram todo tipo e perfil de trabalhadores, indo desde a criança, adolescente, até o mais idoso, quando deveriam estar, respectivamente, em salas de aula e em casa repousando, buscando preservar à saúde e o bem estar. Quando se perguntou a um

quiosqueiro: **Qual seu nível de satisfação nessa atividade?** Ele indicou o que se registra logo abaixo:

“O pior de tudo é que a gente aqui paga, por esses quiosques uma licença a Prefeitura, para trabalhar; se paga taxa de água e de energia e vivemos nesse sofrimento, enquanto que os donos de locatários não pagam nada; tem um espaço muito maior que o nosso; espalham cadeiras e mesas pela areia da praia e, com certeza, lucram mais que a gente... Isso é uma injustiça! Olha só! Meu quiosque já foi arrombado mais de uma vez, nem segurança para trabalhar a gente tem” (Trabalhador dono de Quiosque – Ponta Negra/ jun./2008).

Os proprietários de quiosques da praia de ponta Negra queixam-se bastante da falta de segurança no local, disseram que, às vezes, pensam em abrir os quiosques à noite para tentar lucrar mais, entretanto não têm coragem, pois a violência no local está cada vez maior. O quiosque do entrevistado já foi arrombado por duas vezes, segundo ele.

Poucos são os quiosques que estão em pleno funcionamento no período noturno; os que abrem ao público são os que ficam bem próximos aos restaurantes mais movimentados da praia, porque dessa maneira os proprietários dos quiosques se sentem mais protegidos e seguros. Percebeu-se, portanto, que os territórios de quiosques também efetivam-se conforme o momento ou período do dia. Os proprietários desses estabelecimentos espalham, no período da noite, mesas e cadeiras pelo calçadão da praia, ampliando dessa maneira seu território e alimentando a dinâmica territorial, mesmo de modo irregular.

Um vendedor ambulante, quando indagado: **Antes de ser vendedor na praia, o Sr. teve outro emprego?** Ele respondeu com as seguintes palavras:

“Eu sempre trabalhei como ambulante e não pretendo mudar, ganho em média de dois salários por mês. O que eu acho é que deveria ter mais regras para se trabalhar nesses espaços; os fiscais só servem para nos punir, mas tudo funciona errado por aqui! Tem muita sujeira na praia, não tem banheiros, falta segurança... E uma administração que se interessasse mais por nós, aqui nós somos esquecido. Diante de tudo isso, mesmo assim, gosto muito do meu trabalho” (Vendedor ambulante – Praia dos Artistas/ fev./2007).

Há trabalhadores que desde criança começaram a exercer alguma atividade dentro do setor informal da economia; passaram-se os anos e nele permaneceram, enfrentando as dificuldades com que o setor apresenta-se. Esses trabalhadores, em sua maioria, apontam determinadas alternativas que resolveriam de uma forma ou de outra, determinados problemas, mas que, para isso se faz necessário a intervenção das autoridades públicas.

Conforme trabalhador que fora entrevistado, o mesmo gostaria de ver seus direitos valerem como cidadão e trabalhador, mesmo que no setor informal, porque, na prática, o que ele vivencia nada mais é do que arcar com deveres e obrigações; prova disso é que os fiscais da prefeitura estão sempre à volta punindo ao menor deslize o trabalhador, mas não aparece ninguém para oferecer algum tipo de benefício a seu trabalho. **Segundo um artesão, o qual tendo sido questionado concernente a sua atividade?** Declarou o seguinte:

“Fico aqui vendendo meus produtos artesanais, somente no horário noturno porque acho mais tranquilo. As pessoas que freqüentam os restaurantes, bares e boate daqui da praia dos Artistas costumam comprar algum dos meus produtos; agora não fico só aqui não! Às vezes, me desloco para praia de Ponta Negra onde também vendo bastante, principalmente, no período de alta estação, os gringos admiram minha arte (pulseiras, colares, pines, brincos, tornoseleiras, etc); apesar das dificuldades, vivo do artesanato e acho legal, dá pra levar” (Artesão camelô – Praia dos Artistas/ fev./2007).

Diante do relato do artesão, percebe-se a heterogeneidade e flexibilidade dos territórios que se estabelecem nos espaços de praias dependendo do horário do dia ou do período do ano; ora, numa praia; ora, noutra; mas, um território bem caracterizado por trabalhadores e produtos comercializados.

Quando se chega à praia de Ponta Negra, no horário noturno, vê-se uma quantidade considerável de trabalhadores artistas, vendendo seus produtos todos juntos delimitando e fragmentando uma parte do calçadão da praia evidenciando-se, contudo, um território específico e bastante flexível; desse mesmo modo ocorre com outros vendedores de outros produtos a exemplo daqueles que vendem bebidas quentes, em seus carrinhos, preparadas no local, sorvetes e picolés. Consoante a isto, abordou-se um vendedor de picolé a quem se perguntou: **Qual seu horário de trabalho?** E, o mesmo respondeu nos seguintes termos:

“Passo o dia inteiro pra cima e pra baixo por essas praias vendendo esses picolés e sorvetes, a mercadoria pertence a uma empresa, eles me pagam comissão por cada picolé e sorvete vendido, variando de vinte a trinta por cento. Tem dias que faturado bem, mas tem dias que não vendo nada. A empresa sai deixando vários funcionários pelas praias da cidade e no final da tarde passam para levar os carrinhos e os trabalhadores que queiram ir pra casa. Eu fico aqui, mais um tempinho, vendendo pra mim mesmo, vou comprar ali em cima. Se tivesse outra oportunidade eu saia dessa vida de vender para os outros e só vendia pra mim, mas não tenho capital para meu próprio negócio. Quando apuro algum dinheiro durante o dia compro pra mim vender à noite. As vezes, tenho até prejuízo, porque não vendo todos os picolés e não tenho onde colocar, nessa caixa de isopor as vezes derrete um bocadinho” (Vendedor ambulante – Ponta Negra/ fev./2007).

O setor informal alimenta, muitas vezes, empresas de médio porte, onde contratam, temporariamente, trabalhadores para venderem seus produtos praias afora, principalmente, em período de maior movimento; transportam seus trabalhadores e seus carrinhos-móveis padronizados, a exemplo dos que vendem água de côco, sucos, salada de frutas, etc.

Dessa maneira esse setor da economia alimenta, significativamente, os micro-empresários, mesmo que de forma ilegal, pois, grande parte, senão a maioria está ali trabalhando sem carteira assinada; logo, sem seus direitos trabalhistas assegurados. Dessa forma, fica evidenciado o setor formal adentrando no setor informal.

Uma banhista que foi abordada e a quem se perguntou: **Que acha do movimento dos vendedores, eles a incomoda?** Respondeu da seguinte forma:

“Sou freqüentadora da praia de Ponta Negra há muitos anos, não tenho nada contra os vendedores ambulantes, pelo contrário, é o trabalho deles e considero como outro qualquer; digno de qualquer pessoa, afinal, eles não têm emprego e é melhor está trabalhando aqui do que está fazendo o que não deve. Acho que eles estão por aqui porque precisam mesmo, pois não é nada fácil, além do mais é muito sacrificante, exige muito da pessoa. Agora acho também que tem muita gente, nesse meio, vendendo como ambulante para enganar os consumidores; já fui enganada algumas vezes por vendedores de CD e DVD; quando cheguei em casa e fui utilizar não prestava”! (Freqüentadora e consumidora – Praia do Meio/ mar./200).

Percebeu-se que há aceitação dos ambulantes, nos territórios de praias, muito embora, nota-se também que as pessoas que freqüentam as praias e consomem algum tipo de produto junto aos trabalhadores do setor informal, fazem-no com certa desconfiança dependendo do produto que esteja comprando. Muita gente revelou também não consumir produtos alimentícios nesses territórios de praias, dos ambulantes; pois, não confia na qualidade do produto que, muitas vezes, fica o dia todo exposto ali pela praia.

Diante da declaração dessa consumidora, percebe-se o quanto o setor informal da economia, passa por dificuldades seja lá de que forma se apresente, seja em nível de fiscalização, seja em nível de consumidor; sempre com algumas dificuldades a serem superadas, eis os desafios diários de quem sobrevive desse setor.

Além do mais, os ambulantes sofrem determinados preconceitos de que são eles quem, muitas vezes, contribuem com a sujeira que se acumula nos espaços de praias; essa foi uma das repostas ouvidas de várias pessoas que nos concederam a entrevista.

Sendo assim, percebeu-se o quanto é complexo para os trabalhadores do informal, ter que conviver com seus próprios companheiros de trabalho, consumidores, donos de quiosques e até mesmo com os proprietários de pequenos estabelecimentos que ficam situados no espaço da praia; a exemplo dos donos de restaurantes, bares e outros comércios.

Um vendedor ambulante de côco verde e água mineral, na Praia do forte, quando se lhe perguntou: ***Há quanto tempo vende esse tipo de produto?*** Ele, assim expressou-se:

Trabalho aqui na praia do Forte há muitos anos vendendo esse tipo de produto. Toda minha família vive também desse tipo de comércio; uns ficam numa praia e outros noutra, mas todo mundo trabalha nesse ramo de atividade, vendendo côco e água. Só acho ruim quando está no período de chuva; às vezes, até venho pra tentar vender alguma coisa, porque moro aqui perto, mas sempre volto com mercadorias, bóia sempre. Nos períodos bons dá pra faturar um dinheirinho, variando de 600 a 800 reais por mês... Acho bom! Não tem outro tipo de emprego mesmo! (Ambulante – Praia do Forte/ mar./2007).

O setor informal da economia alimenta outros setores, seja pequena ou médias empresas, a exemplo dos vendedores de côco verde nos diversos territórios de praias. Os ambulantes que trabalham vendendo esse tipo de produto recebem de fornecedores que, na maioria das vezes, têm grande produção.

Dessa maneira os trabalhadores do setor informal compram esses produtos a grandes produtores completando assim o ciclo econômico que, sem a participação direta dos trabalhadores desse setor, não seria possível dar continuidade ao processo produtivo e reprodutivo. Relatos como esse, descrito acima, são inúmeros; quando todos os dias, de manhã bem cedo, os vendedores ambulantes e de pontos fixos já ficam a espera do carro que transporta a carga de côco verde que serão distribuídos por toda a extensão da praia aos mais diversos vendedores, nos mais diferentes pontos de vendas, inclusive para os donos de quiosques.

Uma turista abordada, quando indagada: **Qual o nível de satisfação da Sra. pelas praias de Natal?** Respondeu o seguinte:

“Sou de São Paulo e estou aqui a passeio, adorei todas as praias de Natal, essa do Forte é ótima! Os vendedores ambulantes são muito legais, essas barraquinhas com esses sombreiros é uma maravilha; apenas estou achando o espaço da praia um pouco suja e também sinto falta de um espaço específico para as crianças. Ainda não encontrei por aqui banheiro público, às vezes, encontramos os de tipos boxes, os quais são inaceitáveis de tão sujos. Mas estou adorando Natal. É a primeira vez que venho aqui, mas pretendo voltar outras vezes”... (Turista Nacional – Praia do Forte/Jan./2008).

A entrevistada acima, turista, registrou um problema, de certa forma, generalizado, quando todas as pessoas com quem se conversou, referiu-se o mesmo problema, qual seja: falta de banheiros públicos. O que se percebe e o que nos foi confirmado é que nem todos os dias ou por algum período do tempo, existem banheiros móveis nos territórios de praias.

Um trabalhador da praia da Redinha falou que a prefeitura só colocava esses banheiros móveis em período de alta estação ou em dias de grandes festas populares; e esses, passam alguns dias, são recolhidos e depois, demora-se recolocá-los, portanto, esse é um problema sério, devendo a prefeitura tomar determinadas providências com relação a infra-estrutura local, melhorando assim os

equipamentos necessários para os trabalhadores do setor informal e para toda população que frequenta esses territórios.

Uma vendedora de gíngua com tapioca respondeu à seguinte pergunta: ***Há quanto tempo a Sra. desenvolve essa atividade e sobre quem mais compra seu produto; se estrangeiro ou o brasileiro?*** A ambulante assim respondeu:

“Vendo gíngua com tapioca há mais de vinte anos, adoro meu trabalho e o que ganho dá pra viver, sou muito conhecida aqui nessa praia, acho que sou a ambulante mais antiga daqui. Vendo mesmo é ao pessoal daqui, pois os gringos dificilmente compram, mas também é muito difícil aparecer turistas nessa praia. Apesar de trabalhar muito, num trabalho muito cansativo, adoro o que faço e gosto demais dessa praia!” (Ambulante – Praia da Redinha/Jan./2007).

Em linhas gerais, percebemos que grande parte de trabalhadores do setor informal, apesar de queixar-se das condições de trabalho, do cansaço devido às longas jornadas de trabalho, da falta de condições espaciais, da falta de segurança, etc.; grande quantidade deles disse estar satisfeito com o trabalho ou atividade que exerce.

Acredita-se, contudo, que esses trabalhadores por sentirem-se incapacitados para ingressar no mercado de trabalho formal ou por não possuírem qualificação exigida para tal, sentem-se satisfeitos por ter encontrado dentro do setor informal da economia a oportunidade que procuravam para suprir suas necessidades básicas.

Dessa forma, é perceptível a importância que tem o mercado de trabalho do setor informal; pois, o mesmo movimenta toda a economia, possibilitando poder de compra a inúmeras pessoas atuantes no setor e empregando aqueles que, há muitos anos, já vinham procurando um emprego dentro do setor formal e não conseguiam. Abordada uma funcionária pública, perguntou-se: ***O quê a Sra. acha da ocupação do espaço da praia por trabalhadores informais?*** Ela declarou o seguinte:

“Sou funcionária pública, moro na Zona Norte de Natal, e sempre que posso venho aqui à praia da Redinha. Acho que aqui tem vendedor ambulante demais, veja que a gente fica até sem espaço para caminhar ou ficar num local qualquer e também enfrentamos uma poluição muito grande na praia. Por exemplo, tratam os peixes próximos das barracas, manipulam outros alimentos; quase todos, jogam os restos de alimentos na areia da praia; tudo isso, por falta de educação ou orientação; e não sabem do prejuízo que estão causando para o espaço e para todos nós. A prefeitura poderia capacitar esses trabalhadores promovendo cursos diversos. Esses quiosques são muito desorganizados; pra começar não tem nem banheiro! Não consigo entender como se trabalha nesses locais; tudo isso, nos passa uma má impressão e; dessa forma, ficamos até receosos em consumir alguma comida que são vendidas nesses locais” **(Funcionária pública e funcionária pública – Praia da Redinha/jul./2008).**

Mediante o relato da funcionária pública, percebe-se o quanto os espaços de praias estão precisando de medidas para solucionar certos problemas que afetam, não só os trabalhadores, mas todos os que freqüentam esses espaços públicos. Cabe, portanto, a cada um, enquanto ser humano e cidadão, lutar para que ações da prefeitura possam modificar essa realidade.

Para que as mudanças possam acontecer se faz necessário somar esforços e lutar pela criação de políticas públicas relacionadas diretamente com o setor informal da economia, seja em micro ou macro escala geográfica.

Um homem, que na Praia da redinha aluga bóias, quando questionado: **O Sr. possui outra atividade além dessa?** Logo respondeu o seguinte:

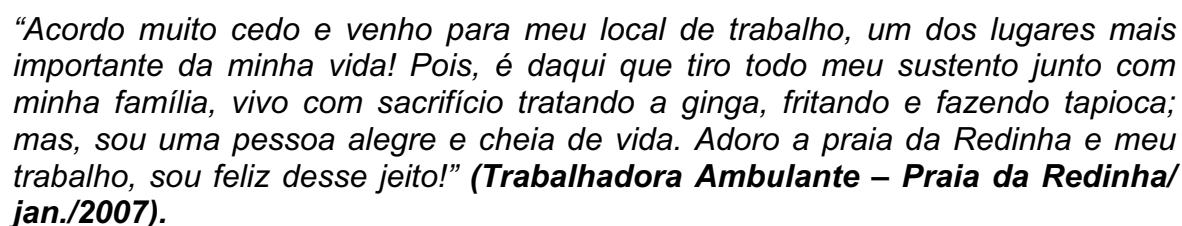
“Tenho o 2º grau completo, já trabalhei em fábrica, lanchonete e supermercado. Hoje, tenho uma mercearia e nos horários que posso me dirijo aqui para a praia da Redinha em busca de ganhar um trocadinho a mais. Fico alugando bóias para criançada e adultos, cobro de três a cinco reais, variando de quinze a trinta minutos. Só tem uma desvantagem para quem trabalha com esse ramo de atividade – as bóias furam bastante dando certos prejuízos, mas, tirando isso, acho muito legal essa minha atividade alternativa e complementar para meu orçamento. Hoje, eu só não quero mais trabalhar para outras pessoas, nem em fabricas, lojas ou supermercados porque a exploração é muito grande. Graças a Deus estou muito bem assim, trabalhando pra mim mesmo”! **(Trabalhador Autônomo – Praia da Redinha/ fev./2007).**

Conforme o trabalhador por conta própria, o setor informal proporciona-lhe uma complementação à renda financeira que já recebe em outra atividade, apesar de ter concluído o nível médio, disse que não tem nenhum interesse em emprego

dentro do setor formal considerando ser esse um campo de exploração, mas deixou claro que existem as exceções. Só largaria meu trabalho na praia se encontrasse um emprego muito bom ou se passasse em um concurso público, caso contrário, disse ficar como está; pois, "dá para viver bem sem ter que suportar certos aborrecimentos de patrão".


De acordo com esses relatos percebe-se que os trabalhadores do setor informal da economia nos territórios de praias enfrentam inúmeras dificuldades e se submetem, muitas vezes, a certas injustiças que nesses espaços territoriais são praticadas; "injustiça" foi uma palavra bastante recorrente na fala dos comerciantes e por parte dos trabalhadores do setor informal. Portanto, mesmo diante de tantas dificuldades e sacrifícios, muitos dos trabalhadores vivem nesse setor com muita satisfação.

Sendo assim, finalizam-se aqui esses relatos destacando as palavras de uma vendedora ambulante, que se encontrava no barracão dos pescadores da praia da Redinha, preparando os espetinhos de ginga para cair em campo; à qual se perguntou: ***A que hora a Sra. acorda e levanta para exercer sua atividade?*** Ela respondeu nos seguintes termos:



“Acordo muito cedo e venho para meu local de trabalho, um dos lugares mais importante da minha vida! Pois, é daqui que tiro todo meu sustento junto com minha família, vivo com sacrifício tratando a ginga, fritando e fazendo tapioca; mas, sou uma pessoa alegre e cheia de vida. Adoro a praia da Redinha e meu trabalho, sou feliz desse jeito!” (Trabalhadora Ambulante – Praia da Redinha/ jan./2007).

Considerações Finais

 setor informal da economia e suas várias formas de ocupações nos espaços-territoriais de praias apresentam-se de maneira bastante complexa, a começar pelo desenvolvimento de atividades de forma ilícita ou sem considerar a legislação vigente. Contudo, os trabalhadores recorrem a esse setor, na maioria das vezes, com o objetivo maior de garantir a sobrevivência, independente de que maneira essas atividades estejam sendo desenvolvidas.

Os atores sociais que fazem parte do processo de produção e reprodução do capital de forma indireta, pois são atividades não essencialmente capitalistas, mas que estão inseridas dentro do sistema, apresentam-se com perfis e características diferenciadas dentro de territórios também distintos, assegurando aos trabalhadores, além da sobrevivência a dignidade e o direito enquanto cidadão, efetivada na arte de realizar algum tipo de trabalho, fazendo-os sentirem-se úteis e produtivos.

Alguns trabalhadores que se encontram nesse segmentado setor da economia que têm um ponto comercial nele, são contratados ou têm vínculo empregatício dentro do setor formal, logo aí estão para somar valores financeiros para assim superar crises econômicas por que passam. Sendo o setor informal da economia parte integrante do setor formal que se dá a nível local ou global absorve, efetivamente, um contingente enorme de pessoas que se encontram desempregada tornando assim, o setor competitivo, complexo e bastante polêmico.

Os atores sociais, na pessoa dos trabalhadores, surpreendem, pois, na maioria das vezes, para efetuar suas ações apossam-se do espaço público fazendo dali seus territórios provocando que assim seja na ordem social, econômica, ambiental, política, etc.; mas, não se organiza um país, uma região ou uma cidade de uma hora para outra. Os territórios de praias que aqui foram estudados, guardam características peculiares conforme se localizem em suas proximidades determinados bairros os quais, geralmente, levaram os mesmos nomes das referidas praias, a exemplo de Ponta Negra e Redinha.

Portanto, a força de homogeneização e padronização social que nessas praias passaram a ser impostas pela estética da urbanização, derivada do processo cultural global ou dos aspectos singulares do local, o espaço deveu alterar-se e agora encontra-se dinamizando e transformando, constantemente, o espaço geográfico e seus territórios. Com o processo de expansão das cidades, os movimentos migratórios intensificaram-se; pessoas deixavam seus lugares no meio

rural, em busca dos espaços urbanos sendo atraídas, a princípio, por mais oportunidade de emprego, trabalho e renda.

Nesse contexto, o processo de industrialização nas cidades intensificava-se atraindo cada vez mais pessoas, provocando adensamento populacional nesses espaços urbanos e, conseqüentemente, acelerando o processo de crescimento do setor informal da economia, uma vez que muita gente que, ficando desempregada e sem perspectiva de entrar no mercado de trabalho. Nos espaços de praias urbanas, o quadro não foi diferente, pois, muitas pessoas que se encontravam desempregadas procuravam a princípio fixar-se próximas ao litoral para ali desenvolver a cultura da pesca.

Ao passar dos anos, surgem o desenvolvimento do turismo e, com esse novo fenômeno, os inúmeros equipamentos e atividades voltadas para os consumidores turistas vão surgindo; a exemplo dos luxuosos hotéis, restaurantes, pousadas, comércio e atividades diversas, entre esses os do setor informal da economia que começa a efetivar-se ainda mais. Esses atores consumidores turistas atraem trabalhadores e contribuem também para o processo de crescimento do setor informal da economia; pois, os mesmos são importantes agentes dentro do sistema econômico-produtivo.

Dessa forma, os espaços de praias começam a ganhar importantes pontos turísticos, embora, alguns já existissem, apenas, tornaram-se mais adaptados à recepção dos novos consumidores de mercados. Logo, as características peculiares que cada território de praia foi adquirindo influenciado por essa presença de turistas, além de toda população local de freqüentadores e consumidores, fato que fez desses locais importantes espaços econômicos, de forma particular, os do setor informal da economia que aqui foram evidenciados no estudo desenvolvido.

O mercado de trabalho, por sua vez, passa por mudanças significativas dentro do processo de globalização econômica em que se está inserido. O país e o mundo enfrentam determinadas crises financeiras intensificando ainda mais o desemprego e provocando, sobremaneira, o crescimento desordenado e sem qualquer regulamentação dentro do setor informal, seja em escala geográfica nacional ou local. De acordo com (PRADO, 1991), esses trabalhadores fogem das regulamentações, buscando isentar-se de obrigações legais e fiscais, a exemplo da contribuição com a previdência social e pagamento de impostos; apesar ocuparem, algumas vezes, dos espaços públicos, diferentemente, do setor formal, onde os

consumidores e trabalhadores contribuem com impostos, com as contas do Estado e com a Previdência Social, cumprindo assim necessariamente com as obrigações sociais.

Espaços públicos não devem ficar restritos a determinadas pessoas ou grupos de particulares; são locais onde problemas se apresentam, tomam formas e ganham dimensões que, na maioria das vezes, interferem diretamente na sociedade atingindo cada um dos atores do sistema social. Esses espaços são a soma e resultados de ações humanas dentro do processo produtivo e reprodutivo, tornando-se mercadoria universal por excelência (GOMES, 2006). E, assim como todas as frações e fragmentações do espaço são marcadas por potencialidades, essas se convertem segundo, Santos (2004, p. 30), “numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto”.

Para que os espaços territoriais desenvolvam-se, dependem, dentre outros fatores, de infra-estrutura adequada para que, através de forças produtivas possam gerar mais trabalho e renda. Afinal, são esses territórios que unem e separam os homens. O ser humano, naturalmente, encontra-se cada vez mais próximo uns dos outros, vivendo em aglomerações, mas também com aspirações individuais em busca de realizar seus objetivos suprindo suas necessidades.

Por sua vez, os territórios do setor informal da economia, enquanto meio de sobrevivência e realizações pessoais, são também indispensáveis ao processo produtivo e reprodutivo assegurando a existência da vida humana. Os territórios apresentam-se com todas as suas funções modificando as relações entre seus atores sociais, criando e recriando novas formas e funções que atendam as necessidades humanas.

No campo dessa pesquisa pelos vários territórios de praias, percebem-se as dificuldades que os trabalhadores do setor informal enfrentam para fragmentar os espaços geográficos nos mais variados territórios, para tanto, é necessário muita coragem; luta; disposição; desafios; discórdias e muita criatividade. Os territórios que se formam são para as ciências geográficas a materialização do espaço em suas múltiplas dimensões em que deveria haver interação entre a sociedade e o meio natural (COSTA, 2004).

Os territórios como fruto da interação social representa relações de poder num sentido bem amplo e de forma concreta de dominação, bem como de forma mais simbólica sem deixar passar essa apropriação e domínio sobre um determinado

espaço. Nos dias hodiernos, para viver-se em meio à dinâmica territorial, enfrentam-se problemas diversos, devendo-se, contudo, buscar-se uma interação territorial significando, para isso, que num mesmo lugar, no mesmo dia, dependendo do horário e das circunstâncias, os cidadãos devem articular-se aos mais diferentes atores sociais, entre vendedores, trabalhadores, consumidores e população em geral.

Ao se caminhar pelos calçadões das praias é perceptível essa dinamicidade territorial, onde os espaços parecem verdadeiros *shoppings*. Conforme Prado (1991, p.50) o setor informal, aqui estudado como os territórios em que atua a informalidade, é “uma zona de penumbra que tem extensa fronteira com o mundo legal”; pois, é um setor que absorve trabalhadores quando o Estado lhes impõe, através das leis, mais ônus que benefícios para cumprimento de suas atividades, sendo este, um dos motivos do surgimento de tantos territórios, na maioria das vezes, desorganizados e irreverentes quanto à legislação regulamentadora do uso do espaço público.

Dessa forma, vai acontecendo a requalificação do espaço geográfico resultando, muitas vezes, em degradações espaciais e paisagísticas, a exemplo dos calçadões das praias que vão sendo ocupados de qualquer maneira e que vão sendo, aos poucos, deteriorados e destruídos. Durante o tempo em que durava a pesquisa, pode-se observar a heterogeneidade e dinamicidade desses territórios econômicos de praias, realidade importante para a geografia.

Mediante o trabalho empírico, observa-se o quanto o setor informal da economia nos territórios estudados passa, para as pessoas que estão de fora da realidade, uma idéia pré-fixada de que seus trabalhadores vivem num espaço harmônico e com um bom nível econômico-social, principalmente, relacionado aos proprietários de quiosques e de pontos fixos e que estão ligados diretamente aos consumidores turistas.

Porém, o que averiguou-se no campo de pesquisa, aqui resume-se nas palavras de uma proprietária de um quiosque localizado na praia de Ponta Negra, quando diz: *“As pessoas têm a impressão ou a visão, de que vivemos muito bem financeiramente... principalmente, por causa dos turistas que aqui freqüentam; mas, isso é uma grande ilusão! Quem pensa assim, está totalmente enganado! Os turistas só deixam dinheiro para os donos dos hotéis, pousadas e grandes restaurantes, pra gente sobra o mínimo que nos ajuda um pouco”* (Maria das Graças, Jul./2008)

Conforme pesquisa de campo através de documentações analisadas junto a algumas instituições, acredita-se que o setor informal da economia nesses territórios de praias é um setor que precisa de apoio por parte das autoridades públicas e da população; pois, de uma maneira ou de outra, todos os atores sociais utilizam-se dos serviços desses trabalhadores informais; principalmente porque, esse é um setor que promove emprego e renda.

Certamente, os negócios desenvolvidos nos territórios informais das praias de Natal/RN, funcionam à margem da lógica essencialmente capitalista e das habilidades e crescimento sustentável dos negócios; nesses territórios, predomina o imediatismo em busca de garantir a sobrevivência diária. No final desse estudo tem-se a convicção de que setor informal cresce assustadoramente, mas, também contribui significativamente com o crescimento econômico por meio da produção e reprodução do capital.

Nesse contexto, e de acordo com a realidade vivenciada durante a pesquisa, chega-se ao patamar de algumas certezas em função dos fatos documentados ou não! Entre essas, a de que o setor informal da economia necessita urgentemente de mudanças para desenvolver-se de forma mais sustentável; a exemplo da criação de políticas públicas votadas para o setor e seus trabalhadores, não deixando que o setor desenvolva-se apoiado, apenas, nas políticas que são direcionadas aos demais setores da economia como, por exemplo, o do turismo, o urbano, o ambiental, etc.

Sendo esse setor, imprescindível para a economia, mas que se desenvolve mediante as muitas dificuldades, conforme fica patente nestes escritos, registram-se aqui algumas políticas que podem ser criadas e executadas junto ao setor informal nos espaços de praias: políticas de qualificação dos trabalhadores, oferecendo cursos de idiomas, ensino fundamental e médio, utilização e cozimento de alimentos, primeiros socorros, educação ambiental, relações humanas, gerenciamentos e administração, etc.; políticas de reurbanização do setor; incentivos fiscais e financeiros; infra-estrutura com equipamentos adequados; segurança pública; fiscalização e combate a prostituição, especialmente a infantil, etc. Acredita-se, contudo, que cada política deve direcionar-se a cada setor, muito embora deva desenvolver de maneira agregada e harmoniosa, em busca de objetivo comum: o crescimento econômico e o desenvolvimento social sustentável.

Sem pretender colocar um ponto final no trabalho que transborda datas

linhas para a constatação empírica e diuturna, deixa-se aqui impetrada a compreensão de que, antes de ser ponto de chegada, este trabalho há de ser ponto de partida para novas pesquisas e novas reflexões que passam a desvendar as complexidades do setor informal da economia, o qual se procura, ainda que timidamente, apresentá-lo a todos aqueles que se preocupam com a reprodução da sociedade.

Referências

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. Do surgimento do setor informal à delimitadas formas contemporâneas de informalidade. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARMO, Paulo Sérgio do. **O trabalho na economia global**. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra**. 1. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CAVALCANTI NETO, Miguel Dantas. **Praias potiguares**. 2. ed. Natal: Foco, 2004.

CORRÊA, Fabiana Zuliani de A. Para onde vão os trabalhadores? **Discutindo Geografia**, São Paulo, ano 3, n. 15, p. 53-55, 2007.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DANTAS, Miguel. **Praias potiguares**: a 100 beaches from Rio Grande do Norte. 2. Ed. Natal: Foco, 2004.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Setor informal e informalidade no Brasil. **Ciência Hoje**. Revista de Divulgação Científica da SBPC, Rio de Janeiro, v. 39, n. 234, p. 18-23, jan./fev. 2007.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do turismo**: conceitos, normas e definições. Campinas / SP: Alínea, 2002.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**. São Paulo, 2001. v. 3. Disponível em: <www.dowbor.org/metadata>. Acesso em: 21 out. 2007.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edílson Alves de. **Economia do Rio Grande do Norte**: estudo geo-histórico e econômico. João Pessoa/PE: Grafset, 2002.

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

FERREIRA, Luiz C. Bresser. **Economia brasileira**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FURTADO, Edna Maria. **A onda do turismo na cidade do sol**: reconfiguração urbana de Natal. ??f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2005.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisas Econômicas Informais Urbanas. **Trabalho informal atinge 60% da população**. 2003. Disponível em: <http://www.fianceone.com.br/notícia.php?lang=BR&nid=4735>. Acesso em: 20 nov. 2007.

_____. **Mapas bases e referências**. 2002. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/bases.php. Acesso em: 06 ago. 2008.

JAKOBSEN, Kjeld A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. 1. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 64 p. p. 13-18. (Coleção Brasil Urgente).

LOPES, Rodrigo. **A economia informal no Rio de Janeiro: problema ou solução.** Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

MALLAGUTI, Manuel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do assalariado.** São Paulo: Boitempo, 2000.

MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. Mapa do trabalho informal na cidade de São Paulo. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** 1. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 64 p. p. 24-39. (Coleção Brasil Urgente).

MEDEIROS, Giselle de Melo et al. O uso do calçadão da praia de Ponta Negra como equipamento de lazer em Natal/RN. In: MAIA, Lerson Fernando dos Santos; OLIVEIRA, Marcus Vinícius de Faria; LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de (Org.). **Políticas de lazer e suas múltiplas interfaces no cotidiano urbano.** Natal/RN: CEFET-RN, 2007.p. 33-50.

MELQUISEDEC. RN tem baixa taxa de qualificação. **Tribuna do Norte**, Natal, 07 set. 2007. Natal Notícias, p. 2. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=67385>> Acesso em: 05 abr. 2008.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **380 anos de histórias Foto-gráfica da cidade de Natal, 1599 – 1979.** Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1989. 150p.

MONTENEGRO, Glielson Nepomuceno. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Orientador: Marcelo Bezerra de Melo Tinoco. Disponível em: www.ppgau.ufrn.br/dissertações/glielsonm.pdf. Acesso em: 13 mar. 2008.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti de. Natal: “o trampolim do futuro”. In: _____. **Terras potiguaras.** 3. ed. Natal: Foco, 2007. p. 136-141.

NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB. **Mapas temáticos das regiões administrativas – Sul/Norte.** 2005. Disponível em: www.natal.rn.gov.br/semurb/mapas_fotos/mapas.php. Acesso em: 07 mar. 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Evaluacion de los recursos turísticos.** Madrid, 1978.

POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. cap. 4, p.59-73.

PRADO, Ney. **Economia informal e o Direito no Brasil**. São Paulo Ltr., 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL – PMN. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica – SMPGE. **Dinâmica e característica do mercado de trabalho de Natal/RN**. Natal, 2005. Disponível em: www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/file/cartilha_1.pdf. Acesso em: 12 set. 2007.

RAFFESTIN, Cláudio. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Aldair Ferreira dos; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de. Qualidade na prestação dos serviços: o papel da ouvidoria. In: TINOCO, Dinah dos Santos et al. (Org.). **Ação pública, organizações e políticas públicas**. Natal: CCSA/PPGA, EDUFRN, 2007. p. 111-130.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. Título original: L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie des pays sous-développés.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO NORTE (SEBRAE/RN). **Pesquisa economia da praia**: ambiente favorável ao lazer e aos negócios. Natal, 2007.

SENA, Rodrigo. O RN é um Estado com alto índice de rotatividade de mão-de-obra. **Tribuna do Norte**, Natal, 17 fev. 2008.

SILVA, Marconi Gomes da. **Mercado de trabalho, ocupação e rendimentos**: a região metropolitana de Natal na década de 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2008.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUSA, Juliana Ferreira de; MAIA, Lerson Fernando dos Santos. As políticas públicas e o lazer: uma análise da realidade do programa “PETI”. In: MAIA, Lerson Fernando dos Santos; OLIVEIRA, Marcus Vinícius de Faria; LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de (Org.). **Políticas de lazer e suas múltiplas interfaces no cotidiano urbano**. Natal/RN: CEFET-RN, 2007.p. 92-105.

Apêndices

APÊNDICE A**Questionário direcionado aos vendedores em pontos fixos (quiosques, barracas, sombreiros, camelô) nas praias de Natal/ RN****01-Identificação:**

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Naturalidade: UF () RN:

() outros:

02-O senhor(a) é proprietário(a) deste ponto comercial ou funcionário(a)? Há quantos anos? Se funcionário(a) tem carteira de trabalho assinada?

03-O quê levou o Senhor(a) a escolher essa área de praia para trabalhar?

04-Quais os tipos de produtos comercializados neste estabelecimento? E a origem?

05-Como o senhor(a) avalia a intervenção do poder público no seu trabalho?

06-Que sugestão(ões) daria para desenvolver melhor seu trabalho?

07-Sente algum tipo de discriminação por parte dos consumidores ou dos empresários e micro-empresários desse território?

08-Qual sua opinião a respeito da presença dos turistas nesse espaço?

09-Quantos turistas freqüentam, em média, seu estabelecimento comercial?

10-O senhor(a) acha que os turistas o(s) beneficia?

11-O turismo nesse território proporciona malefícios a vocês e ao meio ambiente?

12-Quais os problemas que o senhor(a) convive neste espaço de praia?

13-Qual o número de pessoas, de sua família, que residem juntas? Qual seu lucro nesse comércio e a renda familiar?

14-Os membros da família estudam em escolas particulares ou públicas? Têm plano de saúde?

15-Encontra-se satisfeito(a) com seu trabalho? Mudaria de ramo?

APÊNDICE B

Questionário-entrevista direcionado aos trabalhadores ambulantes do setor informal, nos territórios de praias da cidade do Natal/RN.

01- Identificação:

Nome:

Idade:

Naturalidade: UF() RN:

() outros

02-Trabalha apenas nesta área de praia? Por quê?

03-Qual seu Grau de Escolaridade?

04-Há quantos anos trabalha como vendedor ou prestando esse serviço? Se trabalhou antes, qual era sua profissão?

05-Optou por ser vendedor neste setor da economia? Qual o motivo que o levou a esse trabalho; qual o(s) tipo(s) de produto(s) comercializado e serviço(s) prestado(s)?

06-Recebe algum incentivo, por parte do poder público, para desenvolver esse tipo de atividade? De que tipo?

07-Como o senhor(a) define a intervenção do poder público neste setor de trabalho?

08-Sente algum tipo de discriminação por parte dos consumidores ou dos próprios colegas de trabalho?

09-Que sugestão o senhor(a) daria para beneficiar esse tipo de atividade e seu território de trabalho?

10-Qual o número de pessoas da família que moram juntas; quantos trabalham no setor informal da economia e qual a renda individual e familiar?

11-Há conflitos entre os vendedores neste Setor?

12-Qual a origem do(s) produto(s) que comercializa?

13-Qual a relação do consumidor turista com o comércio de vocês?

14-Qual(is) o(s) principal(ais) problemas enfrentados neste território e qual(is) sugestão(ões) daria para amenizá-los ou resolvê-los?

15-Encontra-se satisfeito(a) como vendedor(a) no setor informal ou mudaria para o setor formal da economia caso tivesse uma oportunidade? Por quê?

APÊNDICE C

Entrevista direcionada aos trabalhadores, consumidores, e demais atores sociais do setor informal da economia nas praias de Natal

01-Identificação: Nome / Idade (Opcional)

Profissão: Escolaridade: Naturalidade UF:() Outros ()

02-Qual sua opinião a respeito do setor informal da economia nesse espaço?

03-É freqüentador das demais praias da cidade? Quais as principais diferenças que há entre uma praia e outra e por quê?

05-Sente-se incomodado(a) ou prejudicado(a), de alguma maneira, neste espaço de praia? Com o quê e por quê?

06-Está satisfeito(a) com os serviços e o comércio nessa praia?

07-Qual(is) sugestão(ões), daria para melhorar esse espaço, principalmente, com relação ao setor informal da economia?

08-O Senhor(a) acredita que os turistas atraem trabalhadores promovendo um crescimento do setor informal e ampliando os serviços nesse espaço?

09- O Senhor(a) acha que os governantes investem neste espaço de praia e nos trabalhadores do setor informal?

10-Sente-se bem acolhido neste espaço e voltaria outras vezes?

Anexos

ANEXO A

AUTORIZAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO PARA FUNCIONAMENTO DO QUIOSQUE
Nº _____, NA PRAIA _____, NATAL/RN

ANEXO B

AUTORIZAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE
COMERCIAL DE LOCADOR DE CADEIRAS DE PRAIA E SOMBREIROS SOB O
Nº _____, NA PRAIA DE _____, NATAL/RN